



Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Património do Ensino & da Educação

BAME - Bibliotecas, Arquivos e Museus da Educação

BAME 2021

Título:

BAME 2021

Autor:

Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Edição:

1ª edição

Elaborado por:

Elvira Evaristo

Imagens:

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Autores dos artigos:

António Moura, José Miguel Gonçalves, Maria João Seguro, Pedro Maximino

Elaborado em:

2021

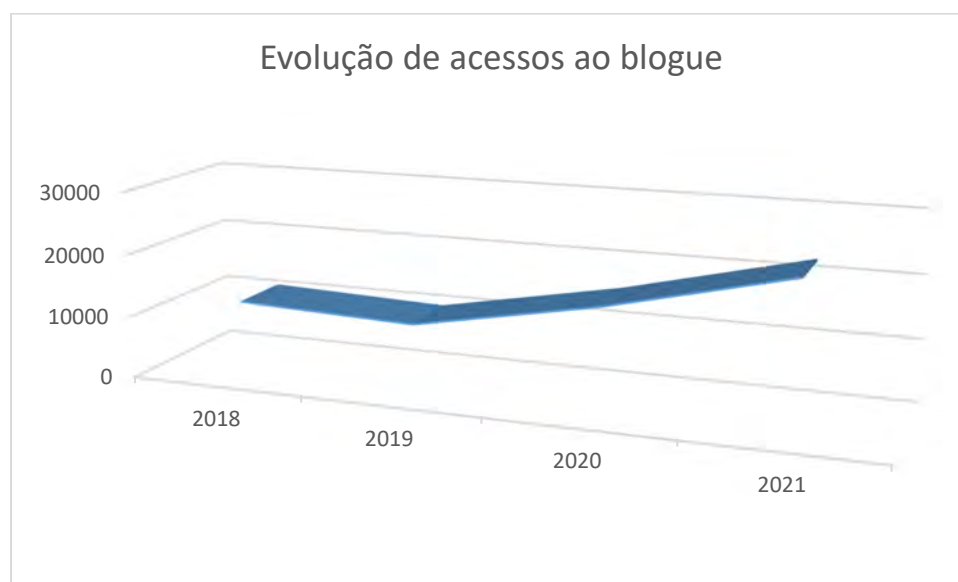
SUMÁRIO

Nota introdutória	01
Entradas do BLOGUE	04

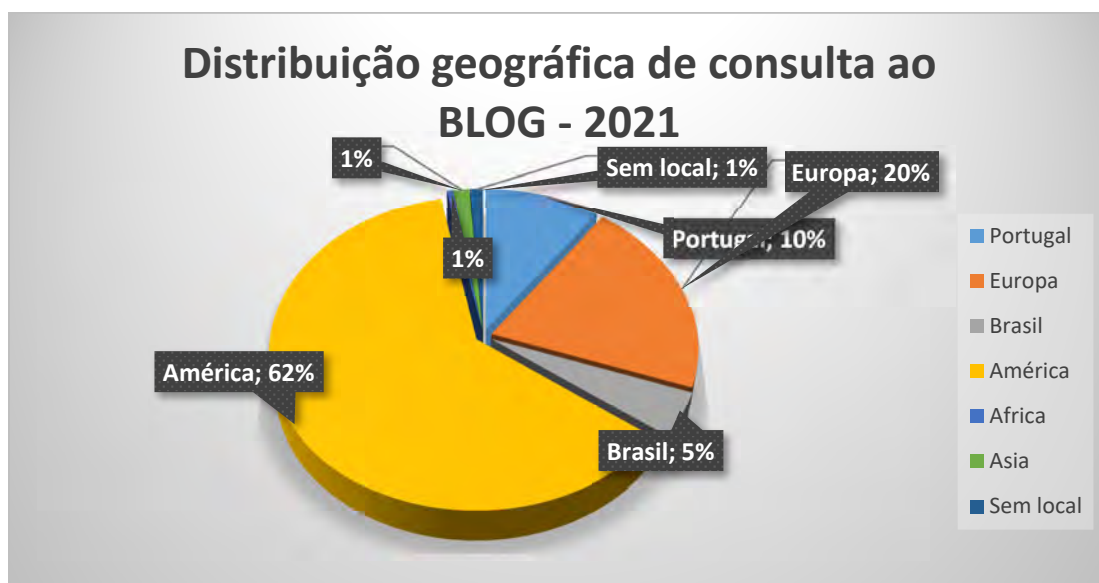
Nota Introdutória

O ano de 2021 continuou a ser marcado pela situação de pandemia, bem como pela situação de instalação provisória da Direção de Serviços, o que originou uma dificuldade crescente de contato direto com os seus utilizadores. Esta situação reforçou as linhas de ação desenvolvidas nos últimos dois anos, reforçar a importância do Blogue como forma de comunicação institucional.

O ano de 2021 sedimentou o Blogue como canal de comunicação e os seus utilizadores tiveram um aumento sustentado.



Da análise estatística dos acessos ao Blogue, verificou-se uma reviravolta nos acessos. Agora, o bloco designado “América”, passou a ser o principal “cliente”, com mais de metade dos acessos realizados, seguindo-se o bloco designado por “Europa” e em terceiro lugar os utilizadores de Portugal.



Quanto aos países da Europa mantem-se em posição destacada a Itália, seguido da França, que destronou a Rússia, segundo país europeu, em acessos, durante 2020.

Tem de ser referido a contínua pouca penetração do blogue nos países da CPLP, situação que não se conseguiu reverter.

O longo volume, que agora se publica, continua com as linhas de ação começadas em 2020 no respeitante ao alargamento do campo de intervenção normalmente seguido, com o reforço dos artigos ligados a aspetos culturais, extravasando a vertente educação.

Aparecem agora uma série de artigos sobre as melhores bibliotecas de Portugal, bem como artigos desenvolvidos em torno de documentação existente nos arquivos da Secretaria-Geral, demonstrativa da excelência dos técnicos que aí trabalham.

A apresentação do presente volume é mais um paço na diversificação dos acessos à informação contida e produzida pela Direção de Serviços, a todos os utilizadores.

Mais uma vez, reiteramos o convite para que todos os seguidores deste Blogue, e os investigadores em áreas da educação, pedagogia e ciência, participem com artigos, ou fomentem a discussão sobre a informação colocada.

Lisboa, 04 de fevereiro de 2022

2021/01/04

Património imaterial de Portugal: Olaria de Bisalhães



A olaria de Bisalhães, também conhecida por louça preta, é uma técnica ancestral que produz peças de barro de cor negra. É característica da aldeia de Bisalhães, em Vila Real e foi declarada Património cultural imaterial da humanidade em 2016. A sua preservação é urgente uma vez que existem apenas cinco oleiros que se dedicam a esta atividade.

O registo mais antigo que temos deste tipo de louça data século XVI. Existem peças de carácter utilitário, mais grosseira e pouco decorada, a “louça-churra” e peças decorativas, a “louça fina”.



A produção é uma atividade familiar, com tarefas repartidas pelos vários membros: o homem trabalha a roda e coloca a louça no forno, a mulher e os filhos preparam o barro e a água. O barro era originalmente extraído nas barreiras de Parada de Cunhos, junto a Bisalhães na altura da primavera ou verão.



O barro é depois guardado na oficina e posteriormente amassado com água. A confeção das peças é feita na roda de oleiro. Depois as peças são cozidas pelos

oleiros em fornos abertos na terra, onde se queimam giestas, caruma e carqueja que, depois de abafadas com terra, dão a cor negra aos produtos.

Atualmente muita da louça de Bisalhães é pintada, com o objetivo de a tornar mais atrativa, adaptando-se ao gosto dos consumidores. As mulheres são responsáveis pela decoração destas peças: começam por polir e depois introduzem elementos decorativos inspirados na natureza: flores, folhas, estrelas, espirais....

Para saber mais, aceda à página da [Câmara Municipal de Vila Real](#).

2021/01/07

Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar



O Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar é uma instituição do ensino que integra escolas das freguesias do Lumiar e de Santa Clara, no concelho e distrito de Lisboa. O Agrupamento abrange uma população escolar urbana, pertencente a diversos núcleos populacionais e com múltiplas origens culturais, com uma importante presença de residentes de origem africana e alguns núcleos pertencentes à comunidade cigana.

Os referidos aglomerados populacionais distribuem-se pelas freguesias do Lumiar e de Santa Clara, a grande maioria reside na área de intervenção do *Projeto Urbanístico do Alto do Lumiar*, integrando famílias provenientes dos antigos bairros da Musgueira Sul, da Musgueira Norte, da Quinta Grande, da Quinta do Louro, da Quinta da Pailepa e do Bairro Novo das Galinheiras, cada um com especificidades e identidades próprias.

Os diferentes contextos familiares apresentam problemas socioeconómicos. Não deixa de ser significativo o facto de existir um elevado e crescente número de famílias a beneficiar do Rendimento Social de Inserção e da Ação Social Escolar. No geral, possuem baixo nível de escolaridade e de instrução formal, não

valorizando o papel da escola na formação individual. Neste universo pouco qualificado academicamente, onde abunda o desemprego e a precariedade, a economia paralela surge como uma saída para quem vive situações de maior exclusão.

O Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar é constituído pelas escolas:

- (i) EB 2,3 Alto do Lumiar (escola-sede);
- (ii) EB1/JI Dr. Nuno Cordeiro Ferreira;
- (iii) EB1/JI Padre José Manuel Rocha e Melo;
- (iv) EB1/JI das Galinheiras e
- (v) EB1/JI Maria da Luz de Deus Ramos.

1. Escola E.B. 2,3 do Alto do Lumiar – Escola Sede



A Escola EB 2,3 do Alto do Lumiar (escola sede), antiga escola D. José I¹, situa-se na Avenida Carlos Paredes, na freguesia do Lumiar, foi inaugurada no ano de

¹D. José I (6 de junho de 1714 – 24 de fevereiro de 1777), de nome completo José Francisco António Inácio Norberto Agostinho de Bragança, cognominado *O Reformador* devido às reformas que empreendeu durante o seu reinado, foi Rei de Portugal da Dinastia de Bragança desde 1750 até à sua morte. Casou em 1729 com Mariana Vitória de Espanha. O reinado de José I é sobretudo marcado pelas políticas do seu primeiro-ministro, o Marquês de Pombal, que reorganizou as leis, a economia e a sociedade portuguesas, transformando Portugal num país moderno. A 1 de novembro de 1755, José I e a sua família sobrevivem à destruição do Paço Real no Terremoto de Lisboa por se encontrarem na altura a passear em Belém. Depois desta data, José I ganhou uma fobia de recintos fechados e viveu o resto da sua vida num complexo luxuoso

1986, como escola secundária. Integra o 2º e 3º ciclos, com alunos maioritariamente provenientes das freguesias do Lumiar e de Santa Clara. Neste ano letivo, em 2019/2020, a escola tem 470 alunos entre o 5º e o 9º ano (21 turmas) e 16 alunos na turma do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)²:

“EB 2/3 do Lumiar, antiga escola D. José I, foi edificada como uma escola provisória. Na década de 80, o Ministério da Educação decidiu construir a que deveria servir apenas de ‘apoio’ à já existente Escola do Lumiar nº1, que se encontrava sobrelotada e não tinha capacidade para integrar todos os alunos então existentes, provenientes dos bairros da Musgueira Norte, da Musgueira Sul e da Quinta Grande [...]” (Cristiano, 2017).

2. Escola Básica Dr. Nuno Cordeiro Ferreira



de tendas no Alto da Ajuda em Lisboa. A partir deste ano a escola passa a chamar-se Escola Básica 2,3 do Alto do Lumiar ficando assim com o mesmo nome do Agrupamento.

² O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) é uma medida socioeducativa, de carácter temporário e excecional, a adotar depois de esgotadas todas as outras medidas de integração escolar, que visa favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a inclusão social, conferindo uma habilitação escolar de 2.º ou 3.º ciclo.

A Escola Nº 91 foi construída no ano de 1967, na altura tinha uma ala destinada ao sexo masculino – chamada escola Primária N.º 91 e, à parte, outra ala para o sexo feminino – chamada Escola Primária Feminina N.º 102.

Após 1974, a Escola passou a ser mista e adotou a designação de Escola N.º 91. Esta escola é centenária e soube resistir ao tempo!

Atualmente, a escola denomina-se Escola Básica Dr. Nuno Cordeiro Ferreira³, abriu portas na década de 60. Situa-se na freguesia do Lumiar, no Bairro da Cruz Vermelha. Em 2013, beneficiou de uma remodelação profunda. A escola foi modernizada e verificam-se melhores condições de funcionamento.

3. Escola Básica/JI Padre José Manuel Rocha e Melo



³ Nuno Cordeiro Ferreira é uma figura central na saúde em Portugal, ainda antes da criação do Serviço Nacional de Saúde e depois da criação deste. Desde que, em 1949, concluiu a licenciatura pela Faculdade de Medicina da Universidade Clássica de Lisboa, Nuno Tornelli Cordeiro Ferreira fez toda a sua carreira hospitalar nos Hospitais Cíveis de Lisboa, muito em particular no Hospital de Dona Estefânia, onde chegou a diretor clínico. Como docente, iniciou o seu percurso em 1959 no Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT). Foi aqui que se doutorou, alcançando o estatuto de catedrático de Higiene Materno-Infantil e Pediatria Social. De 1980 a 1984 foi também diretor do IHMT. Ainda no campo universitário, o seu nome ficou ligado, desde 1977, à então criada Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, hoje Nova Medical School. Professor Catedrático de Pediatria, Presidente do Conselho Pedagógico, Presidente do Conselho Científico e seu Diretor entre 1990 e 1996. Foi membro do Conselho de Saúde do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC). Foi presidente da Sociedade Portuguesa de Pediatria, e foi fundador e presidente da Sociedade de Pediatria de Língua Portuguesa. Em 1994, pelas mãos do então Presidente da República Mário Soares, foi condecorado como Grande-Oficial da Ordem de Santiago da Espada. Em 1999 foi galardoado pela Fundação Alfred Toepfer de Hamburgo com o prémio Montaigne, pelos seus contributos humanistas para a cultura europeia.

A Escola N.º 34 nasceu depois do 25 de 1974 no bairro da Musgueira Norte, localizada na freguesia do Lumiar. Em 2001, com o Plano de Urbanização da Alta de Lisboa (PUAL), ganhou umas novas instalações.

A referida escola, situa-se na Rua José Cardos Pires, atualmente denominada Escola Básica/JI Padre José Manuel Rocha e Melo, abrange uma população escolar proveniente de famílias do antigo bairro da Musgueira Norte e de famílias deslocadas dos bairros da Quinta Grande, da Quinta da Pailepa, entre outros.

A Escola Básica/JI Padre José Manuel Rocha e Melo, tem ampliado e motivado os seus alunos com atividades extracurriculares:

“A Escola EB Padre José Manuel Rocha e Melo recebeu, no dia 28 de abril o Programa de Educação Olímpica que está a ser implementado em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, nas escolas do 1.º ciclo do município. A atividade iniciou-se com uma sessão de apresentação do Programa de Educação Olímpica para os Professores da escola. Seguiu-se uma palestra para toda a comunidade escolar onde o Atleta Olímpico Joaquim Videira, da modalidade de Esgrima, partilhou a sua experiência olímpica e a importância do uso dos valores Olímpicos: Amizade, Respeito e Excelência, não só no desporto, mas também no dia-a-dia.” (EB Padre José Manuel Rocha e Melo, 2016).

4. Escola Básica/JI das Galinheiras



A Escola Básica 1.º Ciclo / Jardim-de-Infância das Galinheiros foi inaugurada em setembro de 2010 e nasceu da necessidade de se criar um novo equipamento escolar na Alta de Lisboa, desta feita na Freguesia da Ameixoeira, no âmbito do Programa Escola Nova – o Programa Escola Nova, iniciado em 2008, assume como missão tornar e criar as escolas e os jardins-de-infância da rede pública de Lisboa em espaços de aprendizagem que sejam confortáveis, dinâmicos e acolhedores.

“O Programa Escola Nova, lançado em 2008 pelo então presidente da Câmara de Lisboa (CML), António Costa, com o objetivo de modernizar o parque escolar da cidade, era ambicioso: construir nove escolas novas e recuperar outras 48 até ao fim do atual mandato autárquico. O resultado ficou, porém, aquém das expectativas.” (Rodrigues, 2018).

A Escola Básica/JI das Galinheiras situa-se na Rua Maluda, na freguesia de Santa Clara. No ano letivo de 2012/2013 a escola tem 215 alunos distribuídos por 2 turmas do pré-escolar e 8 turmas do 1º ciclo. Este estabelecimento conta com 7 assistentes operacionais, 3 educadoras e 11 docentes do 1º ciclo. Encontra-se em funcionamento uma Unidade de Apoio a Alunos com Multideficiência (U.A.A.M.)⁴, de 1º ciclo.

⁴ O Decreto-Lei nº 3/2008 prevê a criação de unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e unidades de apoio especializado para alunos com multideficiência e surdocegueira congénita. As unidades especializadas não são, em situação alguma, mais uma turma da escola. São um recurso educativo especializado para dar resposta a alunos com multideficiência. Todos os alunos têm uma turma de referência, que pertencem e frequentam. A intervenção centrada nestes alunos é especializada, individualizada e personalizada, e pretende desenvolver competências de comunicação, de socialização e de autonomia.

5. Escola Básica/JI Maria da Luz de Deus Ramos



A Escola Básica/JI Maria da Luz de Deus Ramos⁵, anterior Escola N.º 185, situa-se no Bairro das Galinheiras, na freguesia de Santa Clara, junto à Estrada Militar, foi construída no âmbito do *Plano dos Centenários*.

“Em 1940 inicia-se uma nova fase de construções escolares: ‘Plano dos Centenários’, que permitiram a construção dos Edifícios Escolares, começaram a ser concretizados a partir da década de 40, através de um sistema centralizador e regulamentado, com raízes que assentam fortemente na construção história do estado e que se intensificaram durante o Estado Novo, pelas características ideológicas e políticas do regime.” (Pimenta, 2006:29).

O Plano dos Centenários constituiu um projeto de construção de escolas em larga escala, levado a cabo pelo Estado Novo em Portugal, entre 1941 e 1969. As escolas do Plano dos Centenários, com a sua arquitetura típica, acabaram

⁵ Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho, nasceu em Lisboa, na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, no dia 27 de junho de 1918. Bacharel dos cursos de preparação de Professores Adjuntos, dos 8º e 11º Grupos, do Ensino Técnico e Profissional da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e ainda, com o curso de Ciências Pedagógicas da mesma Universidade. Neta do poeta João de Deus e segunda filha do pedagogo João de Deus Ramos, foi a principal continuadora da sua Obra. Desde 1943 e sob orientação de seu pai, exerceu atividades educativas nos Jardins-Escolas João de Deus, lecionando em simultâneo a disciplina de Educação Sensorial no Curso de Educadoras de Infância pelo Método João de Deus. Fundadora do Comité Português da OMEP – Organização Mundial de Educação Pré-Escolar em 1979. Faleceu a 8 de dezembro de 1999.

por se tornar numa imagem de marca de Portugal, existindo pelo menos um exemplar em quase todas as povoações do país.

As escolas foram construídas, segundo o estilo arquitetónico conhecido como *Português Suave*, incorporando características da arquitetura tradicional. Foram estabelecidas tipologias-base, que seriam adaptadas às condições locais, segundo o número de alunos a receber e o clima da região. Normalmente, cada escola englobava duas ou quatro salas de aula, uma cozinha, instalações sanitárias e um alpendre.

* *

*

Como acabamos de verificar, neste Agrupamento, coabitam famílias oriundas de vários bairros, que trazem consigo rivalidades e atritos já antigos. As famílias não conseguem proteger os mais jovens deste ambiente, o que tem repercussões no seu comportamento e na disponibilidade para a aprendizagem em contexto formal.

As Bibliotecas Escolares do Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar são, por assim dizer, unidades científico-pedagógicas, constituídas por um conjunto de recursos físicos (instalações, equipamentos, fundo documental) e humanos (professores e alunos), organizados de modo a oferecerem à comunidade escolar elementos que contribuam para a construção do conhecimento e, portanto, para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos.

Atualmente são quatro bibliotecas que estão integradas na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) e devem, por isso, respeitar o conjunto de princípios e orientações que constituem a base conceptual do Programa RBE

As bibliotecas escolares dispõem de instalações próprias, adequadas às suas funções e para sua utilização exclusiva, incluem espaços com diferentes valências e os equipamentos necessários para a recolha, tratamento, produção e divulgação de documentos diversificados.

BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO ALTO DO LUMIAR (2018) *Regulamento interno, 2019/2021* [em linha]. Lisboa: AEAL [Consult. 13 de novembro de 2020]. Disponível: https://www.aelumiar.com/site/wp-content/uploads/2018/10/REGULAMENTO-INTERNO_2018_2021.pdf

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO ALTO DO LUMIAR (s.d.) *Plano Anual de Atividades* [em linha]. Lisboa: AEAL [Consult. 13 de novembro de 2020]. Disponível: https://www.aelumiar.com/site/wp-content/uploads/2018/12/PAA_2018.pdf

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO ALTO DO LUMIAR (s.d.). *EB1 Maria da Luz de Deus Ramos* [em linha]. Lisboa: APEAL [Consult. 12 de novembro 2020]. Disponível: <https://apaltodolumiar.wordpress.com/escolas/escola-basica-maria-da-luz-de-deus-ramos/>

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO ALTO DO LUMIAR (2009). *EB1 Padre José Manuel Rocha e Melo* [em linha]. Lisboa: APEAL [Consult. 12 de novembro 2020]. Disponível: <https://apaltodolumiar.wordpress.com/escolas/escola-basica-de-1%C2%AA-ciclo-nr34-da-musqueira-norte/>

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO ALTO DO LUMIAR (2012). *EB1 Dr. Nuno Cordeiro Ferreira* [em linha]. Lisboa: APEAL [Consult. 12 de novembro 2020]. Disponível:

<https://apaltodolumiar.wordpress.com/escolas/escola-basica-de-1%C2%BA-ciclo-nr-91-da-cruz-vermelha/>

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO ALTO DO LUMIAR (2012). *Escola EB1/JI – Galinheiras* [em linha]. Lisboa: APEAL [Consult. 12 de novembro 2020]. Disponível:

<https://apaltodolumiar.wordpress.com/escolas/escola-eb1ji-galinheiras/>

CRISTINO, Sofia (2017). “Na Escola EB 2/3 do Lumiar há alunos com mantas nas aulas para aguentarem o frio” [em linha]. Lisboa: *O Corvo, sítio de Lisboa*, 13 fevereiro, 2017 [Consult. 13 de novembro de 2020]. Disponível:

<https://ocorvo.pt/na-escola-eb-23-do-lumiar-ha-alunos-com-mantas-nas-aulas-para-aguentarem-o-frio/>

EB PADRE JOSÉ MANUEL ROCHA E MELO (2016). *Apresentação do Programa de Educação Olímpica na Escola EB Padre José Manuel Rocha e Melo* [em linha]. Lisboa: E.B. PJMRM [Consult. 13 de novembro de 2020]. Disponível: <http://www.eduolimpica.comiteolimpicoportugal.pt/Pages/Atividade.aspx?at=RWVFVLb9wU256jsgSObcUA>

PIMENTA, Paulo Sérgio Pereira (2006). *A Escola portuguesa: do “Plano dos Centenários” à Construção da Rede, Escolar no Distrito de Vila Real* [em linha]. Guimarães: Universidade do Minho: Instituto de Educação e Psicologia (Tese de Mestrado em Educação, Área de Especialização História da Educação e Pedagogia). [Consult. 13 de novembro de 2020]. Disponível: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6973/1/A%20Escola%20Portuguesa%20Tese.pdf>

RODRIGUES, José (2018). “Câmara de Lisboa prometeu nove escolas, mas só fez duas” [em linha]. *Correio da Manhã*, 26 de fevereiro de 2017 [Consult. 13 de novembro de 2020]. Disponível:

<https://www.cmjornal.pt/portugal/cidades/detalhe/camara-de-lisboa-prometeu-nove-escolas-mas-so-fez-duas>

2021/01/11

Património Mundial, Cultural e Natural: Bens Patrimoniais em Portugal



Em 1972 a UNESCO criou a Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural, cujo objetivo é a proteção dos bens patrimoniais cujo valor é universalmente considerado excecional. Esse valor pode ser histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico, antropológico, natural, biológico, geológico ou mesmo habitats de espécies animais ou vegetais

São considerados Património Mundial, Cultural e Natural locais bastante diversos: um monumento, uma construção, um conjunto arquitetónico, uma vila ou região, uma caverna, um vale, uma zona natural, entre outros.

O Comité do Património Mundial e o Fundo do Património Mundial foram criados em 1976. O objetivo do Comité, que se reúne uma vez por ano, contando com a presença de representantes de 21 países, é responsável pela implementação do

programa e da gestão de fundos, bem como a admissão do património na lista da UNESCO.

Em 1979 surgiram as primeiras inscrições na Lista do Património Mundial. Em junho de 2015 constavam 1007 bens desta listagem: 779 bens culturais, 197 bens naturais e 31 bens mistos.

Em 1980, Portugal depositou o instrumento de ratificação da Convenção. O Centro do Património Mundial, criado em 1992, é um organismo autónomo que gere todas as questões que se relaciona, com a Convenção do Património Mundial.

Em Portugal, a lista de locais que são Património Mundial é a seguinte:

1983

Centro histórico de Angra do Heroísmo (Açores),

Mosteiro da Batalha,

Mosteiro dos Jerónimos/Torre de Belém (Lisboa)

Convento de Cristo (Tomar)

1986

Centro histórico de Évora

1989

Mosteiro de Alcobaça

1995

Paisagem cultural de Sintra

1996

Centro histórico do Porto

1998

Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa

1999

Floresta Laurissilva da Madeira

2001

Centro Histórico de Guimarães

Alto Douro Vinhateiro

2004

Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, nos Açores

2012

Fortificação de Elvas

2013

Universidade de Coimbra

2019

Real edifício de Mafra – Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco,
Tapada

Santuário do Bom Jesus do Monte, Braga

Em avaliação, encontram-se algumas listas indicativas para a candidatura de Bens a Património Mundial em Portugal, a saber:

Aqueduto das Águas Livres

Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela

Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros (extensão)

Complexo Industrial Romano de Salga e Conserva de Peixe em Troia

Conjunto de Obras Arquitetónicas de Álvaro Siza em Portugal

Costa Sudoeste

Deserto dos Carmelitas Descalços e Conjunto Edificado do Palace-Hotel
no Bussaco

Dorsal Médio-Atlântica

Edifício-sede e Parque da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa

Fortalezas Abaluartadas da Raia

Ilhas Selvagens

Levadas da Madeira

Lisboa Pombalina

Lisboa Histórica, Cidade Global

Lugares de Globalização

Mértola

Montado, Paisagem Cultural

Rota de Magalhães. Primeira à volta do Mundo

Vila Viçosa, Vila ducal renascentista

2021/01/14

Património Mundial de Portugal: Centro Histórico de Angra do Heroísmo



O Centro Histórico de Angra do Heroísmo, localizado na Ilha Terceira, Açores é um conjunto arquitetónico considerado Património Mundial pela UNESCO a 7 de dezembro de 1983. Geograficamente, Angra do Heroísmo situa-se a meio da costa meridional da ilha, numa enseada sobre o mar.

A Terceira, tal como as restantes ilhas, tem uma origem geológica vulcânica que se reflete na paisagem com três maciços vulcânicos. A beleza natural manifesta-se na vegetação exuberante e nas pastagens.

A sua elevação a património mundial deve-se à sua importância histórica e aos edifícios que são exemplares únicos de arquitetura, criando um conjunto técnico e paisagístico de grande relevância e um dos exemplos mais representativos do urbanismo renascentista.

Os Açores eram conhecidos provavelmente desde o reinado de D. Afonso IV (1291 – 1357), mas foram oficialmente reconhecidos com a chegada de Gonçalo Velho a Santa Maria em, 1431, sendo as restantes ilhas (re)descobertas nos anos subsequentes.



O território começou a ser ocupado cerca de 1450 através de uma carta de doação de D. Henrique a Jácome de Bruges. Apesar disso, em 1460 as ilhas da Graciosa e Terceira ainda estavam por povoar, pelo que foram entregues a D. Fernando, sendo a Ordem de Cristo responsável pelo desenvolvimento espiritual das mesmas. Com D. Afonso V, a Terceira é entregue a Álvaro Martins.

A ilha Terceira foi dividida pela infanta D. Beatriz em 2 capitânias: Angra, entregue a João Vaz Corte Real e Praia, entregue a Álvaro Martins.

A vila desenvolveu-se à volta do Castelo de S. Luís, tendo sido feitas importantes infraestruturas, como a canalização da Ribeira, o cais da Alfândega e a muralha da baía. Elevada a vila em 1478, Angra assiste a um grande desenvolvimento urbano ligado às navegações e descobrimentos portugueses, uma vez que era escala da maior parte destas expedições. Em 1534 tornou-se cidade, tendo sido construídos os edifícios principais: Sé de Angra (1570-1642), Colégio dos Jesuítas (1658), Câmara Municipal (1611) e fortificações de S. Sebastião e S. Filipe (posteriormente designada S. João Batista).

Em 1766 foi criada a Capitania Geral dos Açores, com sede em Angra. Com o Liberalismo, tornou-se a sede dos constitucionalistas. No decorrer do século XIX, a cidade permanece quase inalterada, até ao sismo de 1980 que destruiu cerca de 50% do património urbano. Houve um enorme esforço de restauro e reconstrução da cidade após este evento.

A planta da cidade tem uma estrutura axial, atravessada pela Rua da Sé. Aqui se encontra um dos mais importantes monumentos, a Sé de Angra, que é o principal edifício religioso. O Colégio dos Jesuítas, um majestoso edifício, ocupa uma posição de destaque no centro da cidade.



O Convento de S. Francisco, pertencente à Ordem Franciscana, foi inicialmente uma pequena capela (século XVI), tendo ampliado as instalações, com uma influência bastante mais austera. Podem-se ainda referir, ao nível da construção religiosa, o Convento da Esperança, o Convento de S. Gonçalo, a Ermida de Nossa Senhora dos Remédios e a Igreja de S. João Batista.

Em toda a ilha existem pequenos edifícios dedicados ao culto do Divino Espírito Santo, pequenas ermidas bastante simples. A Festa do Divino Espírito Santo é a mais importante manifestação cultural da região, com procissões e diversos rituais.

A arquitetura militar tem igualmente grande destaque, como é o caso do Forte de S. João Batista que segue o modelo renascentista e o Forte de S. Sebastião.

No que respeita à arquitetura civil, um dos exemplos mais significativos é a Casa do Capitão, um edifício quatrocentista que pertenceu a Martins Homem e a Corte Real; a Casa de Dona Violante do Conto, um solar quinhentista; o Palácio Bettencourt, a Casa do Contratador Prudência e a Câmara Municipal.

A casa típica das ilhas é construída em pedra e possui um telhado elaborado em telha cerâmica de meia cana.

A Praça Velha é um dos locais mais emblemáticos de Angra, tendo sido desenhada pelo Mestre Maduro Dias, com o objetivo de se tornar o ponto de encontro entre dois arruamentos. É um espaço amplo, o verdadeiro centro da cidade, situada em frente da Câmara Municipal.

2021/01/18

Peça do mês de janeiro



Lignito

Tipo de carvão com elevado teor de carbono na sua constituição (65% a 75%). Normalmente apresenta uma cor acastanhada. A sua extração é relativamente fácil e pouco dispendiosa na medida em que se encontra geralmente mais à superfície por ter sofrido uma pressão inferior. Em termos geológicos é um carvão recente e o único estritamente biológico e fóssil, formado por matéria orgânica vegetal. É utilizado no Laboratório de Ciências Naturais enquanto material de apoio às matérias de Geologia. Existem dois exemplares.

Está inventariado com o número ME/401250/1636 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária D. Dinis.

2021/01/21

Património Material de Portugal: Convento de Cristo, Tomar



O Convento de Cristo em Tomar é um dos mais importantes conjuntos monumentais em Portugal, considerado Monumento Nacional em 1910 e Património Mundial classificado pela UNESCO desde 1983.

Construído ente o século XII e o século XVIII, trata-se de um conjunto de edificações que incluem o Castelo de Tomar, o Convento, a Charola Templária, os Claustros quatrocentistas, o aqueduto e a Igreja Manuelina. A sua relevância resulta do facto de ser uma obra prima do renascimento europeu demonstrando o génio criativo da humanidade, estando associado a tradições e crenças de significado universal. Trata-se de um conjunto concebido inicialmente como símbolo da reconquista e posteriormente da abertura de Portugal ao mundo através dos Descobrimentos.

Situado na freguesia de S. João Batista, a sua construção iniciou-se em 1160, ligada ao nascimento da nacionalidade portuguesa e à Ordem dos Templários, posteriormente denominada Ordem de Cristo.

Foram vários os arquitetos que trabalharam nesta construção, Diogo de Arruda, João de Castilho, Diogo de Torralva, o que se refletiu em várias tipologias arquitetónicas e funções, com elementos românicos, góticos, manuelinos, renascentistas ou maneiristas. Devido a todas as transformações no espaço ao longo do tempo, são visíveis vários estilos que coexistem no monumento, desde o românico inicial.

Várias são as figuras da história portuguesa ligadas ao Convento: Gualdim Pais, o fundador da cidade de Tomar, Infante D. Henrique, D. Manuel I, D. João II, Filipe II e D. João III.

O Castelo foi fundado por Gualdim Pais em 1160, com a vila murada, a casa militar a Alcáçova e a Charola (oratório dos cavaleiros). A Charola recria a Basílica do Santo Sepulcro em Jerusalém, num misto de românico e gótico.



Em 1373 passou para a Ordem de Cristo e com a nomeação do Infante D. Henrique para governador da Ordem, a família real passa a controlar a administração do mesmo. A casa militar foi transformada num convento, a Alcáçova torna-se a residência do Infante e constroem-se dois claustros.

D. Manuel I assume o cargo de governador da Ordem que beneficia de um enorme poderio espalhado pelo mundo. O convento foi ampliado e o estilo manuelino foi adotado nas remodelações, celebrando as descobertas marítimas. A Igreja Manuelina e o Portal Sul apresentam grande profusão decorativa, ao estilo manuelino, integrando elementos marinhos, naturais, cristãos e a heráldica régia.

D. João III tenta tornar a cidade de Tomar numa capital espiritual, tendo construído a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Este monarca faz uma enorme reforma na Ordem a partir de 1529, tornando-se uma ordem de clausura, a cargo de Frei António de Lisboa. Constrói um novo espaço, um convento de grande escala atribuído a João de Castilho e Diogo de Torralva. O Claustro de D. João III, inicialmente em estilo gótico foi substituído por Torralva por um estilo maneirista.

Após a aclamação de Filipe I no Convento de Cristo em 1581, este torna-se mestre da Ordem de Cristo. O monarca irá continuar a edificação do convento e do Claustro de D. João III, a Sacristia Nova bem como o Aqueduto. Foi elaborada a Portaria Nova e o Dormitório no Claustro da Hospedaria, bem como a Grande Enfermaria e a Botica Nova. O Aqueduto é uma enorme obra de engenharia hidráulica de grande escala, com seis quilómetros de extensão.



Durante os séculos XIX e XX o Convento passa por momentos conturbados: a ocupação francesa em 1811 que levou à destruição do cadeiral do trono e em 1834 a extinção das ordens religiosas. O recheio do convento é roubado, tendo-se perdido inúmeras peças de arte e livros.

O recinto da vila, o castelo e algumas edificações do Convento foram vendidas ao futuro Conde de Tomar que transforma a ala do Claustro dos Corvos na sua residência pessoal. Só em 1939 a propriedade passará novamente para as mãos do Estado.

Por ordem de D. Maria II a Ordem sobrevive como Ordem Honorífica. Em 1845, a rainha instala-se no convento durante sete anos. D. Fernando faz demolir parte do Claustro de Santa Bárbara e da Hospedaria para ter uma vista desafogada da igreja quinhentista.

No final do século XIX várias zonas são entregues a militares, sendo que em 1917 todo o conjunto passa a ser ocupado pelo Ministério da Guerra, à exceção da igreja.

Nas últimas décadas do século XX o Estado volta a ter a posse do convento, transformando-o num espaço histórico e cultural.

2021/01/25

Património Mundial de Portugal: Mosteiro da Batalha



O Mosteiro da Batalha ou Mosteiro de Santa Maria Maior foi elevado a património mundial da humanidade pela UNESCO em 1983. Os critérios que presidiram a esta decisão foram o reconhecimento de génio criativo, a tecnologia e a técnica artística e de engenharia.

A iniciativa da construção deste mosteiro deve-se a D. João I, sendo o núcleo inicial a Quinta do Pinhal, cerca de 1385. Este monarca decidiu fundar aqui o seu panteão, bem como D. Duarte, tendo sido a Igreja doada à Ordem Dominicana em 1388. Os vários reis portugueses continuaram a engrandecer esta obra até D. João III.

O Mosteiro deve-se à promessa feita pelo, então Mestre de Avis, durante a Batalha de Aljubarrota, caso saísse vencedor. Esta construção é um símbolo da consagração da D. João I e da nova dinastia, legitimando-se através da vontade divina.

O primeiro arquiteto foi Afonso Domingues que concebeu o complexo, com a igreja, sacristia, claustro, casa do capítulo, dormitório, cozinha e refeitório.

Sucedeu-lhe Huguet, em 1482, de origem catalã, estando à frente do projeto durante 36 anos. Planificou duas capelas: a Capela do Fundador, panteão de D. João I e a as Capelas Imperfeitas, para D. Duarte. Ao longo do século XV vários terrenos foram acrescentados ao núcleo inicial.

O pórtico de entrada do Mosteiro, da autoria de Huguet é uma obra única na arte portuguesa, com uma complexa iconografia: estão representados os apóstolos, virgens e mártires, papas e bispos célebres pelas suas virtudes. O tímpano apresenta a figura de Deus, ladeado por S. João, S. Marcos, S. Lucas e S. Mateus.

Também da criatividade de Huguet, nasceu a Capela do Fundador que não estava prevista no plano inicial. É a primeira vez que surge em Portugal em espaço destinado propositadamente a um panteão familiar. A arca tumular apresenta esculpido D. João e D. Filipa de Lencastre, de mão dada. Na zona sul estão os túmulos dos filhos do rei, D Henrique, Infante D. João e a esposa D. Isabel e ainda o Infante Santo, D. Fernando.



D. Carlos mandou construir arcas funerárias para D. Afonso V, D. João II e o seu filho D. Afonso, que morreu precocemente

Fernão de Évora dirigiu as obras do claustro de D. Afonso V, um dos primeiros edifícios de dois andares em Portugal.

A igreja de Santa Maria da Vitória caracteriza-se pela sua majestade e grandeza, organizada em três naves que conduzem ao altar-mor. Encontram-se ainda cinco capelas poligonais. A capela-mor, uma inovação na arquitetura portuguesa deve-se a Fernão de Évora que dirigiu as obras do claustro de D. Afonso V, um dos primeiros edifícios de dois andares em Portugal.

Mateus Fernandes interveio na construção das Capelas Imperfeitas, entre 1490 e 1555, sendo responsável pelo portal de entrada, caracterizado pela imponência e pelo estilo manuelino.

Deste conjunto fez parte um claustro construído por D. João III que foi demolido no século XIX.

Quanto aos vitrais, pensa-se que terão sido iniciados em meados do século XV. Um dos executantes desta obra foi Luís Alemão que incutiu características dos vitrais do sul da Alemanha, certamente de onde o autor era originário. Incluem imagens de profetas, patriarcas anjos e santos, ou cenas da vida de Cristo.

No século XVI, mestre João foi encarregue dos vitrais mostrando preocupações realistas de influência flamenga. Nos finais do século, D. Manuel encomendou vários conjuntos de vitrais concebidos por vários artistas, destacando-se Francisco Henriques. Apesar de algum cuidado, a sua degradação foi notória ao longo dos anos até ao restauro iniciado em 1840 por Mouzinho de Albuquerque.



O mosteiro influenciou a formação da própria vila da Batalha. Extinto em 1834, alguns edifícios passaram para a posse do Estado, mas a quinta foi vendida a José Maria Crespo, tendo sido desarticulada do espaço conventual.

Em 1840, D. Fernando deu início às obras de restauro do edifício, que perdeu a sua função clerical. Com o rei D. Carlos I a função da Batalha passou a ser memorial. Em 1921 o monumento passou a acolher o espaço do túmulo do Soldado Desconhecido, em honra dos combatentes da I Guerra Mundial.

O Estado Novo recupera o Mosteiro da Batalha como um símbolo nacional.

2021/01/28

Património Material de Portugal: Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém



O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém foram declarados património mundial pela UNESCO em 1983. A importância dos dois monumentos deve-se, não só ao facto de serem peças de arquitetura com inegável valor histórico e artístico, mas também por serem parte integrante da cultura e identidades portuguesas e um símbolo da tolerância e diálogo com outras culturas.

O Mosteiro dos Jerónimos, cuja designação correta é Mosteiro de Santa Maria de Belém é um monumento erigido em Belém, Lisboa, no século XVI, pertencente, à época, à Ordem de S. Francisco.

A sua construção foi iniciada por D. Manuel I e tornou-se um dos epítetos da arte manuelina por excelência. A zona onde foi implantado desenvolveu-se devido ao comércio marítimo e à produção naval. Todo o processo dos Descobrimentos veio a tornar esta área um porto privilegiado, sobretudo a partir da construção da Ermida de Santa Maria de Belém, a mando do Infante D. Henrique em 1452. Instalaram-se serviços da canalização de água, casas e desbravamento de terrenos para a agricultura.

Posteriormente, cerca de 1501, D. Manuel I transformou esta pequena ermida num convento, contribuindo para tal o aumento de verbas proporcionado pelo comércio com o Oriente. O monumento seria um importante elemento de propaganda régia e glorificação de um reinado de exceção.

Utilizando o calcário da zona envolvente, a construção do Convento levou centenas de anos e esteve a cargo de vários mestres. Foi dada a sua utilização à Ordem de São Jerónimo que aqui permaneceu até à época da extinção das ordens religiosas.

Durante o reinado de D. Manuel houve duas fases de construção. Diogo de Boitaca foi responsável pela primeira, sendo da sua autoria o traçado do mosteiro e da igreja. A partir de 1517 e até 1530, João de Castilho coordenou a empreitada, sendo ele o autor da porta axial, porta sul, sala do Capítulo, sacristia, claustro, refeitório e capelas do coro. A sua presença alterou grandemente o estilo decorativo, passando-se do gótico para o classicismo renascentista.



O claustro é a primeira construção do género em Portugal, com dois andares e planta quadrada, considerado uma obra prima da arquitetura mundial. Nele se pode ver a influência de Diogo de Boitaca, que o projetou, de João de Castilho que o alterou e Diogo de Torralva que marcou a sua conclusão. Aqui se misturam uma profusão de estilos e géneros, com símbolos religiosos, régios e elementos naturalistas.

Mais tarde, Diogo de Torralva assume este cargo até 1551. Jerónimo de Ruão irá concluir o edifício, tendo trabalhado no projeto de 1563 a 1601 marcando uma viragem para o estilo manuelino.

A planta original incluía a igreja, o claustro e várias dependências anexas, havendo inúmeros acrescentos e alterações posteriores.

No século XX foram feitas várias obras de restauro e de conclusão de algumas áreas, nomeadamente a inclusão de vitrais da autoria de Abel Manta.

No âmbito da Exposição do Mundo Português, em 1940, o Estado Novo efetuou várias alterações e restauros.

A Torre de Belém, cuja designação correta é Torre de S. Vicente é uma fortificação que se situa nas imediações do Mosteiro dos Jerónimos. Inicialmente cercada por água, a Torre foi envolvida progressivamente pela praia. É igualmente uma das grandes construções de D. Manuel I, iniciada em 1514, conjugando a tradicional torre de menagem com o baluarte, ou seja, fazendo a transição entre a arquitetura medieval e o renascimento. Esta Torre pertence a um plano defensivo iniciado por D. João II, que inclui um conjunto de várias torres na linha da costa do Tejo, como a Torre de São Sebastião da Caparica (1481) e a Torre de Santo António de Cascais (1488).



O arquiteto Francisco de arruda foi o responsável pelo início da obra em 1514 e pelo traçado do monumento, que se caracteriza pela profusão de elementos manuelinos, com aplicações ornamentais icónicas e influências islâmicas. Na decoração exterior observamos brasões de armas de Portugal e cruzes da Ordem de Cristo, a par das cordas e elementos marítimos. Ao nível da estrutura, é composta por dois elementos, a torre e o baluarte, com guaritas cilíndricas que terminam em forma de cúpulas. A torre está dividida em cinco andares: Sala do Governador, Sala dos Reis, Sala de Audiências, Capela e Terraço da torre.

Diogo Boitaca, também encarregue da construção dos Mosteiro dos Jerónimos, continuou esta empreitada que se concluiu em 1520. O primeiro alcaide da Torre foi Gaspar de Paiva.

A sua função defensiva foi perdendo importância, sobretudo a partir do domínio filipino, quando se tornou uma masmorra para prisioneiros políticos.



Após o terramoto de 1755, a Torre foi utilizada para controlar os navios que chegavam ao Tejo, numa tentativa de evitar o saque da cidade.

Durante o reinado de D. Maria I a Torre assumiu um papel defensivo de grande importância, sobretudo aquando das Invasões Francesas.

Com D. Miguel I, este espaço voltou a ser utilizado como masmorra para oponentes políticos, a par do uso como controlo alfandegário.

D. Maria II procedeu a várias reformas na Torre de Belém que também passou a apoiar as comunicações através da instalação de um telégrafo (1810) e de um farol (1965).

A Torre de Belém é, assim, um dos mais emblemáticos monumentos de Portugal, refletindo a identidade portuguesa, o espírito das descobertas e a paixão pelo mar.

2021/02/01

Património Material de Portugal: Centro Histórico de Évora



O Centro Histórico de Évora faz parte do património mundial classificado pela UNESCO desde 1986.

Évora é a capital de distrito que tem o seu nome, na região do Alentejo. O seu vastíssimo património histórico e a presença da Universidade fizeram da cidade um importante centro de cultura e de investigação.

Apesar de toda a atividade cultural, a cidade integra-se numa estrutura económica eminentemente rural e artesanal. O artesanato também faz parte da riqueza da Évora, destacando-se as peças em vime ou salgueiro, a pintura dos tradicionais móveis alentejanos, o trabalho da cortiça e do barro, a par da madeira e dos metais.

Ao nível patrimonial, tendo em conta a classificação da UNESCO, trata-se de um perímetro urbano delimitado pelas muralhas quinhentistas da cidade. Évora é habitada desde épocas remotas, tendo inúmeros vestígios pré-históricos: antas, menires e cromeleques e a Gruta do Escoural.

O desenvolvimento urbano desta área iniciou-se no período romano, com os limites da chamada “cerca velha”, onde se encontravam o templo romano e a

Sé. A importância económica que adquiriu está patente na sua nomeação feita por Júlio César em 59 a. C.: *Liberalitas Júlia*. O Templo de Diana é uma das mais emblemáticas construções da época, provavelmente construído no século III d. C., em estilo coríntio. Durante a Idade Média serviu de açougue público e foi restaurado no século XIX.

Após a queda do Império Romano, a cidade foi dominada pelos Visigodos (séculos V a VII) que ergueram vários templos cristãos. De 711 a 1165 Évora é dominada pelos Árabes, sendo conquistada por Geraldo Sem Pavor em 1165. A “cerca velha” foi o limite da urbanização desde a época romana até ao final da ocupação árabe.

Évora tornou-se a sede da Ordem Militar de S. Bento de Calatrava (Avis) e foi a única a resistir à investida almorávida que reconquistou todas as praças da zona do Alentejo.

Durante o período medieval foi construída uma segunda muralha devido à expansão e desenvolvimento urbano, aproveitando as estradas romanas de acesso à cidade. A estrutura seguia o tradicional modelo de pequenas ruas irregulares e tinha dez portas: Alconchel, Raimundo, Rossio, Mesquita, Mendo Estevens Machede, Traição Moinho de Vento, Avis (a única que permanece completa), Lagoa e um postigo em Penedos.



A construção da Sé de Évora iniciou-se em 1186 e constitui um dos mais relevantes exemplos da arquitetura românico-gótica em Portugal. O edifício tem três naves, ladeadas por um claustro, datado do século XIII. A sua capela-mor foi reformulada no século XVIII por Ludovice, ao estilo barroco.

Esta cidade adquiriu enorme importância durante a primeira dinastia, tendo sido sede da Corte. Durante o reinado de D. Afonso IV recebeu a relíquia do Santo Lenho, em memória de quem foi construída a Igreja de São Vicente.

O apoio da cidade à dinastia de Avis, fez com que se tornasse uma importante região, chegando mesmo a ser capital política e cultural, onde se realizaram Cortes 23 vezes. Aqui se tomaram importantes decisões relativamente às conquistas e navegações. A consolidação do poder régio de D. João II está igualmente ligada à cidade.

O apogeu de Évora ocorre no século XVI, com os reinados de D. Manuel I, D. João III e Cardeal D. Henrique. Nesta época construíram-se diversas igrejas, o Paço de D. Manuel I, o Aqueduto da Prata, o Convento da Graça, a Misericórdia de Santo Antão, a Capela de Valverde e a Universidade. Várias figuras de destaque do panorama cultural trabalharam aqui: André de Resende, Garcia de Resende ou Manuel Severim de Faria.

A universidade foi criada em 1551, estando a cargo dos jesuítas. O seu edifício contou com a participação de importantes figuras como Afonso Álvares, Manuel Pires e Diogo de Torralva.

Na Praça do Giraldo encontra-se a Igreja de Santo Antão, um exemplar da arquitetura maneirista da autoria de Manuel Pires. Também o Convento e Igreja da Graça constitui um importante monumento ao estilo do renascimento e maneirismo.

A arquitetura civil também teve um enorme desenvolvimento, podendo apontar-se como exemplo o Solar dos Condes de Basto ou a Casa Cordovil.



O Aqueduto da Prata, da responsabilidade de Francisco de Arruda foi iniciado no reinado de D. João III e constituiu um elemento marcante no urbanismo citadino.

No período das Guerras da Restauração foram acrescentados baluartes às muralhas e a forma da cidade adquire uma seção romboidal. Aqui se destaca a Praça do Giraldo. No entanto, a dinastia de Bragança não fez investimentos de vulto na cidade que perdeu o seu destaque ao nível político e cultural.

D. Miguel, viria a instalar em Évora a sua capital, durante os conflitos liberais e absolutistas, mas só no final do século XIX é que se volta a “reabilitar” Évora como cidade-museu.

2021/02/03

As crianças em confinamento: "Artistas Digitais" ou "Cineastas Digitais"

Na sequência do encerramento de todas as escolas, jardins de infância, ATLS e outros espaços similares, as crianças e jovens encontram-se neste momento em isolamento social. Um dos grandes desafios dos pais é a ocupação dos filhos. O [CCEMS](#), em parceria com a Direção-Geral da Educação, propõe a participação nos concursos ["Artistas Digitais"](#) (Pré-Escolar, 1.º e 2.º Ciclo) ou ["Cineastas Digitais"](#) (3.º Ciclo e Secundário), consoante o nível de ensino.



A edição dos "Artistas Digitais" deste ano letivo do concurso propõe o tema "Promoção da saúde alimentar e exercício físico" para todas as categorias do concurso, tendo como objetivos melhorar o estado de saúde global dos jovens, inverter a tendência crescente de perfis de doença associadas a uma deficiente nutrição e promover a saúde dos jovens, especificamente em matéria de alimentação saudável e atividade física.

Os desenhos poderão ser feitos em qualquer programa/ aplicação para desenho digital, como, por exemplo, o Paint, no computador, ou o PicsArt Color Pintar, no tablet, e os desenhos poderão ser submetidos pelos pais/encarregados de educação/responsável, no site do concurso.



A edição dos "Cineastas Digitais" tem este ano, como tema geral, os "Direitos Humanos". As abordagens temáticas e técnicas deverão ser diferenciadas em função das três categorias de vídeos previstas no regulamento, a saber:

- "Nano Vídeos" (duração inferior a 30 segundos e com requisitos técnicos elementares), cujo tema é "Direitos Humanos";
- "Vídeo Curtas" (duração entre os 30 segundos e 3 minutos), cujo tema é livre;
- "Vídeo Narrativas" (duração entre os 3 e os 6 minutos, com uma estrutura que permita perceber uma história), cujo tema é "Direitos Humanos".

A supervisão dos vídeos e a sua submissão no site do concurso fica a cargo de um professor, depois de efetuado o registo.

Os alunos poderão produzir vídeos sozinhos ou em grupo. Caso optem por trabalhar em grupo, dado o período de isolamento social em que nos encontramos, sugerimos que realizem as gravações individualmente e depois recorram a meios de comunicação à distância para organizarem e debaterem a necessária montagem.

Os alunos poderão recorrer a programas de gravação e edição e vídeo gratuitos (mesmo que as gravações fiquem com marca d'água) ou à câmara de vídeo dos telemóveis. Se optarem, os vídeos podem ser realizados recorrendo a animações ou à técnica do "Stop motion".

2021/02/04

Exposição virtual: "Os mapas da Segunda Guerra Mundial"

A Segunda Guerra mundial foi um conflito militar que envolveu a maior parte das nações mundiais, entre 1939 e 1945, divididas em duas alianças militares opostas, os Aliados e o Eixo. Este foi o acontecimento mais mortífero da humanidade, contando com cerca de 50 a 70 milhões de morte, mobilizando mais de 100 milhões de militares. Dois eventos marcaram negativamente esta situação: o Holocausto e a utilização de armas nucleares pela primeira vez.

A invasão da Polónia pela Alemanha Nazi, a 1 de setembro de 1939, é considerado o acontecimento inicial que desencadeou todo o conflito. A este seguiram-se as declarações de guerra à Alemanha por parte de França e pelo Império Britânico. A maior parte dos países acabaram por se envolver na guerra como resposta a determinados acontecimentos, como por exemplo a invasão da União Soviética ou os ataques japoneses a Pearl Harbour nos Estados Unidos.

Após o término da guerra, com a vitória dos Aliados após o sucesso do Desembarque na Normandia, todo o alinhamento político, económico e social foi alterado. A criação da Organização das Nações Unidas foi então criada para manter a paz, evitar conflitos e reconstruir a Europa dizimada pela guerra. Geram-se duas superpotências mundiais, União Soviética e Estados Unidos, e a Guerra Fria instala-se até cerca de 1991. A descolonização em África e na Ásia foi outra das consequências do final da guerra.

O Museu da Educação possui vários mapas alusivos a esta época que nos reportam a situação política do mundo antes do início da Segunda Guerra Mundial, nomeadamente as colónias das várias potências mundiais, bem como a Europa e o mundo no início e durante a guerra. A situação no Pacífico também é representada nestes mapas, bem como as alterações sofridas no continente africano.



Mapa do mundo antes da Segunda Guerra Mundial

Título: Background of World War II

ME/401663/30

Escola Secundária Eça de Queirós

O mapa servia para ilustrar as matérias de História, da Denoyer-Geppert World History Series. Mapa multicolor onde se apresenta, a diferentes cores, as várias possessões dos diferentes Estados, a nível mundial, antes da II Guerra Mundial. A legenda encontra-se ao centro, em baixo.



Mapa da Europa no século XX

Título: Europe at the outbreak of World War

ME/400117/368

Escola Secundária D. Pedro V

Mapa que ilustra a Europa no início da II Guerra Mundial, salientando a cor rosa a anexações de Hitler e Mussolini até 1 de setembro de 1939. Legenda no canto superior esquerdo.



Mapa de África no século XX

Título: África 1924 - 1966

ME/340881/28

Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos D. Martinho Vaz de Castelo Branco

Mapa histórico que servia como material de apoio às disciplinas de História e Geografia. Encontra-se dividido verticalmente em duas imagens. A imagem da esquerda apresenta o continente africano no ano de 1924, dividido com a indicação das possessões coloniais dos vários países europeus, a diferentes cores. A imagem da direita apresenta igualmente o continente africano, no ano de 1966 vendo-se, a diferentes cores, as nações independentes que se formaram depois da II Guerra Mundial.



Mapa do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial

Título: World War II in the Pacific

ME/400117/366

Escola Secundária D. Pedro V

Mapa que ilustra a Guerra no Pacífico, utilizado como material de apoio nas aulas de História/Geografia. Guerra do Pacífico é o nome com que ficou historicamente conhecido o conflito armado entre o Japão, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a China e seus aliados durante a Segunda Guerra Mundial - e a precedente invasão e ocupação japonesa da China, ocorrido no Oceano Pacífico e suas ilhas e no Sudeste Asiático. No mapa é possível visualizar as rotas da invasão japonesa e a linha dos Aliados. Legenda no canto superior direito.



Mapa da Europa e do Norte de África no Século XX
 Título: World War II in Europe and Northern Africa
ME/805548/311
 Escola Secundária João de Deus

Mapa utilizado em contexto das práticas pedagógicas para ilustrar matérias de História. Trata-se de um mapa que ilustra a Europa e Norte de África durante a II Guerra Mundial, apresentando as rotas dos Aliados e da Potência dos Eixos bem como os territórios de cada facção, os países neutrais e os ocupados por nações hostis. Apresenta a legenda no canto superior esquerdo e, no canto superior direito, a partilha da Polónia em 1939.



Mapa do mundo no Século XX
Título: O Mundo durante a Segunda Guerra Mundial
ME/401250/36
Escola Secundária D. Dinis

Mapa multicolor que servia para ilustrar as matérias de História, assinalando diferentes países do mundo e a sua posição face à 2ª Guerra Mundial. Apresenta igualmente as zonas e rotas de ataque. Por baixo da legenda, existe uma barra cronológica relativa às presidenciais portuguesas durante o século XX até à década de oitenta.

2021/02/08

Livro Único : Axiologias do Estado Novo



O Estado Novo⁶ decidiu, inicialmente, utilizar manuais escolares adotados durante a República. Após alguma controvérsia, optou pelo *livro único* cuja utilização permitia uniformizar conteúdos e práticas pedagógicas. Efetivamente, a 1.ª República (1910-1926) definiu contextos ideológicos distintos dos períodos que antecederam e precederam o Estado Novo, este, em si mesmo, reflete a ideologia do regime, suprimindo-se determinados períodos da história de Portugal e enaltecendo outros (cf. Sole, 2017).

⁶ Em 1933 entra em vigor a Constituição que faz nascer o Estado Novo, substituindo a de 1911 que, na prática, não era aplicada desde o golpe militar de 1926. O documento subalternizava o Parlamento, limitando também as liberdades individuais. A nova Constituição, desenhada pelos militares e por Oliveira Salazar, entrou em vigor em 11 de abril de 1933, após plebiscito realizado em 19 de março do mesmo ano. O regime vai perdurar até 1974, período durante o qual as liberdades individuais e coletivas são limitadas. Durante quase 50 anos Portugal vai conhecer Presidentes da República militares, apesar do poder estar na mão de Oliveira Salazar.

O Estado Novo, a seu modo, reconstrói uma representação da sociedade tendo em vista a exaltação do passado nacionalista para a construção do *homem novo*. Assim, o livro único surge como forma de expurgar os manuais que não se enquadravam nos valores e ideologia dominantes, e como instrumento de inculcação ideológica, corporizando o sistema ideológico oficial: conservador, nacionalista e rural.

“Os *livros únicos* assumem esse propósito antropologizante, aspirando à moldagem dos alunos através de conteúdos centrados numa axiologia hierarquizadora tendo em vista a harmonia social. Ao haver uma cultura escolar de ‘ritualização, gestualidade, socialização’ e formação vertida do manual, como aconteceu durante o Estado Novo, existe uma propensão para a homogeneização, contextualização e meta-projeção do que nele se veiculava.” (Pires, et al. 2009:10)

Em 1933 a escolha de livros e compêndios, dentro dos adotados superiormente, é confiada individualmente aos professores e não pode ser objeto de resoluções coletivas tomadas em reuniões prévias convocadas para o efeito as quais estão proibidas – Circular nº 22, de 15 de outubro de 1933.

Os manuais escolares apresentam-se como um meio eficaz de inculcar a ideologia nascente, tornando-se, por tal motivo, imprescindível o controle do seu conteúdo por parte dos organismos oficiais que surgem com os decretos: n.º 20741 de 11 de janeiro de 1932; n.º 23982 de 8 de junho de 1934; n.º 24610 de 24 de outubro de 1934; n.º 25447 de 1 de junho de 1935 e a Portaria 8210 de 28 de agosto de 1935.

Foi a 24 de novembro de 1936, decretado que a cada classe escolar corresponderá um único livro, compreendendo as matérias de todas as disciplinas (Decreto Lei nº 27/279, artigo 2.º). Efetivamente, no artigo 15.º, do mesmo decreto, foi decretada a imediata caducidade de aprovação oficial de todos os livros do ensino primário – em 1937 foi aberto um concurso público destinado à produção dos textos para o livro único – exaltado nacionalismo e espírito cristão.

A Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo, da Secretaria-Geral da Educação e Ciência⁷, possui um acervo significativo de alguns “Livros de Concurso” candidatos à posição de livros únicos e afins, nestes são visíveis observações, críticas e rasuras do Regime. Os referidos livros, aos que chamamos de concurso, são, na sua esmagadora maioria, livros já publicados, mas, por razões de censura e agilização pedagógica, são submetidos a novos concursos com anotações, rasuras e colagem.

“Apesar de (muito provavelmente) os escritores terem feito esse esforço, os resultados não foram positivos e, por esse mesmo motivo, foi decretado em 1940 que ‘a elaboração dos textos e a sua ilustração colorida são confinadas a uma comissão de técnicos, escolhidos de entre os de reconhecido mérito pedagógico, literário e artístico. Essa mesma comissão uniu forças e trabalhou, tendo publicado no ano de 1941, o primeiro livro único destinado à primeira classe do Ensino Primário Elementar.’” (Basto, 2015:43)

Em 1940 foi nomeada uma comissão especial para escrever e ilustrar os novos manuais de leitura que tiveram como principal fonte de inspiração os livros escolares italianos. Surgem, assim, livros da série escolar da 1^a à 4^a classe. Os seus conteúdos assentavam na ideia da *harmonia social*, veiculando um sentimento de amor à pátria que tinha como referência o Chefe de Estado e o Presidente da República.

“Naturalmente que os métodos mais divulgados no Estado Novo suportam a organização da informação nos livros, de forma enciclopédica e deliberadamente ideológica e consubstanciam essa mesma informação nos testes, nos exercícios e nos exames; isto é, este modelo está naturalmente configurado e estruturado para transmitir a informação [...]” (Simão, 2014)

O esforço do Estado Novo, grosso modo, para preservar a identidade de instrução nacional, perspetivava uma escolarização elementar, onde, por conseguinte, o manual escolar, petrificado em livro único, representa uma verdadeira pedagogia e tendência conteudista.

⁷ À Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo compete sinteticamente: (i) preservar, valorizar e promover o património histórico da educação e da ciência nas componentes arquivística, bibliográfica e museológica; (ii) desenvolver o modelo de organização e gestão dos arquivos correntes e intermédios e assegurar o atendimento e o apoio especializado aos utilizadores da biblioteca, museu e arquivo.

BIBLIOGRAFIA:

BASTO, Joana (2015). *A representação de género em manuais escolares do ensino primário do estado novo* [em linha]. Mestrado em design de comunicação, apresentado à Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos [Consult. 14 de janeiro 2021]. Disponível: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/9352>

CARVALHO, Rómulo (1986). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

NETO, Aida Celeste Caetano (2015). *Os manuais do ensino primário elementar e a inculcação dos valores do Estado Novo* [em linha]. Mestrado em ensino do português como língua segunda e estrangeira [Consult. 14 de janeiro de 2021]. Disponível:

<https://run.unl.pt/bitstream/10362/15980/1/Os%20Manuais%20do%20Ensino%20Prim%C3%A1rio%20Elementar%20e%20a%20Inculca%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Valores%20do%20Estado%20Novo.pdf>

PIRES, Cristina Maria Mesquita Gomes, [et al.] (2009). *A iconografia nos manuais escolares do Estado Novo*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (2021). *Organograma* [em linha]. Lisboa: SGECE [Consult. 14 de janeiro de 2021]. Disponível: <https://www.sec-geral.mec.pt/pt-pt/organograma>

SIMÃO, Francisco (2014). “Educação e ensino: notas sobre manuais escolares um instrumento ideológico ao serviço do Estado Novo” [em linha]: *PROFFORMA*, Nº 13, Junho 2014 [consult. 14 de janeiro de 2021]. Disponível: http://cefopna.edu.pt/revista/revista_13/es_01_13_fs.htm

SOLE, Maria Glória (2017). “A história nos manuais escolares do ensino primário em Portugal: representações sociais e a construção de identidade(s)” [em linha]: *Historia y Memoria de la Educación*; 6 (2017): 89-127 [Consult. 14 de janeiro de 2021].

Disponível: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/47748/1/17128-37024-1-PB.pdf>

2021/02/11

Património Material de Portugal: Mosteiro de Alcobaça



O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça faz parte do património mundial classificado pela UNESCO desde 1989.

Situado na cidade de Alcobaça, este mosteiro é considerado a primeira obra totalmente em estilo gótico em Portugal.

Em finais do século X, foi fundado em Cluny um mosteiro beneditino que seguia a Regra de S. Bento. No entanto, o abandono das regras rígidas da Ordem, levou alguns monges a fundar um novo mosteiro em Cister. Estes monges chegaram a Portugal em plena reconquista cristã levada a cabo por D. Afonso Henriques. Este monarca doou várias terras a S. Bernardo, na região de Alcobaça e em

1153 foi concedida uma Carta de Couto tendo-se iniciado a construção do Mosteiro em 1178.

À medida que a conquista avançava para sul, estes monges tiveram um papel fundamental no povoamento e defesa do território. O auxílio à população e as ações de beneficência tornaram-se fundamentais.

O mosteiro é constituído por várias zonas que podemos destacar. Em primeiro lugar, a Igreja, que é a primeira construção totalmente gótica em Portugal. A sua planta de cruz latina tem uma nave central, duas naves laterais e um transepto. A capela-mor é limitada por um deambulatório com nove capelas. A sua arquitetura reflete a regra beneditina de humildade, isolamento e serviço a Deus, através da estrutura simples. Ao longo do tempo a igreja foi sofrendo alterações, nomeadamente entre 1702 e 1725, com a inclusão de elementos barrocos e campanários.



No interior da igreja encontram-se os túmulos de alguns monarcas portugueses, como é o caso de D. Afonso II (1185-1223) e de D. Afonso III (1210 – 1279). Numa sala lateral estão mais oito túmulos, entre os quais o de D. Beatriz, mulher de D. Afonso III e três dos seus filhos e também D. Urraca, mulher de D. Afonso II.

Destacam-se igualmente os túmulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, profundamente danificados aquando das invasões francesas

O primeiro Claustro foi provavelmente edificado em 1240. Foi substituído pelo Claustro de D. Dinis, edificado no século XIV, o centro da vida do mosteiro, à volta do qual se situam a Sala do Capítulo, o Refeitório, a Sala dos Monges, o Dormitório, o Parlatório e a Cozinha. D. Manuel I adicionou um segundo andar a esta construção.

A sala do Capítulo, incluída na zona do Claustro do Capítulo, tem uma fachada vistosa e servia às assembleias dos monges. Aqui se procedia à leitura dos capítulos da Regra Beneditina.

O Parlatório encontrava-se ao lado da Sala do Capítulo e era apenas aqui que os monges estavam autorizados a falar.

O Dormitório localiza-se no primeiro andar e conserva ainda a sua forma medieval. Atualmente possui três naves de grandes dimensões.

A Sala dos monges situava-se por baixo da zona norte do dormitório e servia, nos primeiros tempos, para o alojamento dos noviços. No início do século XVI esta zona foi transformada em área de trabalho e sala de estar para os monges.

A cozinha inicial tinha em consideração os hábitos alimentares dos monges que não consumiam carnes nem matérias gordas. A alteração destes costumes, com a autorização do consumo de carne tornou necessária a construção de uma nova cozinha, provavelmente em 1712. Incluía uma lareira central e duas laterais que permitam alimentar mais de 500 pessoas. Ao lado da nova cozinha encontrava-se o refeitório.

No que respeita às novas alas, podem destacar-se o Claustro do Cardeal, edificado no século XVI em homenagem ao Cardeal D. Henrique; o Claustro da Portaria e a Sala das Conclusões. Na zona Sul, funcionou o Colégio da Nossa Senhora da Conceição e o Claustro da Leitura.

O Núcleo Barroco inclui a Sacristia Nova, a Capela Relicário, e a Capela do Desterro.



A Capela-Relicário foi erigida entre 1669 e 1672, um exemplar único em Portugal em trabalho de talha dourada.

A Capela do Desterro data do século XVIII e o seu interior é totalmente revestido a azulejos onde se narram episódios da vida de Jesus.

A Sacristia, de origem medieval, foi substituída na época de D. Manuel I, mas desapareceu durante o terramoto de 1755. Foi reconstruída em 1770 em estilo Barroco, tendo-se conservado os portais manuelinos.

O Mosteiro de Alcobaça estava murado, mas foi-se desmoronando ao longo do tempo. Entre o muro e o mosteiro existiam jardins e ainda um lago e um obelisco, provavelmente datados do século XVIII. As áreas reservadas à agricultura situavam-se na zona norte. O cemitério dos monges localizava-se no lado sul do transepto da igreja.

Deve-se ainda referir o sistema hidráulico utilizado pelo mosteiro. O rio Alcoa foi desviado em algumas zonas para criar um sistema de abastecimento de água.

2021/02/15

Património Material de Portugal: Paisagem de Sintra



A Paisagem Cultural de Sintra faz parte do património mundial classificado pela UNESCO desde 1995.

A zona de Sintra e da sua serra caracterizam-se por uma paisagem natural de grande beleza e singularidade, bem como por um conjunto de construções artísticas e monumentos de valor incalculável.

Conhecida como Monte da Lua, Sintra está associada a um local de culto desde a época pré-histórica. Durante o período de ocupação romana o local foi dinamizado a todos os níveis, bem como durante as invasões muçulmanas. Era um dos principais centros urbanos a seguir a Lisboa, tendo funcionado como polo abastecedor da “capital” e apoio defensivo.

A Carta de Foral foi concedida à vila em 1154, tendo sido doadas terras aos povoadores de diversas proveniências. À medida que a Reconquista avançava para sul, Sintra perdeu a sua importância estratégica. D. Dinis concedeu foral à

vila de Colares em 1281 e iniciou a ampliação da alcáçova moura que viria a tornar-se posteriormente o Palácio Real.

D. João I procedeu à construção de vários edifícios na zona, como é o caso do Convento da Santíssima Trindade e à ampliação do Palácio, sob a direção do mestre João Garcia de Toledo. A presença da corte durante várias temporadas neste local contribuiu largamente para a intensificação da vida política e económica da vila.



Durante o século XV, a corte instala-se em Sintra, tendo sido o local de nascimento de D. Afonso V. A concessão de benefícios régios e isenções potenciou o desenvolvimento de toda esta zona, tanto mais que D. João II foi aqui aclamado rei.

D. Manuel continuou as obras no Palácio, que se tornou um exemplar de profusão de estilos arquitetónicos e decorativos. Sob a égide deste monarca, foi erigido um mosteiro, em 1511, bem como a renovação do Mosteiro da Penha Longa, em 1517 e do Mosteiro de São Martinho. D. Catarina fundou a Misericórdia de Sintra em 1545. Muitos nobres passaram a gravitar junto da corte reformando quintas e pequenos palácios que engrandeceram a vila.

O gosto humanista, típico do renascimento, tornou Sintra num polo cultural, onde se desenvolveram as letras e as ciências. Várias foram as figuras ilustres que por aqui passaram, desde Gil Vicente, Pedro Nunes, João de Barros, Damião de Góis ou Luís de Camões entre outros.

Com o domínio filipino e a ausência da corte esta pujança cultural desapareceu, apenas animada com as cortes de aldeia, apanágio de alguns membros da nobreza. A situação acentuou-se durante a Restauração, uma vez que a monarquia preferiu Lisboa como centro da governação.



À semelhança de Lisboa, Sintra perdeu grande parte dos seus edifícios com o terramoto de 1755, embora as obras de reconstrução tenham sido rápidas.

Só no final do século XVIII se renovaria a importância de Sintra, visitada por vários intelectuais estrangeiros, como Beckford, Byron ou Southey. Gerard Devisme construiu um palácio em Monserrate, Daniel Gildemeester erigiu a Quinta da Alegria em 1783. O Hotel Lawrence, inaugurado em 1786, tornou-se um dos primeiros da Europa.

O século XIX, a par do movimento romântico, tornou-se o período mais marcante para Sintra. Desta época são o Palácio da Pena, o Palácio de Monserrate, a Quinta da Regaleira ou a Quinta do Relógio.

No início do século XX houve uma profunda intervenção arquitetónica na vila, em que a ligação entre o homem e a natureza foi amplamente privilegiada. O clima da Serra de Sintra tem características muito próprias, com vegetação abundante que se funde com a arquitetura.

Desta forma, ao nível do património paisagístico, destacam-se o Parque Botânico de Monserrate e o Parque Botânico da Pena.

O Parque de Monserrate está situado na zona Norte da Serra de Sintra. Esta área foi arrendada a William Beckford nos finais do século XVIII que criou um parque botânico. Mais tarde, Sir Francis Cook adquiriu a propriedade que foi reconstruída por James Burt. Foram criados ambientes de várias zonas do mundo, incluindo nascentes e cascatas artificiais.

O Parque da Pena foi iniciado por D. Fernando II em 1840, com a presença de espécies europeias, da América do Norte, da Ásia e da Nova Zelândia, onde se conjugam com quiosques, fontes, lagos e miradouros.

O Centro histórico da vila é outro dos locais mais emblemáticos e resulta da reconstrução pombalina. Tendo como ponto de partida o Palácio e um tecido urbano medieval, à medida que nos afastamos vai apresentando ruas mais largas e construções mais amplas.

No que respeita à arquitetura áulica, temos o Chalet Biester, o Palácio de Monserrate, O Chalet da Condessa d'Edla, o Palácio de Seteais, o Palácio Nacional da Pena, o Paço de Ribafrias, o Palácio Nacional de Sintra, a Quinta da Regaleira, a Quinta da Amizade, a Quinta do Relógio, a Quinta da Penha Verde, a Quinta do Saldanha e a Quinta dos Pisões.

Ao nível da arquitetura militar temos o Palácio dos Mouros. A arquitetura religiosa inclui o Convento da Trindade, a Ermida de Nossa Senhora da Piedade, o Convento de Santa Ana da Ordem do Carmo, a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, o Convento de Santa Cruz dos Capuchos, a Igreja Paroquial de Santa Maria do Arrabalde, a Igreja Paroquial de São Martinho, a Igreja Paroquial de São Pedro de Canaferrim e a Igreja Paroquial de São Miguel do Arrabalde.



No que respeita ao património arqueológico podem referir-se a Necrópole Medieval de Nossa Senhora de Milides, o Monumento Pré-Histórico da Bela Vista, o Sítio Romano da “Vila Velha” de Sintra, Via e provável Necrópole Romanas da Rua da Ferraria, o Sítio Calcolítico da Penha Verde, o Sítio da Idade do Bronze/Ferro do Parque das Merendas, o Sítio Neolítico/ Calcolítico da Rua das Padarias, o Depósito da Idade do Bronze do Monte do Sereno, o Sítio Neolítico de São Pedro de Canaferrim e o Sítio da Idade do Bronze do Castelo dos Mouros.

Estes são apenas os locais classificados pela UNESCO, embora o património sintrense inclua muito mais. Para saber mais poderá consultar o site da Câmara Municipal de Sintra e saber tudo o que esta região tem para oferecer.

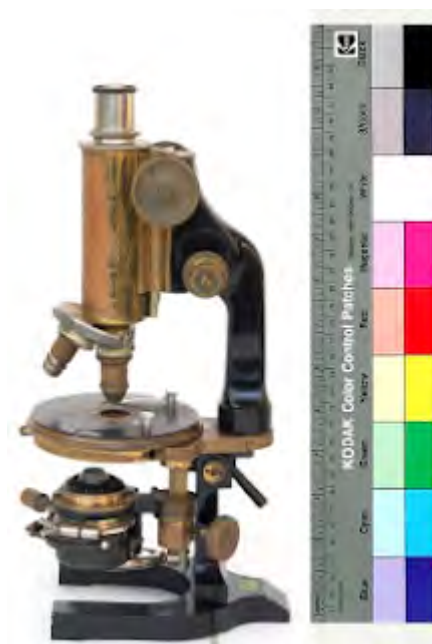
<http://paisagemcultural.sintra.pt/patrimonio> .

2021/02/16

Escola Secundária de Camões: o património em destaque

A Escola Secundária de Camões incentivou sempre a partilha e a valorização do seu património. A história da instituição e a diversidade do seu acervo contribuíram para um trabalho conjunto, de professores e alunos, cujo objetivo é trazer a público, mensalmente, uma peça considerada relevante.

O potencial expositivo do património da Escola Secundária de Camões é enorme, possibilitando múltiplas abordagens. Podem ser realizados estudos a partir de um edifício ou de um espaço, de um objeto ou de um conjunto de objetos (livros, manuscritos, fotografias, mapas, pinturas, esculturas, peças associadas a uma celebração ou a um testemunho, espécimes de história natural, instrumentos científicos, entre outros a ponderar). A este propósito foi elaborado um flyer com informações específicas relativamente a esta temática.



Neste flyer a escolha recaiu sobre um microscópio ótico de precisão, inclinável, com componente mecânica de latão parcialmente esmaltado a preto (coluna, parte da platina e base).

2021/02/18

Peça do mês de fevereiro



Locomotiva

Modelo de uma locomotiva utilizado nas aulas de Física para ilustrar as matérias de termodinâmica. Trata-se de um objeto em metal sobre suporte de madeira para demonstração do funcionamento de uma locomotiva a vapor.

Está inventariado com o número ME/ESMC/179 e pertence ao espólio museológico da Escola Machado de Castro.

2021/02/22

Produtividade Autor: Educação e Matemática



A publicação periódica *Educação e Matemática* da Associação de Professores de Matemática (APM), na posse da Direção-Geral da Educação (DGE), sob a cota PP 60, pertencente à rede de Bibliotecas Sistema Integrado de Bibliotecas do Ministério da Educação e Ciência (SIBME), foi objeto de investigação analítica-bibliográfica pela Divisão de Serviços de Documentação e de Arquivo.

A finalidade deste estudo bibliográfico foi, sobretudo, disponibilizar e difundir meta informação correspondente a 349 registos, oriundos do espólio à guarda da DGE: n.º 5 ao n.º 88 (1.º trim. 1988 a mai./ jun. 2006); n.º 91 (jan./fev 2007); n.º 97 (mar./abr. 2008) e, finalmente, o n.º 104 (set./out. 2009).

Os conteúdos mais relevantes, dos anteriores anos analisados (1988-2009), são as Práticas pedagógicas; a Formação de professores; o Software educativo; as Biografias; os Projetos educativos, enfim, a Política de educação em todos os seus graus de ensino.

No que diz respeito à visibilidade quantitativa dos autores analisados, respeitante aos números investigados, inspiramo-nos na *Lei de Lotka*⁸, usando o tamanho da frequência anteriormente referido como critério, com a finalidade de averiguar a *produtividade autor* na revista Educação e Matemática:



Numa população de 349 registos bibliográficos (analíticos) foram apurados os seguintes dados de produtividade autor (ver: gráfico Produtividade Autor-1):

Eduardo Veloso (var. **Veloso, Eduardo**)⁹, nascido em 1928, foi professor de matemática, e, neste contexto, é o autor que mais frequência absoluta apresenta de artigos científicos – 17 artigos científicos;

Cristina Loureiro (var. **Loureiro, Cristina**)¹⁰, nascida em 1955, professora de matemática e coordenadora da Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico, apresenta uma frequência absoluta de 9 artigos;

Ana Boavida (var. **Boavida, Ana**)¹¹ e Ana Vieira (var. **Vieira, Ana**), ambas apresentam uma frequência de 7 artigos.

⁸ A Lei de Lotka está correlacionada com a produtividade dos autores e, por tal, fundamenta-se na premissa básica de que alguns pesquisadores publicam muito e muitos publicam pouco. Dito de outro modo, enuncia que a relação entre o número de autores e o número de artigos publicados por esses, em qualquer área científica, segue a Lei do Inverso do Quadrado ou seja, $1/n^2$. Por exemplo, se num determinado período de tempo, analisando um número n de artigos, o número de cientistas que escrevem dois artigos seria igual a $1/4$ do número de cientistas que escreveram um artigo

⁹ Nome completo: Eduardo Manuel Souto de Sousa Veloso.

¹⁰ Nome completo: Maria Cristina Cunha Santos Loureiro.

¹¹ Nome completo: Ana Maria Dias Roque de Lemos Boavida.

Ana Boavida, nascida em 1955, é professora adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Licenciada em matemática - ramo educacional, Universidade de Lisboa e Mestrado em educação e desenvolvimento - educação matemática.

Paulo Abrantes (var. **Abrantes, Paulo**) e professora de matemática Fernanda Perez (var. **Perez, Fernanda**) a apresentam uma frequência absoluta em *ex aecuo*, 6 artigos de didática de matemática.

Fernanda Perez, professora de matemática, dedica-se, sobretudo, à valorização das competências dos professores, tais como, a sua formação contínua. Paulo Manuel Caetano Abrantes, segundo o Jornal o Público (Costa, 2003) nasceu em Lisboa, em 1953. Licenciou-se em matemática na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), em 1977, e doutorou-se em Educação dezassete anos depois, com distinção e louvor. Foi professor do ensino secundário até 1982, ano este em que passou a colaborar com o Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL). Lecionou ainda nas Universidades dos Açores e da Madeira e orientou teses de mestrado e doutoramento.

Em 1986, Paulo Abrantes esteve na base da fundação da Associação de Professores de Matemática (APM), a que presidiu nos dois anos seguintes. Foi autor de manuais escolares de matemática e de um sem-número de publicações na área da Educação. Em 2003, o ilustre matemático, veio a falecer vítima de doença prolongada.

Fernando Nunes (var. **Nunes, Fernando**), João Pedro da Ponte (var. **Ponte, João**) e, Joana Maria Leitão Brocardo (var. **Porfírio, Joan**) apresentam, também, em *ex aecuo* 5 artigos científicos publicados.

Nuno Fernando é licenciado em engenharia química, com Mestrado em metodologia do ensino da matemática. Foi Presidente da Associação de Professores de Matemática (2001-2003), membro de vários Grupos de Trabalho da Associação de Professores de Matemática, nomeadamente do Grupo de

Trabalho da Internet. Foi professor desde 1974, lecionando em todos os níveis de ensino.

João Pedro da Ponte¹², nascido a 1953, é professor catedrático de didática da matemática; licenciado em matemática pela Universidade de Lisboa; Doutor em educação matemática pela University of Georgia, com Agregação pela Universidade de Lisboa.

Joana Maria Leitão Brocardo Porfírio é licenciada em matemática (1979) pela FCUL, Mestre em educação na especialidade de metodologia do ensino da matemática (1992) pela FCUL e Doutora em didática da matemática (2002) pela mesma Instituição. É professora na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal desde 1989. Foi Diretora Geral (2008-2009) e Subdiretora Geral (2006-2008) na Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.



Segundo o gráfico Produtividade Autor – 2, António Bernardes (var. **Bernardes, António**); Maria José Costa (var. **Costa, Maria José**); Leonor Cunha Leal (var. **Leal, Leonor**); Alexandra Pinheiro (var. **Pinheiro, Alexandra**); Paula Teixeira (var. **Teixeira, Paula**) e José Paulo Viana (var. **Viana, José**) são os autores que, no conjunto de 349 registos, apresentam um valor absoluto de 4 artigos científicos de matemática publicados.

¹² Nome completo: João Pedro Mendes da Ponte.

António Bernardes, Maria José Costa e Paulo Teixeira são, ambos, autores de manuais escolares de matemática. Leonor Cunha Leal é Mestre em avaliação educacional (área de matemática); em 1992 analisa um conjunto diversificado de instrumentos, trabalhados num contexto de inovação curricular, o projeto Mat. 789.

Finalmente, José Paulo Viana é também autor de manuais escolares e, consequentemente, professor de matemática na Escola Secundária de Vergílio Ferreira e autor da seção "Desafios" aos domingos no jornal Público.

BIBLIOGRAFIA:

ABRANTES, Paulo (1994). "Contagens, grafos e matrizes nos nossos programas? talvez um dia..." *Educação e matemática*; n.º 30 (2.º Trim. 1994), p. 17-20

BERNARDES, António (et al.) (1999). "Avaliando investigações: contributos para a discussão." *Educação e matemática*; n.º 51 (Jan./Fev. 1999), p. 19-21

BOAVIDA, Ana Maria (et al.) (1999). "Tempos passados... tempos presentes: os materiais em 1974: os materiais em 1999." *Educação e matemática*; n.º 53 (Mai./Jun. 1999), p. 38-39

COSTA, Maria José (1998). "Oh professora, pode ser um jogo? pode..." *Educação e matemática*; n.º 46 (Jan./Fev. 1998), p. 20

COSTA, Sandra Silva (2003). "Vítima de doença prolongada: morreu o ex-director do Departamento de Educação Básica" [em linha]: *Jornal Público*; 16 de julho de 2003 [Consult. 26 de janeiro de 2021]. Disponível: <https://www.publico.pt/2003/07/16/portugal/noticia/morreu-o-exdirector-do-departamento-de-educacao-basica-1157406>

LEAL, Leonor Cunha (1994). "Normas profissionais para o ensino da matemática: uma leitura possível." *Educação e matemática*; n.º 31 (3.º Trimestre 1994), p. 35-37, 40

LOUREIRO, Cristina (1998). "ProfMat 97, duas intervenções: um olhar sobre a ProfMat." *Educação e matemática*; n.º 46 (Jan./Fev. 1998), p. 5-6

NUNES, Fernando (2000). "Estranho mas verdadeiro... acredite se quiser!" *Educação e matemática*; n.º 58 (Mai./Jun. 2000), p. 17-18

PINHEIRO, Alexandra (et al.) (2000). "A reforma dos programas de matemática: um olhar sobre um painel no ProfMat 94." *Educação e matemática*; n.º 32 (4.º Trim. 1994), p. 7-10

PEREZ, Fernanda (1999). "Dinâmica de grupo e práticas colaborativas: resultados do Matemática 2001" *Educação e matemática*; n.º 53 (Mai./Jun. 1999), p. 37

PONTE, João Pedro da (1997). "O ensino da matemática na sociedade da informação" *Educação e matemática*; n.º 45 (Nov./Dez. 1997), p. 1-2

PORFÍRIO, Joana (et al.) (1993). “Uma experiência de resolução de problemas no 7.º ano de escolaridade” *Educação e matemática*; n.º 28 (4.º Trimestre 1993), p. 5-8, 14

TEIXEIRA, Paula (1998). “Alguns recursos para o ensino de estatística na Internet.” *Educação e matemática*; n.º 47 (Mar./Abr. 1998), p. 22

VELOSO, Eduardo (1994). “Geometria no 10.º ano, o fracasso que era previsível...” *Educação e matemática*; n.º 30 (2.º Trimestre 1994), p. 29-30

VIANA, José Paulo (1999). “O problema do ProfMat 98.” *Educação e matemática*; n.º 51 (Jan./Fev. 1999), p. 15-16

VIEIRA, Ana (1999). “Materiais para a aula de matemática.” *Educação e matemática*; n.º 52 (Mar./Abr. 1999), p. 34

2021/02/25

A Escola Primária de Faiões - uma escola construída pelos populares

Edifício escolar de 3 salas, com cantina, misto, tipo Granito, do núcleo escolar de Faiões. Inclui memória descritiva das obras a efetuar, orçamento das obras de conclusão no valor de 59 800\$00. Contém alçado da "Escola primária de Faiões - Chaves - Vedação entrada e fontenário público na estrada de Chaves a Bragança - Escala de 0,02 por metro." e fachada principal, alçado lateral direito, lateral esquerdo, posterior e planta do 1º e 2º pavimentos na escala de 0,01 por metro, realizados pela sociedade Rogério Azevedo/ Baltazar de Castro, Arquitetos. Contém ainda a carta do benemérito António Moraes Sarmento, reitor da Universidade de Coimbra, dirigida ao capitão Gomes da Silva, com os requisitos e condições para a construção da futura escola primária.



Imagem retirada do site SIPA da Direção-Geral do Património Cultural

O processo referente à Escola Primária de Faiões, concelho de Chaves, distrito de Vila Real, encontra-se à guarda da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo da SGE. A documentação deste processo encontra-se extremada

entre fevereiro de 1932 e novembro de 1936. Mandada construir por António Luís de Moraes Sarmiento, cujo pai tinha nascido precisamente em Faiões, a carta de intenções do benemérito é enviada do Laboratório de Físico-Química e Química Biológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, sendo endereçada ao capitão Gomes da Silva, com a data de 29 de fevereiro de 1932. António de Moraes Sarmiento, eminente professor e médico de Coimbra, e grande promotor das águas mineromedicinais da estância termal do Vidago, chegou mesmo a assumir o cargo de Reitor da Universidade coimbrã. Da carta enviada ao oficial flaviense, presumivelmente colocado no Batalhão de Caçadores nº3, atual Regimento de Infantaria 19, cujo lema é “*Sempre Excelentes e Valoroso*”, importará reter as condições requeridas pelo médico benfeitor:

“Consoante a comunicação feita a V. Exa. na minha carta de ontem, e o combinado em nossa palestra de 16 do corrente, tomo a liberdade de enviar a V. Exa. pelo correio d`hoje, registado, o “croquis” do terreno onde deverão realizar-se (sic) as construções escolares (quarteirão pertencente a Domingos Sarmiento com 51,20 por 14) e seus arredores. Satisfazendo os desejos de V. Exa., volto a dizer-lhe, que, para os meus projectos poderem ter realidade, é necessário construir junto ao edifício escolar (e este para dois sexos) uma sala de reunião para adultos, um ginásio, trez (sic) cabines com chuveiros e podendo ser uma cantina. O Lumbrales, com quem hoje estive, pede-me lhe envie as suas melhores lembranças.”

Em aditamento, a 3 de março, o benemérito envia de Coimbra, uma nova carta dando conta do seguinte:

“Segundo notícias hoje recebidas, pode V. Exa. utilizar no projecto a elaborar para a construção do edifício escolar e anexos, não só o

terreno indicado na planta que há dias tive a honra de enviar a V. Exa., como ainda o que reputar necessário dos terrenos limítrofes.”



Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência

PT/MESG/AES/ACE/C/001/17.03.04/00024

Processo referente à escola da freguesia de Faiões, núcleo de Faiões

O Lumbrals enunciado *en passant* na missiva dirigida ao jovem capitão, não é só um mero cidadão que envia as “*melhores lembranças*” ao capitão de Infantaria. Com efeito, João Pinto da Costa Leite Lumbrals, será uma personalidade chave na construção do Estado Novo, que vigoraria temporalmente desde a Constituição de 1933 até à queda do regime em abril de 1974. Nascido no Porto em fevereiro de 1905, foi um professor universitário, monárquico convicto e político referencial durante muitas décadas do Estado Novo. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, onde foram recrutar Salazar para o cargo de ministro das Finanças, na sequência do golpe militar do 28 de maio de 1926, foi discípulo e posteriormente assistente do professor de Finanças Públicas Oliveira Salazar na mesma universidade. Doutorado em Ciências Político-Económicas em 1927, ocupou o cargo de Subsecretário de Estado de Salazar de julho a novembro de 1929. Tendo sido Presidente da Junta Central da Legião Portuguesa e da União Nacional, partido único do regime, foi, contudo, precisamente da década de 1930 e em particular na de `40 (foi ministro do Comércio e Indústria de dezembro de 1937 a agosto de 1940, ocupando de imediato a pasta das Finanças de 29 de agosto de 1940 a 2 agosto de 1950),

que Lumbrales contribui para a construção e consolidação do regime político de Oliveira Salazar. Conduziu Portugal nas políticas da aplicação do Plano Marshall (que aliás se oporia numa primeira fase), na sequência da II Guerra Mundial, teve funções na SACOR, mas acabaria por morrer em Madrid no último dia de 1975, na sequência do exílio após a revolução dos Cravos.

As gentes de Faiões, talvez arreigadas da realidade da conturbada política nacional por esses dias, deitaram mãos à obra e com o trabalho de todos, conseguiram construir a escola que comportaria 3 salas e seria construída de bom granito transmontano. Contam as gentes de Faiões, que em carros de bois, os populares acarretaram 99 carros de pedra, apanhada na vizinha aldeia do Castelo, sendo que por fim o senhor doutor Moraes Sarmiento teria dito que eram o suficiente e bastariam para finalizar a obra tão desejada. Com uma traça singular, onde dominam o ar austero e sóbrio da fachada, mas com equilíbrio de formas, onde não faltam uma imitação da torre sineira com relógio, e das arcadas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a Escola Primária de Faiões assume uma individualidade singular no panorama das construções escolares nacionais. Consta-se até entre os habitantes de Faiões, que o Presidente do Conselho de Ministros, pela calada da noite, teria feito o acompanhamento das obras e até se teria enamorado da professora residente. (Ao que consta, as histórias do primeiro enamoramento do estadista com a professora primária Felismina de Oliveira já remontavam aos seus tempos de seminarista em Viseu, no já distante ano de 1905, e prolongar-se-iam durante toda a sua vida com mulheres cada vez mais distintas e eruditas ...). Com efeito, e no caso da escola de Faiões, as gentes quando querem perpetuar a ação dos governantes, são pródigas em lendas e histórias fantasiosas.

Composta por três salas de aula, sendo o piso térreo reservado a meninas e o primeiro piso reservado aos rapazes, a escola dispunha de cantina e um espaço bem amplo e aprazível para o recreio dos alunos. Dos custos orçamentados para as obras, consta o valor de 59 800\$00 escudos – orçamento datado de 14 de maio de 1934 -, valor significativo para a época da sua construção. Atendendo a que o terreno primitivo foi ampliado, e ainda se construíram 10 casas de um

bairro social, para dar apoio a famílias mais carenciadas da aldeia, o valor total das obras rondaria os 120 contos, correspondentes a 600 euros dos nossos dias.



Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência

PT/MESG/AES/ACE/C/001/17.03.04/00024

Processo referente à escola da freguesia de Faiões, núcleo de Faiões

Atento ao evoluir das obras, o próprio Morais Sarmiento endivida esforços em carta de 5 de março de 1933, e em telegrama de 16 de novembro do mesmo ano, para que sejam pagas com a brevidade possível as folhas de pagamento referentes às obras da escola de Faiões. Por ofício datado de 4 de novembro é enviado ao Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais uma proposta de ajuste particular para a conclusão das obras, onde o doutor Moraes Sarmiento assume por inteiro o valor de 50 000\$00 para o desenvolvimento das obras em curso. O processo de conclusão das obras só seria, contudo, finalizado em novembro de 1936.

Embora a criação da escola aqui retratada seja cronologicamente anterior ao crescimento exponencial que as escolas primárias sofreram com o designado *Plano dos Centenários*, a beneficência de particulares para a construção das

escolas primárias, quer em terrenos, quer em verbas monetárias, ou ambos os contributos, é uma nota com alguma constância na história da construção escolar em Portugal. Assim, só no concelho de Chaves, são vários os núcleos escolares que tiveram beneméritos que deram o primeiro impulso para que fossem construídas escolas nos seus locais de nascitura, ou de afeição. São disso exemplo, as escolas primárias de Castelões (1933, doação ao Estado de terreno e edifício escolar, pelo professor António Moura de Moraes Soares, nos termos do art. 16º do decreto 19 531); Vilar de Nantes (1934, doação do edifício escolar por Manuel Batista Carneiro, nos termos do mesmo preceito legal); Vila Verde da Raia (1935, cedência ao Estado do terreno, por D. Luiza de Moraes Sarmiento) e de Outeiro Seco (1936, doação de edifício pelo padre Albano Dias, cujo imóvel apresenta no frontispício, a encimar a porta principal, a expressão “Instruir e Construir”).

Propostas de leitura:

DACOSTA, Fernando – *Nascido no Estado Novo (narrativa)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

Descrição da Escola Primária de Faiões, no site SIPA:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9294

2021/03/01

"Educação e Matemática", a publicação periódica (Parte I)



A *Educação e Matemática*, doravante designada EM, é uma publicação periódica profissional, com revisão por pares, propriedade da *Associação de Professores de Matemática* (APM)¹³. Publicada desde 1987, a sua

¹³ A *Associação de Professores de Matemática* (APM) é uma associação portuguesa de professores ligados à educação matemática, que abrange todo o território nacional e todos os níveis de escolaridade, do ensino pré-escolar ao ensino superior. A APM é uma associação com objetivos próprios, sem fins lucrativos e reconhecida de utilidade pública, que foi criada em 1986, contando atualmente com cerca de quatro milhares de sócios. A APM tem duas publicações periódicas: a revista *Educação e Matemática*, distribuída gratuitamente aos sócios, cuja periodicidade é de cinco números anuais, sendo um deles duplo e temático; a *Quadrante*, revista de investigação em educação matemática, de periodicidade semestral, sendo um dos seus números temático. A APM é apoiada pelo Ministério da Educação, através da autorização de destacamentos de docentes em regime de mobilidade estatutária.

periodicidade atual é de cinco números anuais temático. Nesta publicação são publicados artigos diversos sobre o ensino e a aprendizagem da matemática¹⁴, relatos de experiências de inovação, propostas de atividades para a sala de aula, entre outros assuntos de interesse pedagógico.

A EM publica cinco números por ano, sendo um deles temático. A revista aborda questões relacionadas com o ensino e aprendizagem da matemática. O seu público alvo são aos professores de matemática, de todos os níveis de ensino, em especial aos sócios da APM, constituindo um meio de comunicação privilegiado da Associação, em Portugal e no estrangeiro.

Segundo a APM (2020) os principais objetivos da EM são:

- Promover a troca de ideias e experiências entre professores;
- Estimular a reflexão sobre problemas e desafios da educação matemática;
- Discutir temas atuais e importantes da educação matemática e da educação em geral;
- Fornecer elementos de trabalho para as práticas dos professores;
- Divulgar informação relevante para os professores.

A EM publica textos de natureza diversa. Subsistindo da contribuição dos sócios, autores da maior parte dos artigos. Estas contribuições passam por ideias, pontos de vista, comentários, relatos de experiências, artigos de opinião, resenhas de livros e até resolução de problemas. A EM tem um conjunto de secções de natureza diversificada, algumas das quais com carácter permanente de forma a coadjuvar pedagogias em sala de aulas:

¹⁴ Matemática é a área do conhecimento que envolve o estudo da aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, estatística e cálculo, em busca da sistematização de quantidades, medidas, espaços, estruturas e variações. A palavra matemática é originada do grego *máthēma* (μάθημα), que, em tradução livre, significa aquilo que pode ser aprendido. Trata-se de um ramo do conhecimento extremamente útil para a resolução de problemas, sejam eles cotidianos, sejam de carácter técnico-científico. A prática matemática consiste na busca por padrões, que são usados para formular hipóteses ou conjecturas. Para isso, a matemática baseia-se em postulados, também conhecidos como axiomas, que nada mais são do que afirmações tomadas como um fato.

“Os professores necessitam proporcionar aos alunos experiências de aprendizagem que os ajude a dar sentido às representações que utilizam, procurando interligar os vários tipos de representações. Além disso, a discussão coletiva acerca do uso de várias representações para lidar com uma mesma situação matemática ajuda os alunos a compreender a estrutura matemática [...]” (Santos, 2015:4)

A revista tem uma equipa redatorial a quem compete desenvolver todo o trabalho de receção e revisão de artigos, bem como organizar a própria revista. Como sabemos, o raciocínio tem um papel crucial na matemática escolar, sendo impossível dissociá-lo da aprendizagem, já que é a partir desta capacidade que os alunos vão adquirindo conhecimento:

“[O raciocínio matemático] trata-se de um processo evolutivo que implica conjecturar, generalizar, investigar o porquê, e desenvolver e avaliar argumentos [...]. O foco está assim na formulação de afirmações gerais que aprofundem a compreensão dos alunos, permitindo-lhes clarificar o que é verdadeiro [...]. Por sua vez, a comunicação, as conexões e as representações escolhidas pelos alunos servem de suporte ao raciocínio e este deve ser empregue na tomada de decisões associadas a estes processos.” (Barbosa, 2013:51)

A publicação EM depois de receber propostas de artigos ou outro contributo, a Redação fará a revisão, donde resultará um parecer favorável para a sua publicação, uma proposta de reformulação ou a sua rejeição, no caso de considerarmos que o mesmo não se enquadra no âmbito da revista ou dentro dos seus parâmetros de qualidade.

Os autores mantêm os direitos sobre os seus textos originais, sendo que a EM é proprietária da versão paginada e disponibilizada no seu *site* a todos os sócios com as quotas atualizadas.

BIBLIOGRAFIA:

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA (cop. 2007). *Educação e Matemática*, revista da Associação de Professores de Matemática [em linha]. Lisboa: APM [Consult. 18 de janeiro de 2021]. Disponível: <http://www.apm.pt/portal/em.php>

_____ (2020). *Órgãos sociais* [em linha]. Lisboa: APM [Consult. 18 de janeiro de 2021]. Disponível: <https://wordpress.apm.pt/>

_____ (2020). *Publicações* [em linha]. Lisboa: APM [Consult. 18 de janeiro de 2021]. Disponível: <https://wordpress.apm.pt/>

_____ (2020). *Sobre APM* [em linha]. Lisboa: APM [Consult. 19 de janeiro de 2021]. Disponível: <https://wordpress.apm.pt/>

BARBOSA, Ana (2013). “O contributo da visualização no desenvolvimento do raciocínio funcional” [em linha]: *Investigação em educação e matemática*, (2013), p 51-57. [Consult. 19 de janeiro de 2021]. Disponível: http://spiem.pt/DOCS/ATAS_ENCONTROS/atas_EIEM_2013.pdf

SANTOS, Leonor (2015). “Representações matemáticas” [em linha]: *Investigação em educação e matemática*, (2015), p. 3-5 [Consult. 20 de janeiro de 2020]. Disponível: http://spiem.pt/DOCS/ATAS_ENCONTROS/atas_EIEM_2015.pdf

SOCIEDADE PORTUGUESA DE INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (2020). *Arquivo e atas* [em linha]. Lisboa: SPIEM [Consult. 20 de janeiro de 2021]. Disponível: <http://spiem.pt/>

2021/03/04

Exposição virtual: O Japão em diapositivos

O Japão é um país insular da Ásia Oriental banhado pelo Oceano Pacífico. Trata-se de um arquipélago com cerca de 6.852 ilhas, na sua maior parte montanhosas e de origem vulcânica. Estas ilhas são habitadas, pelo menos, desde o Paleolítico Superior. Foi unificado pela primeira vez no século VI e o Budismo foi introduzido em 552, através da Coreia. Em paralelo, foram adotadas outras religiões de zonas circundantes, entre as quais o xintoísmo. Apesar de ser governado por um Imperador, o Japão teve várias guerras civis ao longo do seu período de formação. A partir de 930, inicia-se um período feudal e o governo era exercido por vários samurais espalhados por todo o território, sob o comando de um representante do poder real, o xogum. A partir de 1185 os samurais, inicialmente guardas do palácio, tornaram-se a classe dominante. Novas guerras civis se seguiram a este período, até 1560, altura em que os portugueses chegaram ao Japão. Durante anos estabeleceu-se um contato privilegiado, com trocas comerciais e culturais, bem como a evangelização do território.

A nova unificação do Japão em 1590 conduziu, em 1630, à expulsão dos portugueses. O país ficou isolado durante 250 anos. A abertura ao exterior far-se-á só no século XIX. O Japão junta-se aos Aliados durante a Primeira Guerra Mundial, mas apoia as potências do Eixo durante a Segunda Guerra. A partir de 1947, esta nação adotou uma política mais democrática e pacifista, tentando a recuperação económica. Atualmente o Japão é uma das maiores potências mundiais com um regime de monarquia constitucional.

O fecho do Japão ao exterior conduziu à perpetuação de tradições fortemente incutidas na população. Nesta exposição podem observar-se algumas imagens que ilustram a manutenção da cultura chinesa.



Diapositivo: *The First Acquaintance of a Japanese Bridal Couple*
ME/402436/1925
Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia ou História. Trata-se de uma imagem onde são visíveis três homens e uma mulher, envergando trajes típicos do Japão. A foto mostra a cerimónia em que os noivos se conhecem.



Diapositivo: *On the Way to the Bridegroom's House*
ME/402436/1902
Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia ou História. Trata-se de uma imagem, cuja legenda pode ser traduzida literalmente como "A caminho da casa do noivo". Podemos observar uma noiva japonesa, vestida com o tradicional kimono, a sair de uma liteira, carregada por dois homens. O "suposto" noivo aguarda que a esposa saia, sendo auxiliada por outra mulher. O kimono de uma mulher casada é o Tomesode e é diferente da mulher solteira, o Furisode.



Diapositivo: *A Buddhist Funeral, Japan*

ME/402436/1894

Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia ou História. Trata-se de uma imagem de um funeral budista, no Japão. A cremação é uma das práticas funerárias neste país. Na imagem observa-se provavelmente um monge que segue em procissão para um templo.



Diapositivo: *Japanese Threshing Machine in Full Swing, Shizuoka, Japan*

ME/402436/1887

Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia ou História. Trata-se de uma imagem de camponeses a trabalhar com uma debulhadora simplificada, no Japão. Envergam enormes chapéus redondos para proteção do sol. O cultivo do arroz é uma das principais atividades económicas deste país, fazendo parte da sua história e cultura.



Diapositivo: *Japanese Nurse Girls*

ME/402436/1878

Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia ou História. Trata-se de uma imagem onde se podem algumas jovens cuidando de crianças, no Japão. Envergam trajes tradicionais, uma fita na cabeça e uma delas tem às costas uma criança.



Diapositivo: *Pilgrims in Japan*
ME/402436/1877
 Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia ou História. Trata-se de uma imagem onde se podem ver dois peregrinos, no Japão. Envergam trajes tradicionais, chapéus e seguram objetos provavelmente ligados ao culto religioso. Uma das mais importantes peregrinações no Japão é o chamado Caminho de Kumano, na província de Wakayama. O objetivo é chegar aos três templos mais conhecidos: Kumano Hongu Taisha, Humano Hayatama Taisha e Kumano Nachi Taisha.

2021/03/08

Património Material de Portugal: Centro Histórico do Porto



O centro histórico do Porto faz parte do património mundial classificado pela UNESCO desde 1996.

<https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-do-porto>

Esta área corresponde ao tecido urbano de origem medieval, num total de cerca de 49 hectares, e inclui zonas na freguesia da Sé, São Nicolau, Vitória e Miragaia. As origens medievais da cidade estão ainda muito presentes na organização e na estética, o que lhe confere uma imutabilidade e identidade única. Aqui se inclui parte da cidade anterior à muralha Fernandina do século XV e áreas adjacentes.

Entre os monumentos mais relevantes podemos enumerar alguns de maior destaque:

- Alminha da Ponte
- Antigo Clube dos Ingleses

- Cadeia da Relação
- Capela dos Alfaiates, Capela de Nossa Senhora da Silva; Capela do Senhor dos Passos; Capela da Nossa Senhora do Ó
- Casa do Cabido; Casa do Despacho da Ordem Terceira de São Francisco; Casa dos Infantes; Casa dos Maias
- Chafariz da Colher; Chafariz da Rua Escura; Chafariz da Rua de São João; Chafariz da Rua das Taipas
- Estação de São Bento
- Estátua Equestre de D. Pedro IV
- Fontanário do Lago da Sé
- Igreja da Misericórdia do Porto; Igreja de Nossa Senhora da Vitória; Igreja da Ordem do Terço; Igreja de Santa Clara; Igreja de São Bento da Vitória; Igreja e Torre dos Clérigos
- Mercado Ferreira Borges
- Monumento ao Infante D. Henrique
- Mosteiro da Serra do Pilar
- Palácio da Bolsa
- Ponte Luís I e D. Maria
- Praça da Ribeira
- Sé do Porto
- Zona ribeirinha e caves do vinho do Porto

A cidade é habitada desde a Idade do Bronze e a sua história reflete a formação do país, uma vez que foi o “berço” do Condado Portucalense. O Douro tornou-se, desde sempre, um vetor económico, uma via de comunicação e um elemento agregador.

O primeiro foral foi concedido em 1120 pelo Bispo D. Hugo, a quem D. Teresa tinha doado a vila. Durante o período da primeira dinastia, o Porto desenvolveu-se através da atividade portuária e das relações internacionais. A partir do século XV, a burguesia mercantil tinha uma enorme importância e a cidade tomou as funções de centro económico e administrativo. Foi esta burguesia que apoiou D. João I que acabou por se casar na Sé do Porto com D. Filipa de Lencastre em 1387. A família real passou largas temporadas nesta zona e aqui nasceu o Infante D. Henrique em 1394. Com o início das expedições ao Norte de África e explorações marítimas, a burguesia endinheirada em muito contribuiu para o seu financiamento.



No século XVI a arquitetura pós Concílio de Trento levou à construção de inúmeras igrejas em estilo barroco, responsáveis pela transformação estética da cidade.

Os séculos XVII e XVIII marcam a época dos grandes palacetes de habitação numa tentativa de espelhar a riqueza e opulência da burguesia endinheirada e da nobreza. Ao mesmo tempo são levados a cabo vários trabalhos de utilidade

pública como é o caso da reconstrução da Alfândega em 1667 e da Cadeia e Tribunal da Relação em 1765, ou de um novo sistema de circulação.

Durante vários séculos o Porto manteve-se uma cidade próspera e economicamente muito ativa. O incrementar do comércio do vinho do Porto no século XVIII foi um processo decisivo em todo este desenvolvimento, sobretudo através do comércio privilegiado com Inglaterra. Por toda a cidade surgem elementos de inspiração britânica, com os clubes privados e os grandes jardins.



Ao longo do século XIX, a cidade do Porto foi palco de acontecimentos políticos de enorme relevância para o país. O período que se seguiu à revolução liberal foi marcado pelo melhoramento das áreas urbanas, incluindo os transportes e as áreas de lazer. Os jardins e praças públicas “florescem” por toda a cidade. É a altura da construção do Palácio da Bolsa, da Ponte D. Luís e D. Maria.

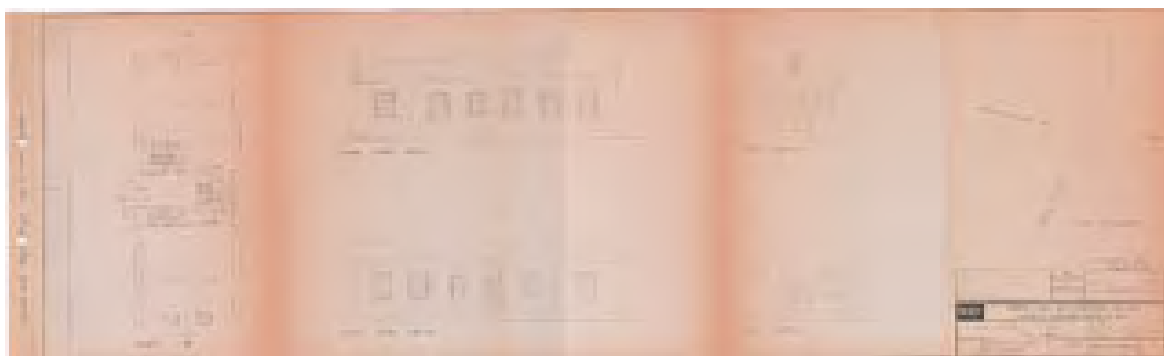
No início do século XX a tendência arquitetónica seguida é a francesa. São deste período a Estação de São Bento e a Avenida dos Aliados.

2021/03/11

A Escola Primária de São Martinho de Anta - de um lugarejo transmontano para o resto do mundo

O processo referente à Escola Primária de São Martinho de Anta, concelho de Sabrosa, distrito de Vila Real, encontra-se à guarda da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo da SGEC.

A documentação mais antiga desta escola, integrada no designado *Plano dos Centenários* – grande empreendimento de construção de escolas em larga escala a nível nacional, pelo Estado Novo entre 1941 e 1969, como forma de comemoração do terceiro centenário da Restauração da Independência (1640) e o oitavo centenário da Independência de Portugal (1143) -, encontra-se extremada entre os anos de 1935 e 1973.



Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência.

PT/MESG/AES/ACE/C/001/17.10.03/00021

Processo referente à escola da freguesia de Sabrosa, núcleo de São Martinho de Anta

Tipologicamente, é um edifício de 2 salas de aula, misto, do tipo “Conde Ferreira”. Além de outras tipologias, o *Plano dos Centenários* contemplava os projetos-tipo “Conde Ferreira”, alusivos ao grande benemérito e filantropo portuense Joaquim Ferreira dos Santos, 1º conde de Ferreira (Campanhã, 1782

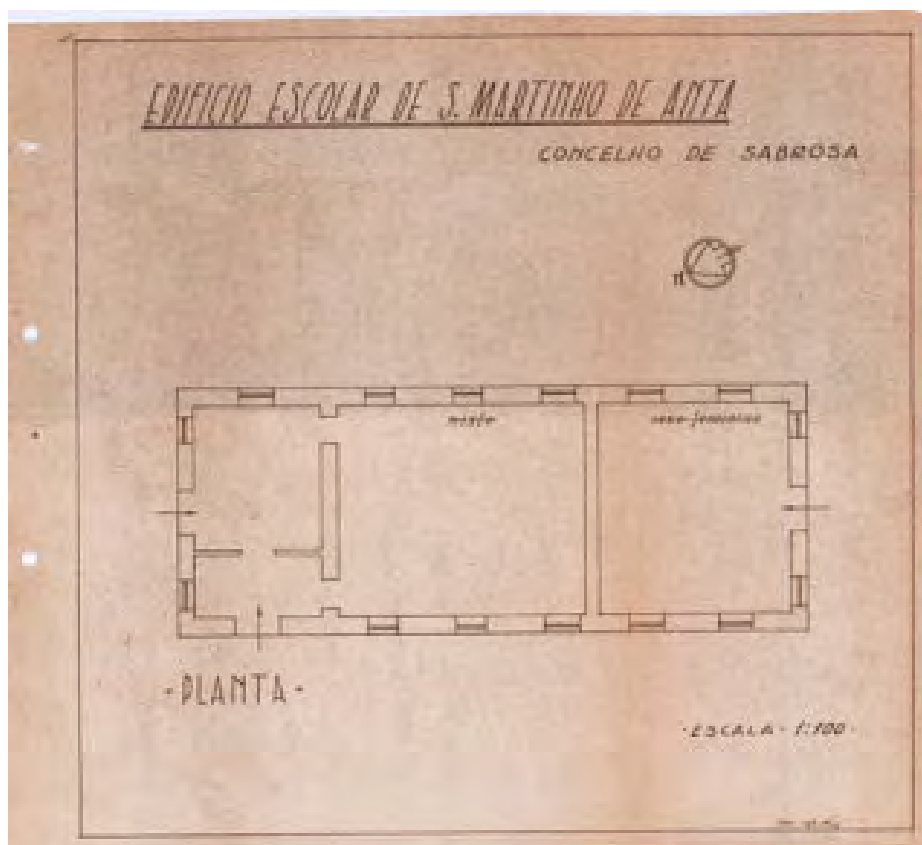
– Bonfim, 1866), que tendo feito fortuna no Brasil e Angola e não possuindo herdeiros legítimos, legou em forma de testamento toda a sua riqueza às mais variadas obras de carácter público – ao antigo *Hospital dos Alienados* no Porto, que atualmente tem o seu nome, foi concedida uma verba de 600 000 reis, e constitui talvez a sua obra de maior envergadura.

A este respeito, e atendendo a importância da educação no país, importará reter o que o conde Ferreira deixou expresso sobre a construção das escolas:

"Convencido de que a instrução pública é um elemento essencial para o bem da Sociedade, quero que os meus testamenteiros mandem construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primárias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho sendo todas por uma mesma planta e com acomodação para vivenda do professor, não excedendo o custo de cada casa e mobília a quantia de 1200 reis e pronta que esteja cada casa não mandarão construir mais de duas casas em cada cabeça de concelho e preferirão aquelas terras que bem entenderem".

Das 120 escolas previstas, segundo um modelo-tipo datado de 1866, com uma verba testamentária de 144 000 reis (o equivalente a 718,25 euros na conversão atual), foram construídas 91 escolas primárias, das quais 21 foram, entretanto, demolidas. As restantes 70 continuam a funcionar para os mais diversos fins, desde ensino a serviços municipais, passando por sedes de juntas de freguesias, bibliotecas, museus municipais ou mesmo instalações de forças de segurança.

Cada escola do tipo “Conde Ferreira”, seguindo um projeto apresentado em 1866, é encimada por um pequeno frontão, que lembra um campanário, com um sol em alto-relevo, apresentando-se como contraponto da igreja, com a qual procura concorrer, sendo um símbolo do positivismo nascente.



Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência.

PT/MESG/AES/ACE/C/001/17.10.03/00021

Processo referente à escola da freguesia de Sabrosa, núcleo de São Martinho de Anta

A escola de São Martinho de Anta, contrariando a regra, não dispõe de “casa do professor” anexa, que regra geral era construída no primeiro andar destes edifícios-tipo, uma característica que ao invés, ocorre noutros núcleos, quer do concelho de Sabrosa, quer no concelho vizinho de Alijó. Atualmente, e por contato telefónico tido com o diretor da Escola Secundária de Sabrosa, ficamos a saber que a antiga escola primária de São Martinho funciona como pré-escola, sendo que a outra sala serve de cantina para as crianças.

Entre outras singularidades, a escola primária de São Martinho está ligada ao nome de Adolfo Correia da Rocha (São Martinho de Anta, 1907 – Coimbra, 1995), mais conhecido pelo pseudónimo de Miguel Torga. O futuro médico, iniciou precisamente os seus estudos primários nesta escola, antes de rumar ao Porto, a Lamego, de uma passagem de 5 anos pelo Brasil e depois à cidade dos Estudantes, onde se licenciou em Medicina no ano de 1933.

O seu primeiro título “*Ansiedade*” data de 1928, mas seria com “*Bichos*” e “*Contos da Montanha*”, datados de 1940 e 1941 respetivamente, que o escritor começaria a atingir a notoriedade que hoje lhe reconhecemos. A sua obra literária diversifica-se entre a Prosa, a Poesia, o Teatro, Ensaios e Discursos, tendo uma produção literária de mais de 50 títulos em 6 décadas. Seguramente marcado pelo ambiente que o viu nascer, e pelas agruras da vivência transmontana e alto-duriense, a obra de Torga é fortemente marcada por um forte cunho de traça humanista, que rejeita a divindade transcendente, onnipresente e onnisciente e centra-se muito na figura do Homem, como elemento transformador da Vida e do Devir.

A este propósito, importará referir que o pseudónimo Miguel Torga, se por um lado tem origem precisamente em dois grandes mestres das letras ibéricas – Miguel de Cervantes e Unamuno -, o apelido Torga remete para uma planta bravia de montanha, que tem raízes sobre o granito áspero das terras transmontanas, mas cujo caule é incrivelmente retilíneo. Há notícia que o médico Torga, dois anos antes na sua casa de Coimbra, e em conversa informal com Natália Correia, lhe diagnosticara uma ligeira gripe sazonal. Recomendara-lhe que passasse numa farmácia e comprasse um antipirético, o que a escritora fizera logo de seguida. Pouco tempo depois, a escritora de “*Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*”, que lhe valeu uma pena de prisão de 3 anos, com pena suspensa e do programa televisivo “*Mátria*”, sucumbiria em março de 1993, de ataque cardíaco. Por outro lado, o escritor que consagrou a expressão “*Reino Maravilhoso*”, desapareceria em janeiro de 1995, vítima de carcinoma. Ambos insubmissos. Ambos intemporais.

Duas propostas de leitura:

ALVES, Jorge Fernandes, *Percursos de um brasileiro do Porto – O Conde de Ferreira*. Porto: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.

DACOSTA, Fernando, *Os Mal-Amados*. Lisboa: Casa das Letras, 2008.

Descrição da Escola de São Martinho de Antas, no site SIPA:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12913

2021/03/15

Peça do mês de março



Meridiano elástico

Dispositivo de duas lâminas flexíveis, dobradas em circunferência, montadas numa haste por sua vez inserida numa estrutura de madeira com manivela no topo que, ao ser rodada permite explicar o achatamento da Terra nos polos.

Está inventariado com o número ME/400166/63 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Domingos Sequeira.

2021/03/16

Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo (ESMAE) - Porto - Oferta formativa 2021/2022



A Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo oferece formação nas áreas da Dança, Música e Teatro. Durante os últimos 12 meses não foi possível aos discentes visitar e conhecer pessoalmente a Escola devido ao contexto de pandemia. Como tal, de 22 de março a 10 de abril a ESMAE disponibiliza a sua oferta formativa e uma [visita on line](#).

2021/03/18

Agrupamento de Escolas de Santa Maria dos Olivais



O Agrupamento tem a sua sede na Escola Secundária António Damásio e fica situado na zona oriental da cidade de Lisboa caracterizada por uma grande, diversa e rica densidade populacional e por um interessante, ambicioso e original desenvolvimento urbano. Este Agrupamento procurará constituir-se como um polo referencial do ponto de vista escolar tal como esta zona oriental o é do ponto de vista urbano.

Refira-se a dimensão organizacional do Agrupamento e a dimensão institucional da Escola. É por isto que o Despacho que regulamenta as agregações fala da manutenção da especificidade de cada escola do Agrupamento sem, entanto, se perder a necessária articulação curricular dos diversos níveis e ciclos escolares.

“Procurar-se-á que cada Escola do Agrupamento, para além da individualidade que deve cultivar, se articule no cumprimento do seu Projeto Educativo e do seu Projeto Curricular de modo a promover o sucesso de todos e a excelência da maioria tendo como referenciais a curiosidade científica, a disciplina metodológica, a solidariedade humana e a sobriedade feliz.” (Agrupamento de Escolas de Santa Maria dos Olivais, 2012:3).

A Escola Secundária António Damásio surge-nos, desde logo, com um elemento individualizante que é o seu Patrono, figura de renome na comunidade científica internacional.



A Escola individualiza-se também pela originalidade da sua arquitetura, simultaneamente luminosa e sóbria, funcional e confortável, em “diálogo” com os jardins e o espaço envolvente, ecologicamente equilibrado e em que se mesclam interessantes sinais tradicionais, modernos e contemporâneos. A requalificação da Escola (pela Parque Escolar, EPE), restituiu-lhe o brilho, como obra de arquitetura e como lugar de ensino, dotando-a de bons espaços formais e informais de ensino e de convívio.

Escola sede caracteriza-se ainda pela qualidade da sua população escolar à qual procura dar uma excelente resposta pedagógica na tradição das duas Escolas Secundárias que nela foram fundidas: Professor Herculano de Carvalho e Vitorino Nemésio. Os bons resultados escolares obtidos pelos seus alunos procedem de um ensino de qualidade ministrado por um corpo docente estável e provêm da oferta curricular equilibrada constituída maioritariamente por cursos científico-humanísticos e ainda por alguns cursos profissionais e um CEF.

É autorizada a homologação da unidade orgânica do Agrupamento de Escolas de Santa Maria dos Olivais, por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, em 28 de junho de 2012, constituído pelos seguintes estabelecimentos de educação ou ensino:

- a.** Escola Básica do 1.º ciclo Alice Vieira com Jardim de Infância n.º 1 dos Olivais;
- b.** Escola Básica do 1.º ciclo Manuel Teixeira Gomes com Jardim de Infância n.º 2 de Marvila;
- c.** Escola Básica do 1.º ciclo Sarah Afonso com Jardim de Infância n.º 5 dos
- d.** Olivais;
- e.** Escola Básica do 2.º e 3.º ciclos dos Olivais;
- f.** Escola Secundária António Damásio, sede do agrupamento.

Todas as Escolas e Jardins de Infância ficam na freguesia de Santa Maria dos Olivais com exceção da Escola Básica do 1.º ciclo Manuel Teixeira Gomes e respetivo Jardim de Infância n.º 2 que se situam na freguesia de Marvila.

Este Agrupamento procurará dar uma excelente resposta escolar curricularmente articulada na zona oriental da cidade de Lisboa, uma zona que concilia as marcas tradicionais com o pós-industrial e uma inovadora conceção urbanística com um diversificado tecido social.

O Agrupamento encontrará processos autorregulatórios a fim de prestar um serviço público de educação e ensino de qualidade, analisando, supervisionando e monitorizando os resultados académicos, sociais e cívicos bem como implementando os procedimentos administrativos e financeiros preconizados e comparará os recursos com os resultados.

BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS (2012). *O Agrupamento de Escolas de Santa Maria dos Olivais* [em linha]. Lisboa:

AESMO [Consult. 23 de setembro de 2020]. Disponível:

<https://aeolivais.edu.pt/docs/Agrupamento.pdf>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS (2017). *Agrupamento de Escolas de Santa Maria dos Olivais: regulamento interno do agrupamento* [em linha]. Lisboa: AESMO [Consult. 23 de setembro de 2020].

Disponível: <https://aeolivais.edu.pt/docs/orientadores/RIA-atualizado-2017.07.pdf>

ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO DAMÁSIO (s.d.). *A escola* [em linha]. Lisboa: ESAD [Consult. 23 de setembro de 2020]. Disponível:

<https://www.esad.edu.pt/index.php/a-escola>

MORGADO, João (s.d.). *Escola Secundária António Damásio* [em linha]. Porto: João Morgado, fotografia de arquitectura [Consult. 23 de setembro de 2020].

Disponível: <https://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/escola-secundaria-antonio-damasio>

2021/03/22

Património Material de Portugal: Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa



Os Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa fazem parte do património mundial classificado pela UNESCO desde 1998.

Estes sítios pré-históricos constituem uma concentração de arte rupestre do Paleolítico Superior. São gravuras em pedra que se estendem ao longo do vale do Côa, incluindo os municípios de Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Pinhel

A descoberta destes vestígios ocorreu em 1991 quando o arqueólogo Nelson Rebanda acompanhava a construção de uma barragem na região, apesar de só ter sido anunciado publicamente em 1994.

Devido à importância científica e artística desta zona a construção da barragem foi suspensa, uma vez que submergiria todo o local. Neste sentido, foi construído o Parque Arqueológico do Vale do Côa em agosto de 1996, com o objetivo de proteger e divulgar o maior conjunto mundial de arte paleolítica ao ar livre. São mais de mil rochas com gravuras, em mais de 80 sítios devidamente identificados.



Estas gravuras com mais de 25.000 anos estão executadas em superfícies verticais de xisto. A sua dimensão encontra-se entre os 15 cm e os 180 cm. As técnicas utilizadas para as realizar foram a picotagem e a abrasão. O traço das figuras é largo, complementado com traços mais finos, uma forma de esboço ou de complemento do desenho principal.

As figuras representadas são maioritariamente animais, nomeadamente cavalos, bóvidos ou caprídeos e cervídeos. Podem ser esculpidos de forma individual ou sobrepondo-se.



Os núcleos mais importantes já identificados são os seguintes:

- Estação Arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira (Muxagata)

- Núcleo de Arte Rupestre da Fonte Frieira (Castelo Melhor)
- Núcleo de Arte Rupestre do Vale de Figueira/Teixugo
- Núcleo de Arte Rupestre da Ribeirinha (Almendra)
- Núcleo de Arte Rupestre da Faia/Vale Afonsinho (Vale de Afonsinho, Figueira de Castelo Rodrigo)
- Núcleo de Arte Rupestre da Broeira (Castelo Melhor)
- Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa (Castelo Melhor)
- Núcleo de Arte Rupestre de Vale de Moinhos (Vila Nova de Foz Côa)
- Núcleo de Arte Rupestre da Quinta da Barca (Chãs)
- Núcleo de Arte Rupestre da Quinta do Fariseu (Muxagata)
- Núcleo Arqueológico de Habitat Paleolítico do Salto do Boi/Cardina (Santa Comba)
- Núcleo de Arte Rupestre de Meijapão (Castelo Melhor)
- Núcleo de Arte Rupestre da Ribeira de Piscos/Quinta dos Poios (Muxagata)
- Núcleo de Arte Rupestre da Faia (Cidadelhe)
- Núcleo de Arte Rupestre de Vale das Namoradas (Castelo Melhor)
- Núcleo de Arte Rupestre da Canada do Inferno/Rego de Vide (Vila Nova de Foz Côa)

Gravuras paleolíticas:

- Canada do Inferno
- Núcleo de Vale da Figueira

- Núcleo da Ribeira de Piscos
- Penascosa
- Núcleo da Quinta da Barca
- Núcleo da Faia

Gravuras de períodos ulteriores:

- Vale de Cabrões
- Núcleo do Vale do José Esteves
- Canada do Amendoal.

Pinturas da pré-história recente sob rocha:

- Núcleo de Vale de Figueira
- Núcleo da Faia.

2021/03/25

Património Mundial de Portugal: Floresta Laurissilva da Madeira



A floresta Laurissilva da ilha da Madeira faz parte do património mundial classificado pela UNESCO desde 1999.

A floresta Laurissilva é um tipo de floresta húmida que se compõe maioritariamente por árvores da família das lauráceas e loureiros. Esta é precisamente a vegetação indígena da Madeira que ocupa cerca de 1500 hectares. As árvores e arbustos têm folha persistente e pensa-se que teve origem no Período Terciário. Pela sua riqueza, especificidade, riqueza de fauna e flora foi declarada Património Mundial e incluída na Reserva Biogenética do Conselho da Europa e na Rede Natura 2000.



Neste ecossistema diversificado encontram-se espécies exclusivas da Macaronésia e da Madeira. O elemento que sobressai é a vastidão de vegetação, árvores centenárias e múltiplas espécies de plantas, fetos de menores dimensões e líquenes.

As árvores mais comuns são o Barbusano, o Loureiro, o Til e o Vinhático, bem como o Folhado, o Pau-branco e o Mocano. Junto às zonas ribeirinhas, Seixos e Sabugueiros são as espécies mais abundantes. Os arbustos endémicos são o Massaroco, a Figueira-do-Inferno, o Isoplexis, a Múchia, a Barba-de-Bode e a Palha-carga. As plantas com flores vistosas são as Pássaras, as Orquídeas-da-serra, as Douradinhas e as Orquídeas-brancas. As plantas regulam o ecossistema, sobretudo ao nível do equilíbrio hídrico, do ciclo dos minerais e da produção de biomassa.



Ao nível da fauna há grande proeminência de insetos, moluscos terrestres e aves. Nas zonas mais interiores podem observar-se espécimes endémicas como o Pombo-torcaz, um dos exemplares mais antigos com uma dieta dependente de frutos, e o Bis-bis, ave de pequeno porte que se alimenta de insetos ou o Tentilhão.

Outras aves que se podem referenciar são o Melro-preto, o Papinho, a Lavandeira, a Manta e o Francelho. Nas zonas mais altas destaca-se a Galinhola e nos limites inferiores, a Toutinegra, o Canário, o Pintassilgo, ou o Fura-bardos. A Coruja-das-torres é uma ave noturna e outra subespécie endémica do arquipélago.

Os Morcegos são outra das espécies ativas durante a noite: o Pipistrelo-da-Madeira, endémico, o Morcego-arborícola-da-Madeira, subespécie endémica e o Morcego-orelhudo-cinzento.

No que respeita aos vertebrados endémicos temos a Lagartixa. Os invertebrados são igualmente mais numerosos.

2021/03/26

Rede de Arquivos de Instituições Religiosas - Sessão de Lançamento online



Nos próximos dias 15 e 16 de abril, entre as 14.30 e as 18.00h terá lugar a sessão de lançamento online da Rede de Arquivos de Instituições Religiosas. A organização estará a cargo do [Centro de Estudos de História Religiosa](#), que poderá consultar para mais informações.

Programa de 15 de Abril : Conferências de Thomas Aigner (St. Pölten Diocese Archives), Maria de Lurdes Rosa (Nova-DEM; UCP-CEHR), Pedro Pentead (DGLAB), Alice Borges Gago (UCP-CEHR; Nova-DEM).

Programa de 16 de Abril: Mesa Redonda “Arquivos de instituições religiosas: práticas de organização e de difusão”, com intervenções sobre: Arquivo da Diocese de Viseu (Fátima Eusébio), Arquivo da Igreja Lusitana (Alexandra Vidal e António Manuel Silva), Arquivo Português da Companhia de Jesus, APSI (Francisco Correia, sj), Arquivo Histórico das Servas de Nossa Senhora de Fátima (Jacinto Guerreiro), Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto (Patrícia Alves), Arquivo do Corpo Nacional de Escutas (José Gouveia), Arquivo da Paróquia de S. Nicolau (Madalena Bobone e João Cambado) e Arquivo Guilherme Braga da Cruz (Patrícia Matias Pereira).

2021/03/29

Educação Social: Revista de Pedagogia e Sociologia - Adolfo Lima e Libânio da Silva



A publicação *Educação social: revista de pedagogia e sociologia*, foi editada entre 1924 e 1927 e dirigida por Adolfo Lima. A *Empresa Literária Fluminense* foi a editora da referida publicação periódica e a *Imprensa Libânio da Silva* foi a tipografia impressora responsável.

A Empresa Literária Fluminense, fundada em 1905, era especializada no setor de edições técnicas e, por sua vez, a Empresa Libânio da Silva¹⁵ foi a tipografia que trouxe à luz as páginas de pedagogia social:

¹⁵ Libânio Venâncio da Silva (1854-1916) começa a trabalhar na Lallémant Frères Typographie, importante empresa lisboeta da época. Autodidata, cedo procurou conhecer os segredos da tipografia e todos o apontam como modelo quer de operário, quer de empresário. Ficou conhecido como mestre Libânio, lidou com as grandes figuras da época, amou o teatro e foi colaborador de jornais, tradutor e poeta. Em 1899 foi um dos entusiastas da homenagem portuguesa a Émile Zola, tendo produzido na sua tipografia o jornal *Pró-Justiça*. Tratou-se de uma homenagem dos operários do Livro em Portugal e apresenta, no final, um poema de Libânio da Silva ao seu "herói entre os heróis". Morre em 1916, em Lisboa, sem ver concretizada a ideia da Escola de Artes Gráficas.

“A sociologia e a pedagogia estão ligadas. Se esta é, de facto, baseada na psicologia, ela tem, todavia, o seu ideal e a sua pratica adento da sciência social. A pedagogia fica entre as fronteiras da psicologia e da sociologia.”
 (Lima, 1924:1)

Como verificamos, o debate pedagógico, nesta década, é um boomerang entre a *antiga* e a *nova educação*, a primeira centrada na retórica e outra na filosofia. *Adolfo Lima, diretor da publicação Educação social, revista de pedagogia e sociologia, foi* advogado, pedagogo e escritor ligado aos movimentos libertários e de renovação pedagógica que tiveram ação em Portugal durante a 1.^a República Portuguesa.



Adolfo Lima (1874-1943)

Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, foi professor de metodologia na Escola Normal Primária de Lisboa, onde produziu uma notável obra no domínio da pedagogia:

“[...] proeminente professor e reputado pedagogo da nossa 1.^a República, desenvolveu o seu projeto educativo, com maior acuidade, na Escola Oficina n.º 1, no bairro da Graça, em Lisboa, e na Escola Normal Primária de Lisboa, em Benfica [...]. De facto, nos primeiros 20 anos do nosso século, bem poderíamos dizer que a Escola Oficina n.º 1 se constituiu num verdadeiro ex

libris da educação nova em Portugal, como o testemunham numerosos elogios prestados por personalidades como João de Barros, Agostinho da Silva, Adolfo Coelho, entre outros.” (Silva, 2014:66)

Foi professor livre de sociologia no curso livre de artes de representar na Associação da Classe dos Artistas Dramáticos (1908), nos serviços educativos da *Voz do Operário*, na *Sociedade de Estudos Pedagógicos*, na *Liga de Acção Educativa*, mas também no ensino secundário particular em diversos colégios de Lisboa, no Liceu Pedro Nunes (1911-1923). Foi diretor interino e professor de metodologia da Escola Normal Primária de Lisboa (pediu a exoneração em 1921).

O primeiro responsável da secção portuguesa da Liga Internacional Pró-Educação Nova, tarefa que exerceu até à data da sua prisão em 1927. Adolfo Lima era defensor de uma pedagogia social ou sociológica, onde a educação estava ligada à realidade social. Foi igualmente o principal defensor da escola única, cabendo-lhe aliás a conceção das "escolas primárias superiores" em 1919, criadas por iniciativa de Leonardo Coimbra, de encerradas mais tarde por António Sérgio.



Libânio da Silva (1854-1916)

Libânio da Silva, em 1908, escreveu o *Manual do tipógrafo*, de lições tecnológicas para os que iniciavam a aprendizagem na tipografia. Este manual

foi a grande obra de referência da tipografia portuguesa – veio a colmatar o vazio existente no país, não só na formação técnica como também na criação de trabalho criativo e inovador.

Libânio da Silva fez da sua empresa – a Imprensa Libânio da Silva – um modelo da própria arte tipográfica. Em sociedade, foi também editor: *Guimarães, Libânio & C^a* e *Libânio& Cunha-Editores*.

“A ligação à cultura, ao ensino e à intervenção política como forma de legitimação nas artes gráficas também não mudou muito. Libânio cumpriu todos estes pontos: trabalhou para clientes culturais; escreveu um manual de tipografia e era conhecido pelas condições de aprendizagem das suas oficinas; escreveu e conferenciou sobre as condições de trabalho e as tabelas de preço das tipografias.” (The Ressabiator, 2010)

Libânio da Silva participou nos movimentos de afirmação da força dos tipógrafos em Portugal, designadamente na dinamização associativa, e conquistou prémios de trabalhos gráficos em exposições nacionais e estrangeiras. Apresentado em 1913, como "industrial e escritor", na Comissão Organizadora da Exposição Nacional de Artes Gráficas de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA:

LIMA, Adolfo (1924). “Educação social.” *Educação social: revista de pedagogia e sociologia*; A. 1, n.º 1 (10 Jan. 1924), p. 1-4

_____ (1915). “A escola e a criança.” *Boletim pedagógico*; A. 1, n.º 7 (15 Set. 1915), p. [85]-8

_____ (1924). “A escola única.” *Educação social*; A. 1, n.º 2 (25 Jan. 1924), p. 27-29

_____ (1924). “Os períodos da evolução da criança: ciclos da educação, cotejo dos autores.” *Educação social*; A. 1, n.º 17/18 (15 Set. 1924), p. 320-328

THE RESSABIATOR (Junho 10, 2010). *Fatalismo ou quê?* [em linha]. [Consult. 2 de fevereiro de 2021]. Disponível: <https://ressabiator.wordpress.com/tag/libanio-da-silva/>

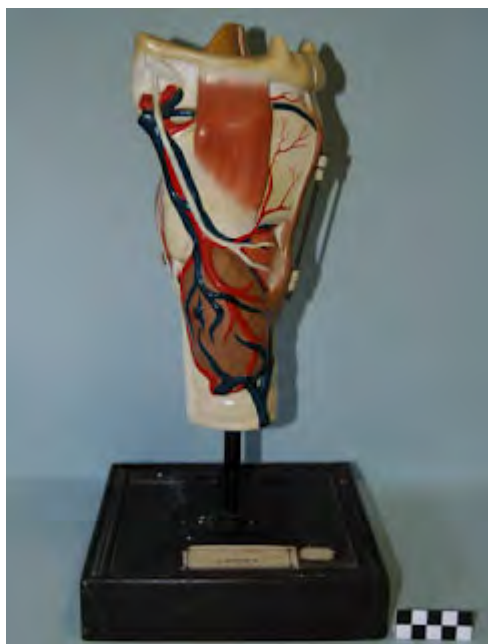
SILVA, António (2014). “Adolfo Lima e a introdução do teatro escolar educativo em Portugal” [em linha]: *Revista Portuguesa de Educação Artística*, Vol. 4 (2014). [Consult. 2 de fevereiro de 2021]. Disponível: <https://rpea.madeira.gov.pt/index.php/rpea/article/view/45>

TIPOGRAFOS.NET (cop. 2007). “Libânio da Silva (1854-?)” [em linha]: *Tipográfico* [Consult. 2 de fevereiro de 2021]. Disponível: <http://www.tipografos.net/portugal/libanio-silva.html>

2021/04/01

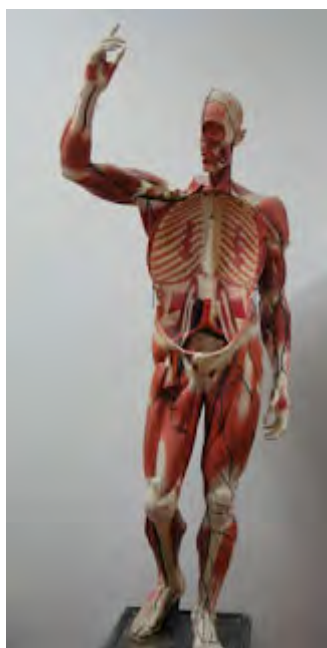
Exposição Virtual: Modelos Anatômicos no Museu Virtual da Educação

A anatomia é um ramo da Biologia, cujo objeto de estudo é a estrutura interna e externa dos seres vivos. A anatomia humana constitui um campo específico, focado no estudo das estruturas e sistemas do homem. Esta ciência desenvolveu-se inicialmente através da dissecação de cadáveres, que permitia a visualização e o estudo do corpo humano. No entanto, os preconceitos religiosos dificultaram durante muito tempo este tipo de prática, o que se refletiu num avanço lento desta ciência. Durante os séculos XVIII e XIX assistiu-se a um desenvolvimento dos modelos anatómicos, paralelamente à prática da dissecação, que se tornaram extremamente minuciosos e realistas, apresentando o corpo humano de forma precisa ou algumas partes do corpo aumentadas com grande pormenor. Os modelos de cera floresceram no século XVIII e o corpo humano tornou-se acessível aos especialistas e a uma parte da população. A partir de 1822, pode referir-se Petrus Koning (1787-1834) que se dedicou à elaboração de modelos anatómicos tendo por base a técnica italiana. Outro nome de destaque nesta área é Louis Thomas Jérôme Auzoux (1797-1878), que introduziu o papel-machê nos modelos anatómicos. A sua grande inovação foi a elaboração de modelos desmontáveis, cujos órgãos internos podiam se recolocados. Devemos ainda referir Émile Deyrolle (1838-1917), naturalista francês, cujo trabalho de fabrico e divulgação de modelos anatómicos, bem como de outros espécimes, em muito contribuiu para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas de representação anatómica. Parte integrante do ensino das Ciências Naturais, a anatomia tem grande expressão nos espólios museológicos escolares através da presença de inúmeros modelos. Assim, são frequentes os torsos humanos com peças amovíveis ou modelos aumentados de vários órgãos (rim, fígado, coração, cérebro). O estudo dos vários sistemas, olfativo, auditivo, urinário ou visual, pode igualmente ser efetuado através de modelos que se desmontam e permitem aprofundar conhecimentos sobre estas áreas.



Laringe e traqueia
ME/400002/18
Escola Secundária Alves Martins

Modelo anatómico da laringe humana, formado por duas peças articuladas assentes num pino de metal sobre base de madeira. Estão representadas a musculatura, a vascularização, a traqueia e a tiroide.



Corpo Humano
ME/400002/74
Escola Secundária Alves Martins

Modelo anatómico do ser humano com abertura no troco, montado em cima de um pequeno banco de madeira. Permite estudar os músculos e o sistema nervoso, mas também os principais órgãos internos. Várias peças anatómicas encontram-se removidas do modelo.



Cérebro (Cerveau. Face externe de l'hémisphère gauche)

ME/400439/7

Escola Secundária Sebastião e Silva

Modelo anatómico de cérebro humano (face esquerda) em alto-relevo assente numa base de madeira. Trata-se de um modelo ilustrativo da morfologia externa do cérebro, usado para o estudo da morfologia do Homem que, com graus de aprofundamento diferentes, se fazia nas disciplinas de Ciências Naturais. Pertence à coleção «Anatomie Humaine» da Casa Deyrolle. Segundo informação contida nas etiquetas das peças, o conjunto de modelos que formam a coleção foi fornecido pelo Ministério da Educação em 1953.



Coração
ME/400798/133
Escola Secundária Almeida Garrett

Modelo anatómico do coração humano, composto por artérias, veias, aurícula direita e esquerda, parede cardíaca, músculo cardíaco, válvulas, átrios e ventrículos, montado sobre eixo e base de madeira. Utilizado como material de apoio didático nas aulas de Ciências Naturais/Biologia.



Globo ocular
ME/400956/116
Escola Secundária Augusto Gomes

Modelo anatómico de olho humano, utilizado como material de apoio didático nas aulas de Ciências Naturais/Biologia, desmontando-se facilmente para fácil estudo da constituição e observação do interior do olho. Trata-se de um modelo muito ampliado do olho humano, assente numa base circular, representando as suas diferentes estruturas constituintes. É desmontável e pode observar-se a esclerótica; a córnea; a íris; a pupila; o cristalino; músculos específicos; nervos específicos e nervo ótico.



Aparelho auditivo
ME/400956/118
 Escola Secundária Augusto Gomes

Modelo anatómico de ouvido humano, apresentado em corte transversal, assente numa base retangular, utilizado como material de apoio didático nas aulas de Ciências Naturais/Biologia. Desmonta-se para fácil observação e estudo da constituição do ouvido: externo, médio e interno. Na face anterior observa-se, da direita para a esquerda, o pavilhão auditivo; o canal auditivo externo; osso temporal; tímpano, martelo, bigorna e estribo (peças colocadas por encaixe); canal semicircular; nervo auditivo; cóclea (peça de encaixe) e trompa de Eustáquio. Contém legenda em inglês na base.

2021/04/05

Património Material de Portugal: Centro Histórico de Guimarães



O centro histórico de Guimarães faz parte do património mundial classificado pela [UNESCO](#) desde 2001.

Guimarães situa-se no Distrito de Braga e é uma das mais importantes cidades históricas do país, associada à fundação da nacionalidade. Aqui foi estabelecido o centro administrativo do Condado Portucalense por D. Henrique e D. Afonso Henriques.

Habitada desde a pré-história, a cidade atual remonta ao século X com a construção de um mosteiro sob as ordens de Mumadona Dias e posteriormente, de um castelo para defesa da povoação. Este foi um polo de atração e de fixação de grupos populacionais.

O mosteiro deu lugar à Real Colegiada e foi alvo de inúmeras doações e privilégios, transformando-se num local de peregrinação. D. Henrique concedeu o primeiro foral, supostamente em 1096, elevando Guimarães a “capital” do Condado Portucalense.

Guimarães constitui um exemplo da evolução e conservação de uma localidade medieval para uma cidade moderna. Nos finais do século XIX ocorrem as maiores transformações urbanísticas, às ordens de D. Maria II.

Existe, assim, um núcleo urbano de formação medieval, mas atualmente, a maior parte das estruturas edificadas são do século XVII. As técnicas utilizadas durante este período para a construção de paredes interiores e exteriores, são a taipa de rodízio e a taipa de fasquio.



Entre os séculos XVI e XVII houve uma diversificação dos materiais de construção e surgem as casas nobres urbanas, adaptando as pré-existentes ao gosto renascentista. A partir do século XVIII as casas tornam-se mais reduzidas, com pátios e escadarias no seu interior. Durante o século XIX implantou-se o gosto pelo revestimento em azulejo, com alvenaria em granito.

Desta forma, a cidade apresenta uma enorme variedade ao nível da arquitetura civil, em que se pode destacar o Paço dos Duques de Bragança, construído no século XV por D. Afonso e reconstruído em 1930.

A Rua de Santa Maria, era uma zona privilegiada da elite, bem como a Praça de Santiago, a Praça da Oliveira e o Padrão do Salado, bem como os Antigos Paços do Concelho. Pode igualmente destacar-se o Largo do Toural, atualmente designado como “centro da cidade”.

O castelo de Guimarães é uma referência incontornável, localizado na freguesia de Oliveira do Castelo. Tem o formato de um escudo facetado e as muralhas

reforçadas com quatro torres. A torre de menagem encontra-se no centro da praça de armas, apresenta uma planta quadrangular com poucas aberturas.



A arquitetura religiosa destaca-se bastante no panorama arquitetónico da cidade. É o caso da primitiva Igreja de Nossa Senhora da Oliveira resta pouco tendo dado lugar à Colegiada de Santa Maria de Guimarães. A Capela de São Miguel do Castelo foi construída no século XIII, onde consta que terá sido batizado D. Afonso Henriques. O Convento de Santa Clara alberga agora a Câmara Municipal de Guimarães. O Convento de São Francisco, construído no século XV foi alterado e constitui um belíssimo exemplar do século XVIII, com talha dourada e azulejos.

De acordo com a informação fornecida pelo site da Câmara Municipal de Guimarães, nos últimos 14 anos foram intervencionados cerca de 314 edifícios, através de obras profundas e obras de beneficiação. Os espaços públicos e infraestruturas também foram objeto de reabilitação.

2021/04/05

Sessão de apresentação Archeevo 6



A [Keep Solutions](#) irá realizar um Webinar para o lançamento da mais recente versão do software [Archeevo](#) - versão 6 - que terá lugar no dia 15 de abril das 14.30h às 16.30h.

As novidades a serem apresentadas são:

- Módulo novo para gestão de ingressos/ incorporações;
- Revisão integral do processo de avaliação e seleção;
- Melhorias no desempenho e funcionalidades do *backoffice*;
- Melhorias no módulo de autoridades;
- Maior personalização do catálogo;
- Maior facilidade no tratamento de tarefas ao nível do balcão eletrónico;
- Revisão do módulo de administração.

A participação é gratuita, mas implica a [inscrição on line](#).

2021/04/06

Escola Secundária de Camões: o património em destaque # 2

A Escola Secundária de Camões continua a divulgação do seu espólio museológico através da publicação de flyers alusivos à peça do mês. A régua de cálculo foi o exemplar escolhido.



Trata-se de um instrumento de cálculo constituído por três réguas graduadas justapostas, sendo a do meio móvel. Apresenta uma dupla face com 24 escalas, 12 em cada lado, identificadas por uma letra na extremidade esquerda. Não tem cursor e possui uma estrutura metálica que permite a fixação na parede.

2021/04/08

Património Material de Portugal: Alto Douro Vinhateiro



O Alto Douro Vinhateiro faz parte do património mundial classificado pela [UNESCO](#) desde 2001.

Esta região do Douro inclui 24 600 hectares e distribui-se por 13 concelhos: Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Alijó, Sabrosa, Murça, Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo, Lamego, Armamar, Tabuaço, S. João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa.

A zona em questão é representativa da paisagem da Região Demarcada do Douro que constitui a mais antiga região vinícola regulamentada do mundo. Com uma paisagem de encostas íngremes, solos pobres e bastante acidentados que se erguem a partir do Rio Douro, reflete a ação contínua do homem que adaptou o local às suas necessidades agrícolas. Existe, portanto, uma relação privilegiada entre o homem e a natureza observando-se um ecossistema único com a construção de socalcos que preserva o solo e permite o cultivo da vinha.



A região de montanha proporciona um microclima, protegendo o solo do Oceano Atlântico, o que permite criar as condições para a produção do famoso Vinho do Porto. A zona, habitada desde a época romana, iniciou a produção deste tipo de vinho durante a segunda metade do século XVII, quando o Vinho do Porto começou a ser exportado para Inglaterra. Apesar de haver produção de vinho há 2000 anos, esta foi a primeira produção devidamente “regulamentada”.

Os lucros obtidos com este comércio eram elevados, acabando por gerar situações de fraude. Em 1756 é criada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Douro, com o objetivo de regulamentação da produção vinícola. Foram implantados 201 marcos de granito para demarcar o espaço físico da região. Em 1761 foram colocados mais 134 marcos. Mais tarde, em 1907, João Franco torna a delimitar a zona, que se entende para o Douro Superior.

Atualmente a Região demarcada inclui o Baixo-Corgo que ocupa 51% da área (margem direita do Rio Douro); Cima-Corgo, 36% da região; Douro Superior com cerca de 13%.



Vários são os tipos de vinho produzidos nesta zona, podendo referir-se distinguir-se o vinho branco (Lágrima – vinho seco ou doce) e os vinhos produzidos a partir de castas tintas que seguem um processo de envelhecimento em cascas de madeira (Ruby, Tawny, Vintage ou Crusted) ou em garrafa (Late Bottled Vintage e Vintage).

Em suma, o Douro Vinhateiro combina os recursos naturais com o investimento humano na paisagem, tornando-se um polo dinamizador que combina tecnologia e tradição.

2021/04/12

Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã



O Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto (AEFHP) tem a sua sede na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, na cidade da Covilhã, concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco. O AEFHP é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, no respeito pelos princípios organizativos e os objetivos da Educação Pré-escolar e do Ensino Básico e Secundário definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo.

“A autonomia do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto pressupõe a responsabilidade de todos os membros da comunidade educativa pela salvaguarda efetiva do direito à educação e à igualdade de oportunidades no acesso à escola, bem como a promoção de medidas que visem o empenho e o sucesso escolares, a prossecução integral dos objetivos dos referidos projetos educativos, incluindo os de integração sociocultural, e o desenvolvimento de uma cultura de cidadania capaz de fomentar os valores da pessoa humana, da democracia e exercício responsável da liberdade individual e do cumprimento dos direitos e deveres que lhe estão associados.” Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto (2020:68).

Relativamente à Escola Secundária Frei Heitor Pinto, em 20 de março de 1934, o Decreto n.º 23 685 criou o Liceu Municipal na cidade da Covilhã, de frequência mista que deverá funcionar a partir do ano letivo de 1934/35 atendendo a que a cidade da Covilhã tem uma população numerosa e é de importante desenvolvimento. Em 7 de agosto de 1934 foi-lhe atribuída a denominação de Liceu Municipal de Heitor Pinto. Em finais da década de 40, a necessidade da preparação do país para o novo modelo socioeconómico levou à promulgação dos Estatutos do Ensino Liceal e Técnico que atribuiu, ao primeiro, um carácter “humanístico-científico”, tradicionalista e seletivo, responsável pela formação geral e de acesso à Universidade, tendo sido elevado a Liceu Nacional em 1961.

O Ensino Técnico passou a ser encarado como uma entrada imediata no mundo do trabalho. Desde a criação desta Escola, têm sido várias as alterações em termos de edifício, com permanência no atual a partir de 1969, e nos cursos ministrados, população escolar ou políticas educativas. Durante o período de 2000 a 2003 a Escola lecionou apenas o ensino secundário (Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, 2018:10).

O AEFHP foi constituído no âmbito do disposto no Despacho nº 4463/2011, de 11 de março, bem como do artigo 7ª do decreto-lei 75/2008, resultante da fusão dos Agrupamentos de Escolas Entre Ribeiras-Paul, Agrupamento de Escolas do Tortosendo e Escola Secundária Frei Heitor Pinto. Assim, compõem o AEFHP:

1. Escola Secundária Frei Heitor Pinto;
2. Escola Básica do 2º e 3º Ciclos de Tortosendo;
3. Escola Básica n.º 2 do Paul, que integra os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
4. Escola Básica do 1.º Ciclo dos Montes Hermínios – Tortosendo;
5. Escola Básica do 1.º Ciclo do Largo da Feira – Tortosendo;
6. Escola Básica do 1.º Ciclo do Dominguiso;
7. Escola Básica do 1.º Ciclo Vales do Rio;
8. Escola Básica do 1.º Ciclo do Peso;
9. Escola Básica do 1.º Ciclo da Coutada;
10. Escola Básica do 1.º Ciclo Cortes do Meio;

11. Escola Básica do 1.º Ciclo do Barco;
12. Escola Básica do 1.º Ciclo da Barroca Grande;
13. Escola Básica do 1.º Ciclo do Paul;
14. Escola Básica do 1.º Ciclo da Erada;
15. Escola Básica do 1.º Ciclo do Ourondo;
16. Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Jorge da Beira;
17. Escola Básica do 1.º Ciclo de Unhais da Serra;
18. Jardim de Infância “Os Loureiros” de Tortosendo;
19. Jardim de Infância “Ovo Mágico” de Tortosendo;
20. Jardim de Infância Dominguiso 1;
21. Jardim de Infância Dominguiso 2;
22. Jardim de Infância Vales do Rio;
23. Jardim de Infância Peso;
24. Jardim de Infância Coutada;
25. Jardim de Infância Cortes do Meio;
26. Jardim de Infância Barroca Grande;
27. Jardim de Infância Paul;
28. Jardim de Infância S. Jorge da Beira;
29. Jardim de Infância Unhais da Serra.

A biblioteca escolar/centro de recursos educativos (BE/CRE) é um espaço privilegiado para pesquisar, estudar, ler e ocupar tempos livres. As BE/CRE dispõem de meios onde são conservados, tratados e disponibilizados todos os documentos, independentemente da sua natureza ou suporte.

Atendendo ao *Regulamento das bibliotecas escolares/centros de recursos educativos* as BE/CRE do AEFHP são constituídas por um conjunto de recursos físicos (instalações e equipamentos), humanos (professores e assistentes operacional) e documentais (suportes impressos, audiovisuais e informáticos) devidamente organizados, destinando-se, prioritariamente, à comunidade escolar do AEFHP, embora estejam disponíveis a qualquer utilizador da comunidade envolvente que deles necessite (Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, 2015:2).

“O enriquecimento do fundo documental terá em conta as sugestões de toda a comunidade educativa, mas caberá ao professor bibliotecário e da equipa a escolha das aquisições, tendo em conta a dotação orçamental. Esta terá em conta as grandes linhas dos projeto educativo e projeto curricular do agrupamento. As aquisições devem estar direcionadas para os interesses, principalmente, dos alunos dos diferentes níveis de ensino do agrupamento.” (Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, 2020:62).

O agrupamento dispõe de cinco bibliotecas/centros de recursos, coordenadas por dois professores bibliotecários, nomeados de acordo com a legislação em vigor. As bibliotecas referidas no número anterior funcionam na escola sede do agrupamento (Escola Secundária Frei Heitor Pinto), na Escola Básica 2/3 de Tortosendo, EB1 Montes Hermínios, EB1 Largo da Feira e EB 2/3 de Paul. A BE/CRE deve orientar os seus serviços em sintonia com as grandes linhas do projeto educativo do agrupamento.

O Gabinete de Apoio ao Aluno é um serviço que faz o acompanhamento em permanência dos alunos no seu quotidiano escolar, designadamente aqueles que revelem risco de abandono escolar, comportamentos de risco ou gravemente violadores dos deveres dos alunos ou se encontrem na iminência de ultrapassar os limites de faltas previstos no presente regulamento, bem como a mediação de conflitos entre alunos e outros elementos da comunidade educativa.

O AEFHP enquadra-se geograficamente na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. A comunidade envolvente reside um pouco por todo o Concelho, com incidência significativa ao longo da designada “Corda do Rio” (Rio Zêzere), na encosta da Serra da Estrela, e no designado Couto Mineiro, desenvolvendo a sua atividade principalmente no Couto Mineiro, na Região da Cova da Beira e, também, em toda a Beira Interior e ao nível nacional e internacional.

O AEFHP é sediado na cidade da Covilhã e cobre todo o território a sul do Concelho da Covilhã, inserido em meio urbano, semiurbano e rural, com difíceis acessibilidades principalmente no meio rural montanhoso, num espaço com modesto valor patrimonial, dotado de grande beleza paisagística e com perspetiva de desenvolvimento.



Mapa do Concelho da Covilhã (cobertura do AEFHP a cores)

Para uma noção espacial mais precisa da distribuição dos estabelecimentos de educação/ensino do AEFHP por todo o Concelho da Covilhã, visualize-se o anterior mapa do Concelho da Covilhã, perspetivando a distribuição territorial concelhia dos estabelecimentos do AEFHP.

BIBLIOGRAFIA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO (2020). *Regulamento interno: conselho geral, 25 de junho de 2020* [em linha]. Covilhã: AEFHP [Consult. 31 março de 2021]. Disponível: http://www.aefhp.pt/files/documentos-orientadores/19-20/RI_25_06_2020.pdf

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO (2020a). Regulamento: regras de utilização dos meios de comunicação no AEFHP [em linha]. Covilhã: AEFHP [Consult. 29 março de 2021]. Disponível: <http://www.aefhp.pt/files/documentos-orientadores/19-20/REGULAMENTO-REGRASdeUTILIZACAOdosMEIOSdeCOMUNICAO.pdf>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO (2018). Projeto educativo: relação triangular, aprendente planetário [em linha]. Covilhã: AEFHP [Consult. 29 março de 2021]. Disponível: <http://www.aefhp.pt/files/documentos-orientadores/19-20/PEA18-21.pdf>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO (2018a). *Regulamento dos cursos profissionais (Iniciados a partir de 2018/2019)* [em linha]. Covilhã: AEFHP [Consult. 30 de março de 2021]. Disponível: <http://www.aefhp.pt/files/documentos-orientadores/19-20/RegCProfAEFHP-Iniciados18-19-Aprovado2020-03-26.pdf>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO (2015). *Regulamento das bibliotecas escolares / centros de recursos educativos: Escola Secundária Frei Heitor Pinto Escola, Básica 2/3 de Tortosendo, Escola Básica N.º 2 de Paul, EB1 Montes Hermínios EB1, Largo da Feira* [em linha]. Covilhã: AEFHP [Consult. 31 março de 2021]. Disponível: <http://www.aefhp.pt/files/documentos-orientadores/15-16/Regulamento-BE-AEFHP.pdf>

2021/04/15

Património Mundial de Portugal: Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, Açores



A Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, nos Açores faz parte do património mundial classificado pela [UNESCO](#) desde 2004.

A Ilha do Pico, de origem vulcânica, faz parte do Arquipélago dos Açores, tendo uma superfície de 447 km². O seu nome deve-se à Montanha do Pico, a mais alta montanha de Portugal com 2351 metros acima do nível do mar. É constituída por três concelhos, Lajes do Pico, Madalena e São Roque. A sua paisagem foi considerada uma das 7 maravilhas de Portugal.

O povoador inicial desta ilha foi Diogo das Chagas. Em 1482, a ilha foi integrada na Capitania do Faial e em 1501, Lages do Pico foi elevada a vila e sede de concelho. Nesta época eram já conhecidos os extensos vinhedos, a par da pecuária, da pesca e da agricultura.

A vinha floresceu durante anos até ser fortemente atacada pelo Oídio em 1852. A recuperação foi extremamente difícil e deu lugar ao cultivo de frutos. Também a caça à baleia e ao atum se desenvolveu neste período.



Em julho de 2004 a área dos lajidos de Criação Velha e de Santa Luzia, foi considerada Património Mundial. Compreende uma área de 987 hectares, onde se inclui a típica cultura da vinha feita entre muros lineares e perpendiculares à linha da costa, em que a vinha é cultivada em chão de lava negra.

Estes muros foram construídos para proteger pequenos lotes de terreno da água do mar e do vento marítimo, deixando entrar o sol necessário ao crescimento das uvas. Existe na ilha uma enorme diversidade de fauna e flora, características da floresta Laurissilva.



Através da criação do Gabinete Técnico da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha na Ilha do Pico, o elemento de contato com outros organismos e instituições, o governo procurou assegurar a manutenção do património:

- Apoiar a implementação e coordenação do Plano Especial de Ordenamento da Paisagem Protegida, monitorizando-o periodicamente;
- Acompanhar e fiscalizar a execução de todas as obras dentro da Paisagem Protegida;
- Elaborar e desenvolver todos os estudos técnicos necessários à prossecução dos objetivos definidos em sede de Plano Especial de Ordenamento e Plano de Gestão da Paisagem Protegida;
- Organizar e gerir um sistema de informação geográfica, incluindo a promoção e elaboração de cadastro

2021/04/19

Peça do mês de abril



Amonite

Amonite utilizada no ensino das matérias de Geologia. Este animal vivia dentro de uma concha enrolada em espiral, de natureza carbonatada, semelhante à dos Nautilus atuais. Os septos dividiam internamente, a concha, em câmaras. Eram animais marinhos, carnívoros e com dimensões muito variáveis, podendo atingir 2 metros de diâmetro. As amonites são excelentes fósseis de idade. Processo de fossilização - moldagem - molde interno. Classificação científica: Reino - Animalia, Filo - Mollusca, Classe - Cephalopoda, Ordem - Ammonitida.

Está inventariado com o número ME/401018/440 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Bocage.

2021/04/22

Património Material de Portugal: Elvas, cidade fronteiriça e de guarnição



A cidade fronteiriça e de guarnição de Elvas e as suas fortificações fazem parte do património mundial classificado pela [UNESCO](#) desde 2012.

Elvas localiza-se na região do Alto Alentejo, junto à fronteira com Espanha. Ao longo da História de Portugal desempenhou um papel de relevância pois é um dos principais eixos de entrada no país por via terrestre.

O sistema fortificado é constituído por:

- Castelo de Elvas;
- Praça-forte;
- Muralhas;
- Aqueduto da Amoreira;
- Forte de Nossa Senhora da Graça;
- Forte de Santa Luzia;
- Forte de São Mamede;
- Forte de São Pedro;

- Forte de São Domingos.

Elvas foi ocupada pelos muçulmanos no século VIII e envolvida em muralhas, ampliadas no século XIII, o que dificultou a reconquista cristã. Elvas só será conquistada ente 1229-1230. Devido à desertificação do local, D. Afonso II levou a cabo uma política de revitalização, concedendo uma carta de feira em 1262.



O castelo, datado do reinado de D. Sancho II, foi construído na zona mais elevada, delimitada por duas linhas de muralhas árabes. É rodeado de uma terceira cerca urbana da segunda metade do século XV (muralha fernandina). Durante os séculos XII e XIV procedeu-se à reconstrução do castelo devido aos danos causados pelas guerras com Espanha.

No reinado de D. Dinis introduziram-se algumas alterações, bem como nos reinados de D. João II e D. Manuel optando-se pelo sistema abaluartado.

A 400 metros localiza-se o Forte de Santa Luzia, com traçado abaluartado. A norte da cidade encontra-se o Forte da Graça, da segunda metade do século XVIII. Três pequenos fortins de 1811 completam o complexo: Forte de São Mamede, Forte de São Pedro e Forte da Piedade.

Durante o século XVIII, com o envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos (1756-1762), reconheceu-se a necessidade de construir uma fortificação

no Monte da Graça. Este projeto esteve inicialmente a cargo do Conde de Lippe e incluía um recinto com quatro baluartes pentagonais e após 1764 passou para Valleré.



Já no século XIX, com as invasões francesas, Portugal assistiu à ocupação das fortificações e da cidade de Elvas. Por ordens do Marechal Wellesley (1769 – 1852) construíram-se quatro pequenos fortes sobre elevações de terreno. São os chamados fortins, datados de 1811: Fortim de São Mamede, Fortim de São Pedro, Fortim da Piedade e Fortim de São Francisco. Seguem as características das Linhas de Defesa de Lisboa. Apesar disso, em 1875, são abandonados e o Fortim de S. Francisco será demolido em 1920.

O perímetro fortificado de Elvas ocupa cerca de 10 quilómetros, tornando-a a cidade portuguesa com o maior conjunto de fortificações abaluartadas. A sua elevação a património mundial pretendeu valorizar a arquitetura eminentemente militar que testemunha a situação especial de uma zona fronteiriça.

2021/04/26

Património Material de Portugal: Universidade de Coimbra



A Universidade de Coimbra – Alta e Sofia - faz parte do património mundial classificado pela [UNESCO](#) desde 2013.

Trata-se de um [conjunto histórico-cultural](#) que inclui quatro freguesias de Coimbra, São Bartolomeu, Sé Nova, Sé Velha e Santa Cruz. A Universidade é uma das mais antigas do mundo e continua em funcionamento, tendo sido criada em 1290 pelo rei D. Dinis. Houve um período de alternância da localização da instituição entre Lisboa e Coimbra, tendo-se fixado definitivamente nesta última em 1537 por ordem de D. João III.

Tornou-se, assim um polo de afluxo estudantil, em a Rua Sofia desempenhou um importante papel como expoente urbanístico de crescimento urbano universitário.

O núcleo mais antigo é o Paço Real de Coimbra, no Paço das Escolas, que demonstra claramente a ligação entre a universidade e a monarquia. Aqui se destacam: a Porta Férrea (1633 – 1634); a Escadaria de Minerva (1724); a Torre da Universidade (1728 – 1733); o Edifício dos Gerais (1698 – 1702); a Via Latina (1773 – 1777); a Capela de São Miguel; o Colégio de São Pedro (1545); a Biblioteca Joanina (1717 – 1725); e recentemente o Auditório da Faculdade de Direito, terminado em 2001.



A Biblioteca Joanina estava reservada aos estudantes universitários, atualmente sendo considerada uma das mais importantes do mundo não só pela riqueza arquitetónica, mas também pelo fundo bibliográfico que remonta ao século XVI.

Na zona Alta podem-se destacar outros edifícios como o Real Colégio das Artes, cuja construção teve início em 1568; o Colégio de São Bento, setecentista, do qual faz parte o Jardim Botânico; o Colégio de São Jerónimo; o Colégio de Jesus, atual Museu de História Natural; a Casa dos Melos; o Colégio de Santa Rita; o Colégio da Santa Trindade; o Laboratório Químico.



Na área de Sofia devem referir-se o Colégio de Santo Agostinho; o Colégio de São Tomás de Aquino; o Colégio de Nossa Senhora do Carmo; o Colégio São Pedro dos Terceiros ou o Colégio do Espírito-Santo.

Existem várias tradições ligadas à Universidade e diversas festividades que lhe conferem um espírito universitário de grande destaque. As características de expansão cultural, científica e de divulgação de grandes ideias e investigações estão inerentes às das grandes universidades mundiais. Em Coimbra existe um acervo museológico na área da ciência e do património museológico.

2021/04/29

Património Material de Portugal: Santuário do Bom Jesus do Monte, Braga



O Santuário do Bom Jesus do Monte, Braga, faz parte do património mundial classificado pela [UNESCO](#) desde 2019.

Localiza-se na freguesia de Tenões, na cidade de Braga, fazendo parte de um conjunto arquitetónico-paisagístico. Pensa-se que no início do século XIV terá sido colocada uma cruz no monte Espinho e em 1373 refere-se uma ermida neste mesmo local.

Em 1494 foi erigida uma outra ermida por ordem de D. Jorge da Costa, Arcebispo de Braga. Em 1552 o Deão da Sé de Braga mandou construir a terceira ermida, que coincidiu com um aumento da devoção dos locais.



Em 1692 foi constituída a Confraria do Bom Jesus do Monte, um movimento de devotos de todas as classes sociais para promoverem a devoção à Santa Cruz do Monte. Foi, assim, edificada uma Capela, rodeada de casas para abrigo dos peregrinos, onde se podem observar alguns episódios da Paixão de Cristo e da sua Ressurreição.

A partir de 1722, D. Rodrigo de Moura Teles iniciou o projeto de construção de uma basílica que se tornaria o atual Santuário. D. Gaspar de Bragança prosseguiu as obras de 1784 a 1811, dirigidas pelo arquiteto Carlos Amarante. A planta tem a forma de cruz latina e a fachada é constituída por duas torres com frontão triangular.



No que respeita aos escadórios, estão divididos em 3 lanços num desnível de 116 metros. O primeiro é o escadório do Pórtico, onde se encontram as primeiras

capelas construídas em 1723. Aqui se encontram o Escadório dos Cinco Sentidos, com cinco lances de escadas com fontes alegóricas aos cinco sentidos. Depois, o Escadório das Três Virtudes, datado de 1837, com 3 fontes ilustrativas das Virtudes teologais: a fé, a esperança e a caridade. A seguir à Fonte da Caridade, após 581 degraus, encontra-se o Terreiro de Moisés, a que se segue o Adro e a Igreja do Bom Jesus.

A Confraria do Bom Jesus levou a cabo a construção de um elevador, inaugurado a 25 de março de 1882, o primeiro a ser instalado na Península Ibérica, utilizando o sistema de contrapeso de água. Toda esta área é circundada por parques, jardins e lagos artificiais.

2021/05/03

Exposição Virtual: "As Crianças em Imagens Parietais"

As imagens parietais foram utilizadas pelo ensino ao longo do século XIX e XX como recurso técnico-didático. Neste caso específico, trata-se de imagens parietais destinadas à aprendizagem de línguas estrangeiras, remetendo para o método de ensino através das imagens. Os alunos deveriam aumentar o seu conhecimento de vocabulário através da observação de imagens que lhes eram familiares.

Os quadros escolhidos apresentam cenas em que surgem crianças, o que permite uma identificação dos alunos, em cenários familiares e quotidianos que lhes permite a compreensão de palavras chave para a aprendizagem da língua.

Provavelmente datados da década de 50 do século XX, tendo em conta o vestuário e os elementos que constituem as imagens, estes quadros apresentam situações comuns do quotidiano: a sala de jantar, com a presença de toda a família a efetuar uma refeição; o quarto de dormir, onde as crianças se vestem e onde se observam alguns brinquedos.

Por outro lado, temos o espaço escolar, destacando-se várias mensagens que são transmitidas: os alunos arrumam a sala de aula depois de trabalhos manuais e brincadeiras ou a importância de cuidar da natureza.

Outro aspeto interessante é a representação de uma ala pediátrica de um hospital, onde se encontram várias crianças acompanhadas pelas mães, aproveitando para brincar. É uma imagem bastante positiva transmitindo uma sensação de conforto.

A importância deste método é indiscutivelmente positiva em todo o processo cognitivo que acompanha a aprendizagem de uma nova língua, aproveitando os momentos do dia a dia.



ME/402436/24

Escola Secundária de Passos Manuel

O quadro, da autoria do desenhador Henri Mercier, apresenta duas faces. Numa das imagens surge um quarto de dormir com duas camas um menino dorme numa delas (à esquerda do quadro) e a outra está vazia, mas desmanchada (à direita do quadro). Num primeiro plano, um rapaz veste-se ao lado de uma menina que brinca com uma boneca. Numa mesa, do lado esquerdo deste menino, estão dois livros, um lápis, uma carteira e um lenço. Na parede do fundo está um roupeiro com uma porta aberta e vê-se roupa de casa: toalhas e lençóis. Existe uma estante de livros e um candeeiro na parede atrás da cama vazia, a outra cama tem uma mesinha de cabeceira com candeeiro e na parede atrás da

cama duas pequenas bandeiras. Na segunda imagem encontra-se uma família junta numa sala comum. A sala de jantar está em primeiro plano e a sala de estar está ao fundo tendo uma lareira apagada. O pai e dois filhos, um rapaz e uma rapariga estão sentados à mesa e a mãe, de avental, aproxima-se, do lado esquerdo da mesa e com o auxílio de um pano de loiça segura uma travessa com carne assada. As crianças estão a comer a sopa e o pai corta pão. Sobre a mesa, além da loiça própria de um jantar, encontra-se uma terrina de sopa, uma tábua de queijos, uma fruteira e garrafas de vinho branco, de vinho tinto e de água. Do lado esquerdo da mesa existe um armário de portas de correr com loiça e objetos decorativos por cima. Junto a este armário existe uma grande janela com um aquecedor por baixo. Do lado direito tem um armário com um rádio. Na parte da sala de estar existe sofás, um armário, uma televisão e uma mesinha.



ME/402436/44

Escola Secundária de Passos Manuel

O quadro representa a limpeza e a arrumação de uma sala de aula, talvez de trabalhos manuais. A professora dá a ordem para a limpeza e arrumação, escrevendo-a no quadro no quadro preto. Todas as crianças realizam tarefas:

limpam o chão, arrumam tesouras, jogos e outro material didático. A sala tem uma grande parede envidraçada que lhe confere uma grande luminosidade.



ME/402436/62

Escola Secundária de Passos Manuel

O quadro exibe o interior de uma enfermaria hospitalar infantil, com crianças doentes, enfermeiras e mães. Todo o ambiente é luminoso e descontraído, transmitindo uma sensação de conforto. Observam-se quatro camas, ocupadas por crianças que brincam, junto a janelas amplas.



ME/402436/71

Escola Secundária de Passos Manuel

O quadro, da autoria de Cicely Steed, "Fazer e brincar com marionetas" mostra uma sala onde crianças constroem marionetas e respetivos cenários. Algumas crianças experimentam as marionetas já feitas.



ME/402436/73

Escola Secundária de Passos Manuel

O quadro, "Um Painel da Natureza", representa o interior de uma sala de Ciências Naturais. Num primeiro plano, uma aluna e um aluno mudam a água a várias plantas, colocadas em frascos de vidro. Cada flor ou planta está identificada com o respetivo nome, escrito num retângulo de papel. Num segundo plano, na parede ao lado de uma grande janela que dá para o recreio onde brincam várias crianças, está colocado um cartaz com a indicação dos nomes dos alunos responsáveis pela manutenção dos materiais: "Please, look after the Nature Table this week Gwen and Bob".



ME/ESMC/182

Escola Secundária Machado de Castro

Quadro parietal, da autoria da ilustradora Elizabeth Skilton, utilizado nas aulas de línguas para introdução e alargamento de vocabulário. Mostra em primeiro plano uma sala de jantar que comunica, através um cortinado aberto para uma sala de estar, situada no canto superior direito do quadro. Trata-se de um ambiente familiar onde adultos e crianças desenvolvem diferentes tarefas.

2021/05/06

Património Material de Portugal: Real Edifício de Mafra



O Real Edifício de Mafra – Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco, Tapada - faz parte do património mundial classificado pela [UNESCO](#) desde 2019.

O Convento de Mafra ou também chamado, Palácio Nacional de Mafra, situa-se no concelho de Mafra, a cerca de 25 quilómetros de Lisboa. As obras da sua construção iniciaram-se em 1717, por ordem de D. João V devido ao cumprimento de uma promessa para ter descendência de D. Maria Ana de Áustria.

Os arquitetos responsáveis foram João Frederico Ludovice e Custódio Vieira. A título de curiosidade, o complexo ocupa cerca 1200 hectares, tem 1200 divisões, mais de 4700 portas e janelas, 156 escadarias e 29 pátios e saguões.

O Palácio e a Basílica são monumentos representativos não só pela sua beleza e dimensão, mas também pelo facto de constituírem um símbolo da afirmação da monarquia portuguesa e do absolutismo. Portugal afirma-se na Europa, junto das grandes casas reais e da Santa Sé e restabelece a grandeza ultramarina após a restauração. O ouro proveniente do Brasil permitiu levar a cabo uma construção desta magnitude.



A Basílica altera as características da arte portuguesa, adaptando o barroco europeu a um estilo único, o barroco joanino. Foi consagrada à Virgem Maria e a Santo António em 1730. Contém um dos maiores conjuntos de estatuária italiana, produzidas em Roma e Florença. Em meados do século XVIII, Alessandro Giusti esculpiu os novos retábulos da Basílica. Este artista fundou a Escola de Escultura, futura Real Academia de Belas Artes.

O convento de Mafra destinava-se aos frades capuchos da Ordem de São Francisco e foi projetado por João Frederico Ludovice. Em 1730 ingressaram nesta instituição cerca de 328 frades. Com posterior extinção de muitas ordens religiosas, em 1820 viviam aqui apenas 40 frades até à sua saída definitiva em 1833.

O Palácio Real foi iniciado em 1717 junto ao convento e projetado igualmente por João Frederico Ludovice, inspirado pelos edifícios barrocos europeus. Trabalho juntamente com o seu filho, João Pedro Ludovice. No entanto, nos últimos reinados da dinastia de Bragança, o palácio deixou de funcionar como residência permanente, abrindo ao público para visita em 1904.

As principais divisões do Palácio são:

- a Sala de Diana, assim designada devido à pintura que representa a deusa da caça, Diana, no teto, da autoria de Cirilo Volkmar Machado, encomendada pelo futuro D. João VI;

- a Sala do Trono, onde decorriam as audiências régias. As paredes têm frescos da autoria de Domingos Sequeira, onde estão representadas as oito virtudes reais;
- o Torreão Norte, onde se encontravam os aposentos do rei;
- o Oratório Norte;
- a Galeria Principal, um dos maiores corredores palacianos da Europa com 232 metros, ligando o Torreão Norte ao Torreão Sul;
- a Sala das Descobertas, assim chamada devido à pintura no teto, da autoria de Cirilo Volkmar Machado, onde estão representados os principais episódios de conquistas ultramarinas;
- a Sala dos Destinos que tem no teto a pintura intitulada “Templo do Destino”, também da autoria de Cirilo Volkmar Machado, onde se encontram os reis de Portugal;
- a Sala da Guarda era a antiga entrada do Palácio onde se encontrava a Guarda Real. Tem no teto a pintura de Cirilo Volkmar Machado, “O Precipício de Faetonte”;
- a Sala da Bênção que se encontra aberta para a Basílica e de onde a família real assistia a cerimónias religiosas;
- a Sala dos camaristas, onde ficavam alojados todos os colaboradores da família real;
- o Torreão Sul eram os aposentos da rainha;
- o Oratório Sul que constituía a capela dos aposentos da rainha;
- a Sala de D. Pedro V, Sala vermelha ou Sala de espera era o local onde os convidados aguardavam antes de serem recebidos pela família Real;
- a Sala de Música, Sala de receção ou Sala amarela era um espaço de receção de convidados;

- a Sala de jogos, onde se encontram vários jogos praticados entre os séculos XVIII e XIX, como o bilhar ou pião;
- a Sala de caça, assim denominada pela decoração alusiva à caça e aos troféus;
- a Sala de jantar, onde se realizavam banquetes;
- o Salão dos frades;
- as Celas;
- a Biblioteca, um dos mais importantes locais do complexo, pela sua dimensão, beleza e riqueza bibliográfica. Em 1711 iniciou-se a construção das estantes e a partir de 1792 tiveram lugar acabamentos e a transferência de livros. Esta zona encontra-se junto aos aposentos dos infantes. A organização segue a que foi elaborada por Frei João de Santana em 1809.



Entre o espólio do Palácio encontram-se coleções muito relevantes na área da cerâmica, escultura, ourivesaria, metais, mobiliário, pintura, têxteis e ainda os famosos carrilhões.

A Basílica possui seis órgãos, únicos no mundo, da autoria de António Machado Cerveira e Peres Fontanes datando de 1792-1807. Existem dois carrilhões, elaborados em Antuérpia e em Liège com 92 sinos. São os maiores do século XVIII existentes do mundo. A par destes existe o maior conjunto de sistemas de relógios e cilindros de melodia automática.

2021/05/10

Obras arquitetónicas de Álvaro Siza Vieira



Existem vários monumentos, complexos históricos e zonas naturais, entre outros, que pela sua importância e características únicas, são candidatos à Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial. Aguardando a sua aprovação pela UNESCO, seleccionámos aqueles que mais se destacam. Entre os candidatos encontra-se o conjunto de obras arquitetónicas de Álvaro Siza Vieira.

Álvaro Joaquim de Melo Siza Vieira (n. 1933, Matosinhos) é um dos maiores arquitetos portugueses e um dos mais premiados de sempre. Estudou na Escola Superior de Belas Artes do Porto, entre 1949 e 1955, onde também deu aulas de 1966 a 1969 e a partir de 1976.

As suas grandes influências são Adolf Loos, Frank Lloyd Wright e Alvar Aalto. Conjugando as influências modernistas com a tradição construtiva portuguesa, desenvolveu um estilo muito próprio, de grande relevo no panorama modernista português. O Arquiteto Fernando Távora constituiu igualmente uma fonte de inspiração para Siza Vieira.



As suas obras podem ser vistas em Portugal e por todo o mundo. Em Portugal destacam-se a Casa de Chá da Boa Nova, as Piscinas de Marés, O Museu de Arte Contemporânea de Serralves, a Fundação Nadir Afonso, a Igreja de Marco de Canaveses. A Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, a Escola Superior de Educação de Setúbal, instalações da Expo 98 em parceria com Souto de Moura, Estação do metro Baixa-Chiado, Requalificação do Vidago Palace Hotel em Chaves, o Atelier-Museu Júlio Pomar em Lisboa, os Terraços do Carmo, Lisboa.

O seu estilo caracteriza-se por uma harmonia entre a natureza e o design, preservando o ambiente existente. Fora de Portugal podem referir-se o edifício Bonjour Tristesse (Berlim, 1980-84), a Fundação Iberê Carmargo (Porto Alegre, Brasil, 1998), recuperação da Zona 5 de Schilderwik (Haia, 1985-1989), blocos de Ceramique Terrain (Maastricht, 1995), centro meteorológico da Villa Olimpica (Barcelona, 1992).

2021/05/13

Aqueduto das Águas Livres



O Aqueduto das Águas Livres está classificado como Monumento Nacional e inclui-se na Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial. Trata-se de um sistema de captação e distribuição de água à cidade de Lisboa do reinado de D. João V.

Desde a instalação da população nesta região que se fez sentir a necessidade de distribuição de água potável, apesar da presença do rio Tejo. Apenas o bairro de Alfama continha nascentes de água. Com o crescimento natural da cidade tentou aproveitar-se a ribeira de Carenque, em Belas, para o abastecimento da zona lisboeta. O vestígio de um aqueduto romano nesta área dava consistência à ideia da construção do aqueduto.

Em 1729 foram nomeados três arquitetos para iniciarem um plano de construção: António Canevari, Manuel da Maia e João Frederico Ludovice. Em 1731, D. João V promulga um alvará que lança as bases do projeto. Manuel da Maia acabou por ficar como arquiteto responsável.

Só em 1740 começaram as obras, desta vez supervisionadas por Custódio Vieira e em 1744 finaliza-se o Arco Grande. Carlos Mardel substitui Custódio Vieira, entretanto falecido.



Após o terramoto de 1755, o aqueduto permaneceu intacto e Carlos Mardel decidiu instalar a Mãe d'Água na zona do Rato, em vez de S. Pedro de Alcântara. Foi uma decisão bastante contestada, mas em 1748 a obra estava terminada, com 12 arcos, transportando diariamente cerca de 1300 metros cúbicos de água.

A par desta construção, foram instalados vários chafarizes e fontes por toda a cidade. O Aqueduto foi sendo aumentado, à medida que a procura crescia, chegando a 58.135 metros de galerias subterrâneas.

A zona superior do Aqueduto esteve fechada desde 1837 devido à criminalidade, referindo-se em particular Diogo Alves, o último criminoso condenado à morte em Portugal.

Em 1880 foi edificado o Aqueduto do Alviela, o que diminuiu substancialmente a importância do Aqueduto das Águas Livres, que continuou em funcionamento até 1967.

Atualmente é possível visitar a arcaria do Vale de Alcântara, a Mãe d'Água das Amoreiras e o Reservatório da Patriarcal.

2021/05/17

Peça do mês de maio



Espelhos parabólicos

Conjunto de espelhos côncavos (parabólicos), capazes de fazerem convergir num ponto, um feixe de raios incidentes paralelos e provenientes do Sol ou de outra fonte. Com este tipo de espelhos é possível desencadear combustões. Os espelhos esféricos são os mais comuns, no entanto podem apresentar algumas falhas óticas que dificultam as experiências científicas. Como tal, os mais recomendados para alguns tipos de estudos, são os espelhos parabólicos, cuja superfície tridimensional permite a concentração de feixes. A sua utilização é bastante comum em faróis de veículos e embarcações, amplificando a intensidade da luz e também no fabrico de antenas parabólicas, telescópios, geradores, entre outros, permitindo uma maior eficiência na produção de energia.

Está inventariado com o número ME/402308/114 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Moura.

2021/05/20

Serra do Buçaco: Deserto dos Carmelitas Descalços e Conjunto do Palace-Hotel



O Deserto dos Carmelitas Descalços e Conjunto Edificado do Palace-Hotel no [Buçaco](#) são considerados monumentos nacionais, habilitados a constituírem a lista de Património Mundial da Humanidade.

Estas áreas inserem-se no extremo noroeste da Serra do Buçaco, no concelho da Mealhada. O Deserto dos Carmelitas Descalços encontra-se aqui, delimitado com um muro e inclui o Convento de Santa Cruz do Bussaco, o Sacromonte, ermidas de habitação, 23 capelas e sete fontes.

A expressão “Deserto” referia-se a uma região inóspita, onde viviam os monges eremitas durante o Cristianismo primitivo, permitindo a vida em comunidade, embora isolada e em retiro espiritual. Trata-se de uma zona extremamente rica o ao nível da biodiversidade, com mais de 250 espécies vegetais e um clima muito próprio com temperaturas amenas, precipitação frequente e nevoeiros matinais.



A Ordem dos Carmelitas Descalços é um ramo da Ordem do Carmo. Surgiu na sequência de uma reforma de Santa Teresa de Ávila e de S. João da Cruz durante o século XVI. O nome “Carmelitas” vem de Monte Carmelo, local onde se isolaram alguns peregrinos e cruzados. Frei António do Santíssimo Sacramento liderava a Ordem que se instalou nesta região durante cerca de 200 anos, entre 1628 e 1834.

O Sacromonte era uma subida da Serra que recriava a Via Sacra, no final da qual se encontra uma cruz, e foi mandado construir por D. Manuel Saldanha em 1644. Com a extinção das Ordens Religiosas, estes bens passaram a ser património do Estado.

O Palace Hotel do Buçaco, construído no espaço do antigo convento, inclui um conjunto de edifícios erigidos entre 1888 e 1922. Inclui o hotel (1888 – 1899), a Casa dos Cedros (1899), a ala sul e a galeria (1904), a Casa dos Brasões (1905-1910) e a Casa do Arcos, a partir da qual se construiu a Casa dos Embrechados (1922).

Este complexo, mandado edificar pelo rei D. Carlos I, apresenta um estilo neogótico e traços do neomanuelino, da autoria de Luigi Manini. Evoca o império português através dos símbolos nacionais e de imagens de monumentos marcantes. No seu interior encontram-se inúmeras tapeçarias, peças chinesas e indo-portuguesas, mobiliário e obras de arte de Jorge Colaço, António Gonçalves, Costa Motta Sobrinho, João Vaz, António Ramalho ou Carlos Reis.

O edifício principal tem três pisos e um torreão. A Casa dos Brasões foi edificada em 1905, segundo o projeto de Manuel Joaquim Norte Júnior, como um pavilhão real, onde pernoitavam os monarcas que visitavam o local. Este edifício ligou-se posteriormente à Casa do Cedro.

2021/05/24

Complexo Industrial Romano de Salga e Conserva de Peixe em Troia



O Complexo Industrial Romano de Salga e Conserva de Peixe em Troia constituem um sítio arqueológico que se localiza na zona noroeste da península de Troia em Setúbal. Inclui várias construções do século I ao século VI e são considerados monumento nacional desde 1910.

Aqui se situava um agregado populacional cuja principal atividade era a pesca e o fabrico e exportação de garum, ou seja, conservas de peixe. Já desde o século XVI que aparecem referências a este local e no século XVIII iniciaram-se as primeiras escavações arqueológicas.

O apogeu desta indústria ocorreu entre os séculos I e II, quando se produziram grandes quantidades de peixe salgado e molhos de peixe, embalados em ânforas e expedidos para Roma. Houve uma interrupção na segunda metade do século II e as fábricas foram divididas em unidades mais pequenas. A partir do século III surgem vários tipos de ânforas, o que sugere uma diversificação maior dos produtos. A sardinha era o principal peixe utilizado. A partir do século V, com

a decadência do Império Romano, a atividade foi sendo progressivamente abandonada.

De acordo com os dados obtidos, conclui-se que Troia foi o maior centro de produção de salgas de peixe do Império.

As oficinas da salga de peixe constituem o núcleo principal deste complexo, se bem que também se encontrem no local um núcleo habitacional, necrópoles, temas, uma roda de água e ruínas de uma basílica paleocristã.



A localização de Troia, a pesca abundante e a existência de salinas determinaram o sucesso comercial destas oficinas. Identificaram-se cerca de 25 salgas com diferentes dimensões, ente os 1000 m² e os 135 m². Eram constituídas por vários tanques, designados cetárias, que se posicionavam em redor de um pátio central. Calcula-se que a capacidade de produção fosse cerca de 1 429 000 litros.

As termas ocupam uma área de 450 m² e incluíam um vestíbulo (apoditério), um tanque de água fria (frigidário), outro de água morna (tepidário) e um de água quente (caldário), para além de piscinas e salas de ginástica.

2021/05/27

Costa Sudoeste: Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina



A Costa Sudoeste, da qual fazem parte o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e a Costa Vicentina são candidatos a Património Natural da Humanidade. Trata-se de uma faixa com cerca de 110 km, situada entre S. Torpes e Burgau. Têm uma enorme diversidade paisagística e elevada biodiversidade.

No aspeto geológico destacam-se o arenito e os calcários. O relevo tem áreas planas, cuja altitude aumenta para sul, onde o encaixe dos rios é mais profundo.

A bacia hidrográfica do rio Mira e do Barlavento Algarvio constituem a rede hidrográfica desta zona, sustentando a riqueza da biodiversidade. O clima é mediterrânico, de feição litoral, tornando-se bastante ameno, mas com nevoeiros. A precipitação é irregular, embora menos abundante no verão.

Quanto aos habitats, existem cerca de 35, a saber: habitats de água doce, que incluem águas paradas e charcos; charnecas e matos; e ainda florestas. Destaca-se a zona marinha com arribas litorais, praias, dunas, charnecas, estuários, cursos de água, etc.

A flora terrestre engloba três tipos de ambientes: vegetação de solos calcários, no planalto vicentino a sul; vegetação mais diversificada, no planalto litoral; e

vegetação arbórea densa nas serras. Existe uma mistura de vegetação mediterrânica, atlântica e do norte de África. Estão identificadas cerca de 750 espécies, sendo que 12 são únicas.

A flora marinha abunda devido à natureza diversificada dos fundos rochosos de na água, existindo uma profusão de algas.



Quanto à fauna, abundam as aves na zona de arribas, destacando-se o guincho o guincho ou águia-pesqueira, que aqui nidifica; a águia-de-bonelli; o falcão peregrino; o peneireiro-comum, o peneireiro-das-torres; a gralha-de-bico-vermelho; a gralha-de-nuca-cinzenta; e o corvo-marinho-de-crista. A cegonha branca é uma das espécies mais comuns nesta zona, nidificando em árvores, prédios velhos ou postes de eletricidades.

As aves migratórias também por aqui passam, sendo o caso do pisco-de-peito-azul; o papa-moscas-preto; o papa-amoras comum; o alcatraz; a andorinha-do-mar; a águia-calçada; ou esporadicamente o falcão-da-rainha ou o búteo-mourisco.

No que respeita à fauna terrestre deve referir-se a lontra, o texugo, o sacarrabo e a fuinha. A presença de várias massas de água contribui para a existência de inúmeras espécies marinhas, atualmente bastante ameaçadas: o mero; os cavalos-marinhos; a enguia; o sável ou o caboz.

Para além de riquíssimo património natural, esta zona tem um património cultural bastante vasto. Povoadas desde o mesolítico, a pesca foi sempre uma das atividades predominantes, tendo sido criadas inúmeras estruturas portuárias. Podem referir-se a Ilha do Pessegueiro, um rochedo arenítico com um fortim, e o respetivo forte da costa, edificadas em finais do século XVI. O Forte de Belixe e a fortaleza de Sagres, bem como o farol do Cabo Sardão são locais a visitar.

2021/05/31

O Arquipélago dos Açores e a Dorsal Médio-Atlântica



A Dorsal Médio-Atlântica faz parte da lista de candidatos a Património Mundial da Unesco. Trata-se de uma cordilheira submarina situada sob o Oceano Atlântico e o Oceano Ártico em que, os seus pontos mais altos, emergem e formam ilhas.

Fazendo parte do sistema global de dorsais oceânicas, pensa-se que a sua formação se deve a um limite divergente entre as placas norte-americana e euroasiática (Atlântico Norte) e as placas sul-americana e africana (Atlântico Sul).

Foi descoberta por Bruce Heezen e Marie Tharp na década de 50, conduzindo à formulação da teoria de Alfred Wegener da deriva continental e da expansão do fundo oceânico.

Esta dorsal entende-se por cerca de 11.300 km, quase todos submersos, à exceção da Islândia, Ilha de Ascensão e Açores, situando-se o seu ponto mais elevado na Ilha do Pico.

No caso particular dos Açores, as ilhas das Flores e Corvo encontram-se na placa norte americana e as outras ilhas, na fronteira entre a placa euroasiática e africana, resultado da ação da atividade vulcânica desta zona. A área combina falhas tectónicas, com geração de sismos e fenómenos de vulcanismo. O fundo oceânico é menos profundo pois a crosta oceânica é extremamente elevada.



A Ilha de Santa Maria foi a primeira a formar-se, há cerca de 6 milhões de anos e a Ilha da Pico, a última, com 186 mil anos. As movimentações, o vulcanismo e a variação do nível do mar conjugam-se aqui, sendo responsáveis pelo processo de formação e desaparecimento de múltiplas ilhas. De acordo com estudos recentes, há uma enorme probabilidade de todas as ilhas se afundarem, não só devido ao seu peso, mas também devido aos movimentos verticais.

Contrariando esta tendência de afundamento, a ilha de Santa Maria e a ilha das Flores têm experienciado um processo de elevação com redução de atividade vulcânica.

Para além das nove ilhas que se conhecem neste arquipélago, existem manifestações de outras pequenas ilhas que aparecem e desaparecem: o banco D. João de Castro, a ilha Sabrina e o vulcão da Serreta.

Em 1720 formou-se uma ilha no banco D. João de Castro (entre São Miguel e Terceira) devido a uma erupção vulcânica. Apesar disso, a ilha desapareceu em julho de 1721 devido à erosão marinha.

Em junho de 1811 houve algumas erupções na ilha de São Miguel que conduziram ao aparecimento da ilha Sabrina. Era uma espécie de cone com 100 metros de altura e 300 de diâmetro. Desapareceu passados três meses e nunca voltou a surgir, encontrando-se atualmente a 28 metros de profundidade.

Em dezembro de 1998, entre a Terceira e S. Jorge, ocorreu uma erupção vulcânica no Atlântico. Tratava-se do vulcão submarino da Serreta que cessou a sua atividade em agosto de 2001.

2021/06/03

A Escola Primária da aldeia de Minas da Borralha - do minério transmontano, do contrabando camuflado e colaboracionista à matéria-prima cobiçada pelos Senhores da Guerra

Edifício escolar de 2 salas, tipo Indefinido, misto, existente no núcleo das Minas da Borralha, freguesia de Salto, concelho de Montalegre. Inclui plantas e alçados do edifício, bem como troca primitiva de correspondência com a sociedade mineira francesa “Mines de Borralha”. Contém ainda informação sobre o edifício escolar que a empresa pretende construir para instrução dos filhos dos trabalhadores da citada sociedade mineira.

O processo referente à Escola Primária de Minas da Borralha, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real, encontra-se à guarda da Direção de Serviços de Documentação e Arquivo da SGE. A documentação deste processo encontra-se extremada entre maio de 1943 e dezembro de 1966. As primeiras notícias sobre aquilo que seria o grande complexo extrativo das minas da Borralha, dão conta da primeira concessão a um engenheiro francês, logo em 1902, após ouvir a um trabalhador de nome Domingos Borralha, que trabalhando nas minas de Coelhoso, Bragança, teria comentado que na sua terra natal “*existiam muitas pedras iguais às que ali eram exploradas e que as usavam para atirar às cabras e construir muros.*” Da confirmação *in situ* do engenheiro gaulês nada sabemos, mas logo no primeiro ano a céu aberto foi possível extrair 70 toneladas do volfrâmio, sendo que no ano subsequente e com algumas perfurações, foi possível extrair das entranhas da terra 170 toneladas do mesmo mineral, o que equivale a um crescimento homólogo anual de 242,86 %. O potencial da jazida mineira foi tão promissor, que logo em 1904, o complexo já dispunha de eletrificação. De produção ininterrupta desde 1902 a 1986, ano do seu encerramento – se considerarmos as interrupções do triénio 1944/ 46 e do quadriénio 1958/62 – o coto mineiro foi-se expandindo até aos 2000 hectares,

chegando a empregar cerca de 2000 trabalhadores (há notícia que as minas e a população da aldeia chegou mesmo à cifra das 5000 pessoas) e atingindo uma profundidade de 210 metros. O auge da sua produção ocorreu nas décadas de `30, `40 e 50 do século passado, num claro indicador da procura do volfrâmio (ou tungsténio) ter um grande crescimento no esforço de guerra durante a II Guerra Mundial e depois nas guerras da Coreia, já na década de 1950.



Fonte: Plano dos Centenários, Peças desenhadas da Escola Primária do núcleo da Borralha, freguesia de Salto, concelho de Montalegre

O primeiro ofício datado de 31 de maio de 1943, enviado da sociedade “Mines de Borralha”, com sede social provisória na rue de Sully, 50, em Lyon, mas que detinha escritório em Lisboa, no largo do Corpo Santo, 13, 3º Esquerdo, solicita ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações a autorização para “... a construção de uma escola primária, para ambos os sexos, destinada aos filhos dos nossos operários, que calculamos serem cêrca (sic) de 200. Embora a escola seja particular, gratuita e rural, pretendemos que o edifício destinado ao seu funcionamento seja construído de harmonia com os planos existentes para as escolas oficiais.” A autorização ministerial ocorre logo a 5 de junho, sendo que a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, após o parecer da Repartição de Estudos e de Obras de Edifícios, informa a citada sociedade mineira a 19 de junho, enviando “Cópias de um projecto de uma escola de duas aulas e outra de um de 3 salas (...). Aproveitando o ensejo, cabe-me esclarecer que pretendendo V^a Exas. mandar construir escolas para uma população de

cêrca (sic) de 200 crianças, de ambos os sexos, afigura-se a esta Direcção Geral aconselhável a construção de um edifício de 2 salas e outro de 3, ou dois de três salas, o que permitiria a completa separação dos sexos e, no caso da 2ª solução, uma margem para o acréscimo da população escolar.”

Do processo nada mais consta da opção tomada, mas tendo em consideração a documentação posterior, datada já de dezembro de 1966, a escola construída a expensas da sociedade mineira foi bem mais modesta e parca em recursos do que a proposta sugerida pelas entidades oficiais. Com efeito, e tendo em conta uma planta de 25 de novembro de 1966, constatamos que o edifício escolar que a sociedade mineira pretendeu então doar ao Estado “(...) *está implantado num terreno de cerca de 1000 m.q. e que se compõe de 2 salas de aula, uma residência para professores, um pequeno alpendre e 2 retretes.*” A exposição da vistoria solicitada pela Direcção Geral do Ensino Primário e comunicada à Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias é demolidora da avaliação que faz do espaço físico da escola, propondo que “*Atendendo às deficiências de concepção de que o imóvel enferma e às obras de que necessita, julga esta Delegação que nem pode constituir solução capaz para as instalações do ensino nem há interesse em aceitar a doação, que a entidade proprietária se propõe fazer ao Estado.*” Destarte, a concordância do Estado em recusar a doação, ficou logo plasmada por assinatura ministerial de 27 de dezembro de 1966.

A História, contudo, não se esgota nas fontes documentais estritamente institucionais; vai além do que a memória documental atesta, testemunha e comprova. Malgrado o explicitado supra, as gentes que trabalharam no couro mineiro da Borralha têm outras (boas) lembranças da aldeia que ganhou notoriedade nos tempos áureos da exploração volfrâmica. Da tradição oral, e de quem trabalhou nas minas, há a memória que a todos era oferecida casa no bairro operário, água e energia elétrica. Havia um pequeno posto da GNR, Correios, posto médico, um refeitório, uma sala para projeção de cinema e escola, a primeira entre Braga e Chaves e onde os alunos aprendiam uma profissão para os diversos trabalhos da mina. Dessas “profissões” aprendidas em contexto de trabalho, importa referir a de escombreiro, maquinista de

galerias, entivador (colocava madeiras para escoramento em minas) e eletricista. Dessa memória oral, há testemunhos de que na aldeia industrial foram construídas lavarias para a lavagem e separação do minério, uma fundição única na Península Ibérica, onde se procedia à transformação do volfrâmio em ferro tungsténio, além de oficinas, armazéns, carpintarias de apoio às várias galerias, britadores, o “*stockwerk*”, e bairros operários que chegaram a albergar cerca de 5000 pessoas. Além dos quadros de pessoal das “Mines de Borralha”, a exploração mineira feita a céu aberto, contava com os *apanhistas*, trabalhadores que tinham licença da empresa para apanhar o minério, com a condição de no final do dia o vender à sociedade mineira, além dos *farristas*, que mais não eram contrabandistas que à margem das regras, negociavam o volfrâmio “extra-muros”. Destes últimos, e porque o lucro e enriquecimento fáceis são sempre sedutores, conta-se que os farristas se “*davam ao luxo*” de fumar notas de 500 escudos, conquanto uma pedra de volfrâmio de 1 Kg valesse 1000 escudos, nos anos 40. Esta constatação não é displicente, porque foi exatamente durante a década de `40 que o volfrâmio teve mais procura, na medida que foi fundamental para o esforço de II Grande Guerra. Portugal e o governo de Salazar, foram essenciais para as duas frentes em conflito (Aliados e forças do Eixo), uma vez que de forma camuflada vendiam, quer a uns, quer a outros, não só o volfrâmio para a economia de guerra, bem como outros produtos essenciais como conservas, lã e calçado. Quer as forças aliadas, mormente os Ingleses através do Ministério da Guerra Económica (Ministry of Economic Warfare), quer os alemães, tinham no Portugal neutral, mas colaboracionista para ambos os lados (local privilegiado de espões, refugiados, jogos diplomáticos e informadores de Guerra), testas-de-ferro encarregados de comprar tudo aquilo de que o inimigo necessitasse. Os ingleses, por exemplo, não necessitavam de volfrâmio, que obtinham das suas colónias, só o compravam para “secar” os alemães. Ao invés, e mesmo após o bloqueio de volfrâmio imposto pelos Aliados, Salazar continuava a fornecer a Alemanha, contrabandeando bens essenciais à guerra – quer os já citados, quer reexportando petróleo norte-americano, fosfatos do norte de África, matérias-primas das suas colónias, além de açúcar e estanho, mesmo que por cá vigorasse o racionamento de bens essenciais... -, seguindo para a Suíça em comboios fechados, através de territórios ocupados pelas forças nazis. Os alemães, ao invés pagavam a conivência portuguesa, com lingotes de

ouro extorquidos aos bancos holandeses e belgas, após a invasão nazi destes territórios, o pagamento de juros e a compra de divisas. Os anos de 1941-43 são um período de ouro para as finanças públicas portuguesas, com a compra cada vez maior de produtos estratégicos para o esforço de guerra, em ambos os lados das forças beligerantes. Com efeito, este triénio, ficou marcado pela primeira e única vez na época contemporânea, em que a balança comercial portuguesa foi positiva.



Fonte: © Olhares.com
 foto de Vítor Ribeiro

Com o fecho das minas em 1986, a Câmara Municipal já investiu cerca de 2 000 000 euros, para a reabilitação deste espaço. Assim, em julho de 2015 abriu um núcleo do Ecomuseu do Barroso, onde se insere o *Centro Interpretativo das Minas da Borralha*, que compreende entre outros um centro do núcleo museológico (receção, auditório, balneários e algumas zonas de exposição); a fundição; edifício para futuras exposições; a casa dos compressores; edifício longitudinal, com quatro compressores de grandes dimensões e o Arquivo, piso onde se encontra um grande espólio documental, relacionado com todas as atividades relativas às minas. Já durante este ano de 2021, a atividade mineira poderá ser retomada na Borralha, através de um projeto da empresa *Minerália – Minas, Geotecnia e Construções, Lda*, com sede em Braga, para um contrato de concessão de exploração de volfrâmio, estanho e molibdénio, mas essa intenção

está a ter muitos entraves por parte de população devido a problemas da extração a céu aberto do minério, bem como de sustentabilidade ambiental.

Algumas propostas de leitura e duas propostas musicais:

PIMENTEL, Irene Flunser – *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros. 2006

ROSAS, Fernando – *Portugal entre a Paz e a Guerra 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.1995

<https://www.publico.pt/2011/11/06/jornal/minas-mineiros-e-guerras-as-corridas-ao-volframio-23357897>

https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-e-o-dia-d-como-salazar-escapou-por-um-triz_n1152272

Red Hill Mining Town – U2 - The Joshua Tree, 1987

Os Senhores da Guerra – Madredeus – O Espírito da Paz, 1994

2021/06/07

Exposição Virtual: "Santo António no Museu Virtual da Educação"

Santo António, figura icónica da tradição lisboeta, nasceu em Lisboa em data incerta, provavelmente no ano de 1195. Na casa onde se supõe ter nascido, perto da Sé, foi erguida uma igreja em sua honra. Estudou na Igreja de Santa Maria Maior, Sé, sob a supervisão da Ordem dos Regrantes de Santo Agostinho. Entrou na Ordem ainda adolescente, no Mosteiro de S. Vicente de Fora, tendo sido mais tarde transferido para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde contactou com monges franciscanos.

Por volta de 1217 decidiu deslocar-se a Marrocos, seguindo a fé franciscana de evangelização dos muçulmanos. Ficou doente logo à chegada e teve de regressar. O barco onde seguia foi acometido por uma tempestade e acostou na Sicília. António permaneceu nesta zona até 1221, tendo vivido em Assis e chegando a conhecer São Francisco e os seus seguidores. Fixou-se posteriormente em Bolonha onde aprofundou os seus estudos, tendo-se dedicado ao ensino da teologia e à pregação nas universidades francesas de Toulouse, Montpellier e Limoges. A partir de 1230 pediu licença ao Papa para se dedicar à pregação e à contemplação. Regressando a Itália, acabou por morrer perto de Pádua, a 13 de junho de 1231.

Foi canonizado no ano seguinte e os seus restos mortais encontram-se na Basílica de Santo António de Pádua. Em 1946 foi proclamado Doutor da Igreja. Durante a sua vida destacou-se como pregador, sendo um homem de cultura literária invulgar.

Na devoção popular é considerado padroeiro dos amputados, dos animais, dos estéreis, dos barqueiros, dos idosos, das grávidas, dos pescadores, agricultores, viajantes e marinheiros; dos cavalos e burros; dos pobres e dos oprimidos; é invocado para achar coisas perdidas, para conceber filhos, para evitar naufrágios e para conseguir casamento.

Nesta exposição encontram-se as imagens de Santo António que temos disponíveis no Museu Virtual da Educação que incluem escultura, azulejaria e pintura.



Escultura de Santo António
ME/341256/276
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Francisco de Arruda

Escultura, provavelmente elaborada por professores da escola, destinada a ser colocada na parede. Trata-se de uma representação de um santo, vestido com a tradicional hábito, cuja mão se encontra colocada na cabeça de uma criança que se encontra a seus pés. Do lado direito está uma coluna com decoração religiosa, onde se pode observar um arcanjo.



Painel de azulejo

ME/402163/183

Escola Secundária Marquês de Pombal

Conjunto de 15 azulejos de módulo quadrangular da 1.^a metade do século XX, da autoria de Leopoldo Battistini. Retrata a Aparição de Nossa Senhora com o menino Jesus a Santo António de Lisboa tendo no cimo uma tiara de anjos. O Santo é representado com o hábito de franciscano, preso na cintura por um cordão, enquanto a cruz, o livro e o lírio estão no chão à sua esquerda. Moldura em ferro.



Retábulo
ME/402163/189
 Escola Secundária Marquês de Pombal

Retábulo de altar da autoria de Leopoldo Battistini. Painel assente em silhar numa composição recortada ao gosto rocaille, policromado: azul, amarelo, verde-azul e roxo - manganês, composto por uma moldura simétrica, encimado por uma coroa real, suportada por dois anjos lateralmente e sobre uma concha com grandes dimensões, desenvolvendo -se largos enrolamentos e volutas de acanto. Estas dividem o espaço físico do painel em três, destacando-se na parte central " Nossa Senhora da Conceição?. Na base desta está inscrito: " os trez Padroeiros. Nossa Sra. da Conceição, S. Vicente e S. António." À esquerda do observador, S. Vicente, segura uma caravela com três corvos. (símbolo de Lisboa). À direita do observador, Santo António segurando na mão direita um livro e na mão esquerda uma cruz e flores. Abaixo do pé esquerdo do referido santo está a assinatura e datação. À direita do observador em plano inferior está citada: "Fca. Cca. Constância - Lisboa". Na base da composição e nos seus extremos situam-se dois anjos de costas voltadas.



Estudo
ME/402163/270
 Escola Secundária Marquês de Pombal

Estudo para painel de azulejos da autoria de Maria de Portugal. Apresentando uma moldura policromada em tons verde, roxo e azul encimada por cabeça de anjo. O interior do painel representa uma figura religiosa -"santo"- em oração, tendo suspenso na mão direita um terço e na esquerda um livro aberto. À direita desta figura pode ver-se um crucifixo virado para o santo, colocado sobre uma mesa revestida por uma toalha com motivos florais. À esquerda do referido santo, junto aos pés pode ver-se um cão que segura na boca uma tocha acesa.



Pintura

ME/402163/50

Escola Secundária Marquês de Pombal

Estudo preparatório do tema religioso "Aparecimento da Virgem com o Menino a Santo António" da autoria de Leopoldo Battistini. O jogo espacial das figuras tem uma extraordinária verdade de expressão, nomeadamente a que representa o Santo António no ato de receber das mãos da Virgem, o menino Jesus. A ação é sublinhada pelo uso da cor, usando pincelada larga e sobreposta o que provoca quase a perda da focagem ótica.

2021/06/10

Fortalezas Abaluartadas da Raia Luso Espanhola



As Fortalezas Abaluartadas da Raia Luso Espanhola integram a Lista Indicativa de Portugal enquanto candidatas à classificação de Património Mundial da Unesco.

Distribuindo-se pelos municípios de Almeida, Marvão, Valença e Elvas, atualmente já incluída no Património Mundial Português, estas fortificações alteram de forma impactante a paisagem. De uma inegável beleza e formato diferenciado estas construções militares tinham como objetivo a defesa do território e o refúgio da população em caso de ataque.

A sua construção deveu-se ao facto do sistema tradicional de defesa, torres amuralhadas perpendiculares ao solo, já não funcionar dada a evolução das técnicas militares e da artilharia móvel. São fortificações em forma de estrela, com um baluarte, dotadas de espessas muralhas e torres redondas mais resistentes aos ataques.

A Escola Italiana foi a que mais influenciou as construções em Portugal, sobretudo durante o século XVI. Após a Guerra da Restauração (1640 – 1648), a Coroa investiu na modernização de fortalezas nas zonas fronteiriças, convidando para tal vários mestres, engenheiros e militares estrangeiros. No

Alentejo foi notória a presença de mestres holandeses e francesas. Os sistemas construídos em Almeida, Évora e Valença contribuíram em muito para o reforço da autonomia portuguesa.

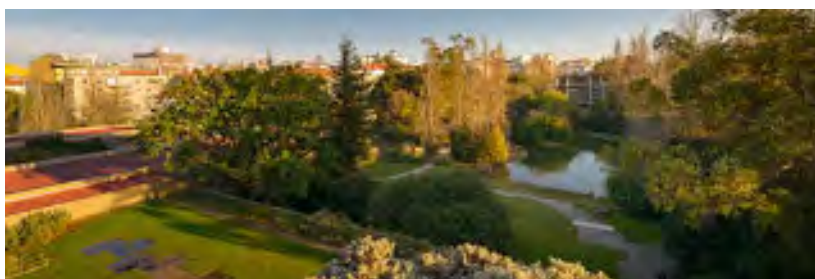
Elvas tem a maior fortaleza abaluartada terrestre do mundo, de influência holandesa, ocupando um perímetro de cerca de 10 quilómetros. Não tem qualquer ângulo morto e permite ter uma visão de todo o terreno circundante. Nesta zona já tinham sido construídas fortificações na época romana e árabe.



Estas estruturas defensivas passaram a ser monumentos históricos únicos, refletindo a adaptação da arquitetura à morfologia de cada local. Constituem um espaço único e dinamizador da cultura, refletindo o relacionamento entre os povos.

2021/06/14

Edifício-sede e parque da Fundação Calouste Gulbenkian



O Edifício-sede e Parque da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa são candidatos a património mundial.

Situado no centro de Lisboa, o edifício-sede articula-se com o espaço do Museu Calouste Gulbenkian, funcionando como centro de exposições e sala de espetáculos. O projeto teve na sua origem um concurso lançado pela administração a três equipas de arquitetos, entre 1959 e 1960. O objetivo era perpetuar a memória de Calouste Gulbenkian.



Ruy Athougua, Pedro Cid e Alberto Pessoa, foram os arquitetos responsáveis pelo projeto, com uma conceção sóbria, de linhas horizontais e uma visão exterior sobre o jardim. Concluído em 1966, tem cerca de 125 m de comprimento por 25 m de largura e seis pisos. Foi elaborado com técnicas modernas em betão armado e vidro. É um espaço único de divulgação cultural e da comunidade artística.

No seu interior predominam as madeiras e a alcatifa, com obras da autoria de José de Almada Negreiros, Jorge Barradas, João Abel Manta, Artur Rosa, Manuela Jorge e Vítor Fortes.

O parque, com cerca de 7.5 hectares, tem um papel de relevo na arquitetura paisagística portuguesa. Foi construído na década de 60, terminado em 1969 e o projeto é da autoria de António Viana Barreto e Gonçalo Ribeiro Telles. Concluído em 1969, o jardim contou com técnicas modernas e inovadoras. Inclui um lago, um anfiteatro ao ar livre e lajes no solo para a circulação do público. Renovado em 2002, assistiu à introdução de novos percursos, espelhos de água e novas espécies.

2021/06/17

Peça do mês de junho



Mapa Escolar de Portugal Continental

Mapa de Portugal utilizado nas aulas de Geografia para ilustração das matérias lecionadas. O mapa apresenta as divisões administrativas do país, as suas principais cidades, cursos de água, relevo, vias rodoviárias e ferroviárias. No canto inferior esquerdo apresenta uma lista de água medicinais, um gráfico e um mapa orográficos. No lado direito identifica as principais cidades com número de freguesias, habitantes e área territorial. No canto inferior direito, mostra um mapa dos caminhos-de-ferro e um mapa hidrográfico. Escala - 1: 500 000

Está inventariado com o número ME/400117/414 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária D. Pedro V.

2021/06/21

Ignitos de dinossáurios da Península Ibérica



Os Ignitos de dinossáurios da Península Ibérica encontram-se na lista de candidatos a Património Mundial em Portugal. Entende-se por ignito um objeto que apresenta vestígios da atividade de seres vivos já desaparecidos. Em Portugal, os candidatos localizam-se na Pedreira do Galinha, Torres Vedras; Pedra de Mua, Cabo Espichel em Sesimbra; e em Vale de Meios, Santarém.

Todas estas jazidas têm pegadas de dinossáurios do período Jurássico e são vitais para o estudo da anatomia destes espécimes, permitindo conhecer detalhes da sua locomoção e comportamento social, bem como do ambiente em que viviam.

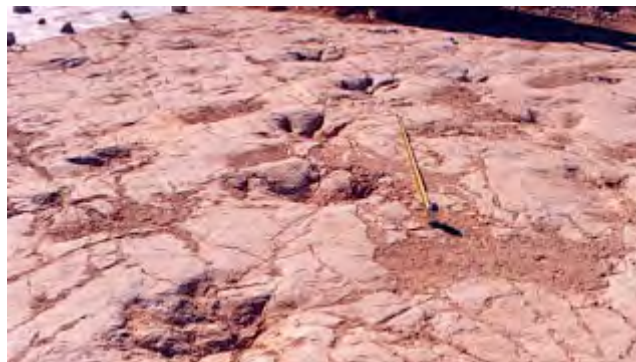
A Pedreira do Galinha é a zona mais conhecida e visitada em Portugal onde houve uma intervenção efetiva na proteção do património paleontológico. Aqui se encontram os trilhos mais longos de pegadas de dinossáurios saurópodes em todo o mundo, até ao momento. Foi descoberto na década de 90 e considerado Monumento Natural em 1997.

Esta jazida é uma lage calcária de cerca de 40 mil metros quadrados, que constituía o fundo de uma lagoa natural de pouca profundidade. O clima, durante o Jurássico era quente e húmido, o que permitiu uma vegetação abundante e

vital para a sobrevivência dos grandes herbívoros. Vários saurópodes passaram por aqui deixando as suas pegadas na lama que se transformou em rocha calcária. Estão identificados vinte trilhos de características únicas.

A Pedra da Mua é Monumento Nacional desde 1997 e está inserida no Parque da Arrábida. Estas jazidas têm oito camadas sedimentares, 38 pistas de saurópodes e duas pistas de terópodes, num total de 700 pegadas pouco profundas. A camada 3 deste local é particularmente importante pois apresenta sete trilhos de saurópodes que caminhavam juntos, o que demonstra o seu comportamento social. A sua velocidade variava entre os 3.6 e os 5 km/ hora.

Um dos trilhos aqui presentes está na origem da lenda de Nossa Senhora da Mua: dois peregrinos teriam visto Nossa Senhora numa mula a subir as arribas, deixando as suas pegadas. No cimo da arriba foi construída uma ermida.



A jazida de Vale de Meios tinha características diferentes na época Jurássica: um clima mais tropical, águas mais quentes e claras com barreiras de recifes. Tem uma enorme quantidade de pegadas bem preservadas e muito bem definidas, onde se podem observar trilhos feitos por dinossáurios carnívoros e por grandes herbívoros.

A preservação destas pistas para minimizar os efeitos da erosão e das condições atmosféricas envolvem um enorme esforço técnico e financeiro, em relação ao qual as autoridades responsáveis e a população em geral devem ser sensíveis.

2021/06/24

Ilhas Selvagens, Arquipélago da Madeira



As Ilhas Selvagens encontram-se na lista indicativa de Património Mundial da UNESCO, tendo em conta a sua diversidade biológica e participação na evolução e desenvolvimento de processos biológicos.

Atendendo ao seu isolamento, as Ilhas Selvagens estão afastadas de qualquer intervenção humana, sendo consideradas um santuário ecológico. São formadas pelas ilhas Selvagem Grande, Selvagem Pequena e ilhéu de Fora, a 180 milhas da Madeira e ocupam uma área de cerca de 273 hectares. Estão rodeadas por uma extensa barreira de recifes, o que dificulta o acesso às ilhas.

A designação destas ilhas foi dada por Diogo Gomes de Sintra em 1438, embora já tivessem sido descobertas anteriormente. O Infante D. Henrique deteve a posse das ilhas que foram doadas, supostamente a Gião Caiado. Posteriormente foram vendidas a João Cabral de Noronha em 1717. Depois de longos anos, passando de proprietário, as ilhas foram adquiridas pelo Estado Português em 1971, tendo sido consideradas Reserva Natural, impedindo a caça ilegal.

A temperatura nesta área é mais alta do que na ilha da Madeira e a água do mar tem uma temperatura constante ao longo do ano. Jacques Cousteu afirmou que aqui se encontravam as águas mais limpas do mundo.

A fauna desta região é constituída por uma grande percentagem de aves marinhas nidificantes, uma vez que tem condições únicas para a nidificação. Entre as espécies que se podem referenciar temos a cagarra, o calcamar, a alma-negra, o roque-de-castro, o pintainho e o corre-caminho, que aqui se encontra todo o ano, bem como o francelho.



Os mamíferos nativos são inexistentes. Quanto aos vertebrados podem-se incluir a osga e a lagartixa. Existe um grande número de insetos coleópteros e lepidópteros. Nas áreas rochosas são visíveis litorinas, caramujos, cracas, lapas, ouriços do mar, esponjas, anémonas e estrelas do mar.

O ambiente marinho é densamente povoado por várias espécies: a castanheta, a tainha, o bogam o sargo, a garoupa, o bodião, o peixe-cão e o peixe-verde. É comum observarem-se tartarugas e cetáceos.

Quanto à flora, é maioritariamente constituída por espécies de plantas vasculares e endémicas. Podem-se apontar a cila-da-madeira; estreleira ou figueira-do-inferno, entre outras. A flora marinha caracteriza-se pela colonização de algas fitófilas e pela predominância das algas vermelhas.

2021/06/28

Levadas da Ilha da Madeira



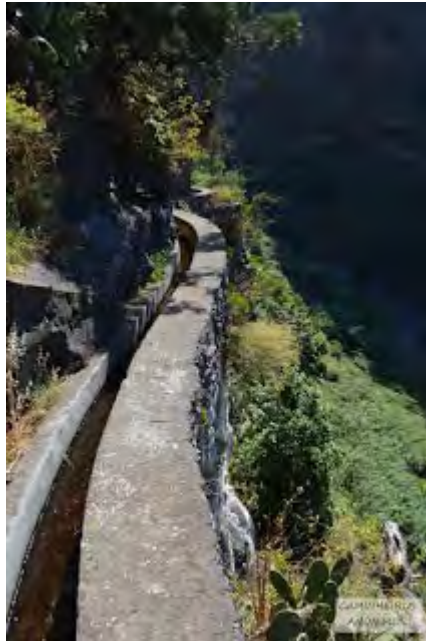
As Levadas da Ilha da Madeira fazem parte das listas indicativas para a candidatura de Bens a Património Mundial em Portugal. A Levada é um canal de irrigação ou aqueduto que se encontra ladeado por um percurso pedestre. Nasceram geralmente no leito de um ribeiro ou em galerias subterrâneas.

As primeiras levadas foram construídas aquando do início da colonização da ilha, no século XV, devido à necessidade de água para as plantações de cana-de-açúcar e para o funcionamento dos engenhos e moinhos.

No início foram construídas por agricultores abastados, até 300 m de altitude. A água em excesso era vendida aos colonos. Também os heréus construíram estes canais. Eram agricultores, donos de parte da levada, e elegiam entre si uma comissão responsável pela manutenção da levada.

A intervenção do estado na construção e gestão das levadas tornou-se vital devido ao aumento da área cultivável, sendo necessário trazer a água do Norte para o sul da ilha. Todo o este processo implicava grandes obras e custos acrescidos. Assim, na primeira metade do século XIX, foi construída a Levada

Velha do Rabaçal, terminada em 1860. A partir de 1947 foi criada a Comissão Administrativa de Aproveitamentos Hidráulicos, sob a direção d engenheiro Manuel Rafael Amaro da Costa.



Nessa data existiam cerca de 200 levadas que se estendiam por mil quilómetros. Entre 1947 e 1967 construíram-se mais 400 quilómetros de canais e edificaram-se quatro centrais hidroelétricas.

As técnicas de construção utilizadas eram, inicialmente, canais escavados diretamente na rocha. Quando tal não era possível, construíam-se calhas de madeira e posteriormente em alvenaria. Os construtores destas obras chamavam-se rocheiros e estavam sujeitos a inúmeros perigos como o desprendimento de rochas ou a queda no abismo. Os processos alteraram-se com o tempo e atualmente é utilizado o betão armado.

As levadas mais antigas são a Levada do Piornais, Levada do Curral e Castelejo, Levada Velha e Nova do Rabaçal ou Levada dos Tornos.

Os dados de que dispomos atualmente acerca da extensão das levadas não são precisos, até porque seria necessária uma definição do conceito de levada: canal

de transporte de água até ao reservatório ou canal de transporte de água até aos consumidores finais.

Para além do aspeto bastante prático das levadas, os trilhos que as acompanham são verdadeiramente impressionantes ao nível paisagístico, constituindo uma verdadeira relíquia botânica.

2021/07/01

Exposição Virtual "Cartazes de prevenção de acidentes de trabalho"

Os cartazes de prevenção de acidentes de trabalho, encontravam-se afixados nas salas de aula e laboratórios das escolas, com a finalidade de ensinar a prevenção dos vários acidentes no laboratório ou local de trabalho.

Estes exemplares pertencem a épocas distintas. Uns foram editados pelo Ministério das Corporações e Previdência Social, nos anos 50. Outros foram editados em época posterior, pela Direção Serviços de Prevenção de Riscos, tendo alguns sido realizados por alunos da Escola António Arroio.

Em Portugal, os cartazes de prevenção de acidentes de trabalho adquiriram valor estético nos anos 40, quando começaram a ser desenhados por artistas gráficos importantes no panorama artístico português, que introduziram técnicas gráficas inovadoras e adotaram correntes artísticas internacionais. O cartaz é um suporte de comunicação que se encontra geralmente afixado, para que seja visível a todos. Tem como função principal a divulgação de uma mensagem visual que procura informar, orientar ou persuadir um determinado público-alvo.

A utilização da imagem, “uma imagem vale mais que mil palavras”, pretende de um modo eficaz fazer passar a mensagem, que deve ser rapidamente apreendida. Esse conteúdo deverá ter uma leitura rápida e imediata, não suscetível de provocar dúvidas, o que conduz à utilização de uma mensagem escrita muito curta e uma imagem que transmita toda a informação necessária.

Tinham uma função didática e educativa, procurando ensinar e chamando a atenção para comportamentos perigosos e pouco corretos na utilização ferramentas e locais de trabalho. Procurava-se que essa mensagem chegasse a todas as pessoas, dando diretivas e informações para situações ou momentos

ligados a atividades funcionais, de forma persuasiva com a finalidade de motivar a aquisição de comportamentos seguros nos locais de trabalho.



ME/ESAD/147

Escola Secundária Afonso Domingues

Quadro parietal com a descrição das medidas de proteção que devem ser tomadas durante o trabalho nas oficinas de mecânica. Trata-se de uma campanha publicitária do Ministério das Corporações e Previdência, que pretende alertar para os acidentes de trabalho e cuidados a ter nas oficinas, através de frases ou imagens que despertem a atenção do público. Neste cartaz, n.º 19, podemos observar um trabalhador que cai, em virtude do derramamento de óleo no chão.



ME/ESAD/149

Escola Secundária Afonso Domingues

Quadro parietal com a descrição das medidas de proteção que devem ser tomadas durante o trabalho nas oficinas de mecânica. Trata-se de uma campanha publicitária do Ministério das Corporações e Previdência, que pretende alertar para os acidentes de trabalho e cuidados a ter nas oficinas, através de frases ou imagens que despertem a atenção do público. Neste cartaz, n.º 39, podemos observar um trabalhador sem qualquer tipo de proteção a esfregar os olhos e uns óculos de grandes dimensões por baixo.



ME/401626/85

Escola Secundária de Emídio Navarro

Quadro parietal com a descrição das medidas de segurança que devem ser tomadas e dos vários riscos associados ao trabalho nas oficinas. Trata-se de uma campanha publicitária do Ministério do Trabalho, que pretende alertar para os acidentes de trabalho através de frases ou imagens que despertem a atenção do público. Neste caso, sob um fundo azul, surge ao centro uma fotografia de um aperto de mão. A mão do lado esquerdo tem luvas e a do lado direito não. Pretende alertar para o equipamento de proteção, as luvas, que deve ser utilizado no local de trabalho por forma a evitar acidentes.



ME/401626/70

Escola Secundária de Emídio Navarro

Quadro parietal com a descrição das medidas de segurança que devem ser tomadas e dos vários riscos associados ao trabalho nas oficinas. Trata-se de uma campanha publicitária do Ministério do Trabalho, que pretende alertar para os acidentes de trabalho através de frases ou imagens que despertem a atenção do público. Neste caso, sob um fundo azul, surgem duas frases a branco, em maiúsculas, que alertam para os riscos com o ruído em excesso. A par das frases estão duas imagens simétricas, uma em cada canto, que ilustram o uso de protetores de ouvido.



ME/400270/839

Escola Secundária Jácome Ratton

Quadro parietal com a descrição das medidas de proteção que devem ser tomadas durante o trabalho nas oficinas de mecânica. Trata-se de uma campanha publicitária do Ministério das Corporações e Previdência, que pretende alertar para os acidentes de trabalho, através de frases ou imagens que despertem a atenção do público. Neste caso podemos observar do lado esquerdo um trabalhador sem qualquer tipo de proteção, enfrentando o perigo de uma explosão. Do lado direito do cartaz encontram-se sete quadrículas com imagens referentes a cuidados a ter no local de trabalho: na 1.^a e 2.^a quadrículas alerta-se para o perigo de fumar; da 3.^a à 7.^a quadrículas temos várias situações de explosão de produtos químicos. É o cartaz nº 48, onde é visível a seguinte frase: "Atenção ao perigo das explosões!".



ME/400270/831

Escola Secundária Jácome Ratton

Quadro parietal com a descrição das medidas de segurança que devem ser tomadas pelos trabalhadores nas oficinas. Trata-se de uma campanha publicitária que pretende alertar para os acidentes de trabalho através de frases ou imagens que despertem a atenção do público. Neste caso, sobre um fundo laranja, podemos observar uma silhueta de um trabalhador executando as suas funções junto de uma máquina, que se destaca de um parafuso em tons de azul. Foi desenhado na Escola de Artes Decorativas António Arroio, em Lisboa.

2021/07/05

A Arte no Livro - marcas de posse. Super-libros (parte1)

«Marca(s) de Posse - Marca de propriedade, marca pessoal ou simplesmente *Pertence*, é o elemento que se coloca num livro ou documento e que identifica o seu possuidor.»

«Super-libros; ex-libris, ex-dono, carimbos, etiquetas... são muitas das formas de marcas que nos indicam a quem pertenceu determinada obra. Uma obra poderá ter uma, ou mais, marcas de posse, indicando, como tal, a sua “pertença” a um, ou mais, possuidores. Um livro “marcado”, qualquer que seja o tipo de marca, conta uma história que nos leva, além das descrições bibliográficas, até ao “dono”.»

In <http://bibliotecadaajuda.blogspot.com>

O livro pode ser encarado, por um lado, como simples “objeto” ou, considerando os últimos avanços tecnológicos, um produto comercial, apelativo, desenhado para um mercado de consumidores. Contudo, na sua essência, o livro sempre foi mais do que um mero produto. Trata-se de uma criação intelectual e artística, fruto de um processo criativo, que tem simultaneamente uma função informativa e uma dimensão estética. Um livro é mais do que o texto; é o resultado de um processo criativo multifacetado. Ganha muito pelo estado de conservação e estima em que se encontra, mas pode, igualmente, ser muito valorizado pelo tipo de encadernação que o envolve e protege e pela assinatura do artífice responsável. Existem livros que são procurados pela raridade da edição e outros ainda que se tornam procurados, apenas, pela raridade e qualidade das ilustrações. Esse género de livros tem um valor intrínseco de cariz artístico e não literário.

O mesmo acontece com obras encadernadas por encadernadores célebres, pela mestria, originalidade e erudição do trabalho artístico que apresentam, ou por qualquer outro fator que lhes confere reconhecido mérito e valor. Os colecionadores de encadernações dão ao texto uma importância relativa e mesmo secundária; o fator que prezam é o valor artístico da encadernação, a originalidade, a marca da oficina ou a assinatura do artesão encadernador e – caso dos super-libros – a marca de posse que ostenta, i.e., o monograma, emblema ou brasão que as pastas poderão exibir.



Encadernação com super-libros do Conde de Sucena.
(Colecção do autor).

O termo super-libros (ou supralibros), do latim “supra” (sobre; acima; por cima de) + “libros” (livros) indica a propriedade de um livro. Na Europa, não só, mas particularmente, a Inglaterra e a França produziram magníficos exemplares. Os ingleses referem-se-lhes através da expressão “armorial bindings” e os franceses recorrendo ao termo “reliures armoriées”.

De um modo geral e característico, a encadernação armoriada exhibe motivos heráldicos ou monogramas em lugar de destaque, que identificam o seu

proprietário, surgindo, a maior parte das vezes, gravado a ouro, a seco ou em relevo, sobre a pasta anterior da encadernação (ou em ambas) e, ocasionalmente, na lombada. Também se encontram belos exemplares de super-libros coloridos.

Enquanto o ex-libris consiste numa placa estampada ou colada no interior do livro, os super-libros são aplicados com ferros próprios à capa do livro, aquando da encadernação, conferindo maior relevo e destaque. Estes, podem ser textuais ou figurativos. Os primeiros são geralmente compostos por frases curtas nas capas ou pelas iniciais do proprietário na parte inferior da lombada. Os figurativos, apostos principalmente no centro, costumam ser motivos simbólicos ou heráldicos (o brasão de armas, a referência ao nome, divisa ou emblema identificativo do proprietário, ou da biblioteca particular que o detém).



Encadernação com super-libros do Marquês de Niza.
(Colecção do autor).

Do mesmo modo que os ex-libris, os super-libros (“especialidade icono-bibliographica”, no dizer de Mathias Lima) mais do que um adorno, são uma expressão de orgulho para o proprietário do livro, uma marca única e pessoal e, frequentemente, um motivo ornamental que soma beleza, valor e distinção. Além disso, também podem ter a função de dirimir o furto ou extravio do livro. Associados ao alto clero e nobreza, terão sido usados pela primeira vez durante a Renascença quando a nobre arte da impressão tipográfica facilitou um maior acesso ao livro, permitindo que as primeiras bibliotecas privadas começassem a ser criteriosamente formadas.

«Aliás, o que se passa na tipografia não é senão uma forma particular de apoio à disseminação dos símbolos nacionais, que encontramos igualmente nas filigranas de papel, nos selos pendentes da correspondência oficial, nas moedas e nas iluminuras, para não falarmos das pedras-de-armas. Intencionalmente ou não, a verdade é que a incrustação dos símbolos nacionais na memória coletiva só podia fazer-se com êxito recorrendo às armas falantes.»

(Artur Anselmo, p. 1, 2014)

Então, como agora, os motivos heráldicos constituíam – e ainda têm esse poder – um motivo de regozijo e orgulho para um indivíduo particular ou uma família. Um brasão de armas denota uma determinada posição dentro da classe, prestigia uma instituição que o use e sublinha aspetos particulares de pertença a uma família. Na Europa medieval a atribuição e uso de armas tornou-se um hábito entre os nobres que constituíam uma casta militar distinta, com costumes e direitos próprios. Daqui evoluiu, até que no Renascimento toma sinais muito fortes de privilégio e de marca pessoal. A criação e porte de armas passou a não ser exclusivo de um grupo de nobres, estendendo-se a eclesiásticos, a cidades e demais entidades corporativas. A ‘nobre arte’ da encadernação, de igual modo, acompanhou as necessidades e vontades dos tempos, tornando-se um forte aliado dos que podiam dispor de meios para enriquecer e “iluminar” as suas bibliotecas.

A beleza e raridade destes espécimes, bem como o facto de serem exemplares únicos, tornam os livros com estas características valorizados e procurados por bibliófilos e colecionadores de todo o mundo e, conseqüentemente, altamente cotados na esfera do mercado livreiro antiquário mundial.

Em Portugal, foram produzidas encadernações com super-libros de rara e invulgar qualidade, muitas dos quais permanecem em valiosas coleções particulares. Por fim, enquanto dedicados estudiosos e divulgadores deste assunto, em território nacional, cumpre destacar os trabalhos dos seguintes autores: Aníbal Fernandes Tomás (1849-1911); Conde de Castro e Solla (1874-1948) e Mathias Lima (1885-1970).

BIBLIOGRAFIA e WEBGRAFIA:

ANSELMO, Artur (2014). *Armas nacionais portuguesas como marcas tipográficas*. In «Cultura revista de História e Teoria das Ideias», Vol. 33. [em linha]. [Consult. 14.06.2021]. Disponível: <https://journals.openedition.org/cultura/2409?lang=en>

BIBLIOTECA NACIONAL DA AJUDA (2006). *Marcas de posse*. [em linha]. [Consult. 08 de junho de 2021]. Disponível: <https://bibliotecadaajuda.blogspot.com/search?q=super+libros>

CASTRO E SOLLA, Conde de (1915). *Super-libros ornamentaes: reproduções e notas descritivas*. Lisboa: Typographia editora J. Bastos

GREENWOOD, Ryan (2013). *Armorial-bindings: introduction*. [em linha]. [Consult. 25.05.2021]. Disponível: <https://library.law.yale.edu/news/armorial-bindings-introduction>

LIMA, Mathias (1927). *Super-libros portugueses inéditos*. Porto: Fernando Machado & C.^a, Lda.

SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO [org.]. (1958). *Catálogo da exposição de super-libros*. Lisboa: Academia Portuguesa de Ex-Libris.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. *Supralibros*. [em linha]. [Consult. 02 de junho de 2021]. Disponível: <https://es.wikipedia.org/wiki/Supralibros>.

2021/07/08

Lisboa Histórica, Cidade Global - Parte I



“Lisboa Histórica, Cidade Global”, encontra-se na Lista Indicativa de Portugal a Património Mundial, assente no conceito de Paisagem Urbana Histórica. Nesta categoria incluem-se aspetos como a topografia, a hidrologia, os recursos naturais, o ambiente, as infraestruturas, os espaços abertos, valores sociais, culturais e identidade. A área inclui a Baixa Pombalina, entre o antigo Terreiro do Paço, a colina do Chiado e a área junto ao rio.

Lisboa tem vestígios de ocupação humana anteriores ao Neolítico. Desde cedo teve contatos com Fenícios, Gregos e Cartagineses devido às condições naturais da região. Mais tarde, conquistada pelos Romanos, Lisboa foi incluída na Lusitânia e, posteriormente com as Invasões Bárbaras, fez parte do Reino Suevo e Visigótico.

Com a conquista muçulmana, Lisboa tornou-se um importante centro administrativo e comercial. Aqui convivem, lado a lado, muçulmanos, moçárabes e judeus. Apesar disso, no norte da Península Ibérica, os reinos cristãos organizam-se e levam a cabo um processo de reconquista. D. Afonso Henriques, com o auxílio dos cruzados, acaba por conquistar Lisboa em 1147. Em 1179 é

concedido um Foral à cidade numa tentativa de recuperar as suas importantes ligações comerciais.

Será no século XIV que se farão importantes alterações na urbanização de Lisboa: a drenagem do Terreiro do Paço, novas ruas, muralhas e a crescente importância do Rossio como centro da cidade. Com D. Fernando, na eminência de um conflito militar com Castela, são construídas as Muralhas Fernandinas. Nesta época, surgem corporações de ofícios e as ruas tomam o nome das suas profissões: Rua da Prata, Rua do Ouro; Rua dos Sapateiros, etc. É a burguesia que assume o controle da cidade, favorecendo a expansão do comércio.

Lisboa continua a ser uma confluência de diferentes culturas e religiões, com especial destaque para judeus e muçulmanos que viviam, respetivamente em Judiarias e Mourarias.

A crise de 1383-85 vai marcar um novo período com a formação de uma nova aristocracia que assente o seu poder no comércio. São construídos grandes palácios em várias zonas e surgem os primeiros edifícios de habitação com vários andares. As ruas são estreitas e sinuosas, mas a cidade continua a crescer.

Com o início da expansão portuguesa e o desenvolvimento de novas rotas comerciais, Lisboa é o grande mercado europeu com exclusividade de produtos trazidos de África e do Oriente. No século XVI, a cidade é a mais rica da Europa e o verdadeiro centro do mundo. São construídos diversos monumentos emblemáticos como a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos, o Forte de São Lourenço e diversos palácios. A pavimentação das ruas torna-se uma prioridade, através da utilização de cubos de calcário e basalto, formando desenhos – a calçada portuguesa. Desenvolve-se o Bairro Alto e em 1552 é inaugurada a Feira da Ladra.



Com a introdução da Inquisição em Portugal, a prosperidade de Lisboa começa a decair. A expropriação de terras e a confiscação de bens destrói uma burguesia que desenvolvia e alimentava a cidade.

O domínio filipino agrava toda esta situação: Portugal perde algumas das suas colónias e o comércio vai decair abruptamente. Durante este período constroem-se fortalezas e edifícios católicos, como é o caso do Convento de São vicente de Fora ou a Torre do Bugio. Os problemas financeiros conduzem a população à miséria e ao desemprego com um aumento substancial da criminalidade.

Restaurada a independência, Lisboa encontra-se dominada pelas ordens religiosas, com a fundação de mais de 40 conventos. O surgimento do ouro do Brasil vem reativar a prosperidade de Lisboa: constrói-se o Panteão Nacional e o Aqueduto das Águas Livres, entre outros. Apesar disso, a maior parte da população vive na miséria e Lisboa é descrita como uma cidade suja e degradada.

2021/07/12

Lisboa Histórica, Cidade Global - Parte II



O Terramoto de 1755 é um marco na história da cidade e vem alterar toda a situação pois Lisboa fica em ruínas. O responsável pela reconstrução da cidade vai ser Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. As suas reformas são extremamente abrangentes. A nível social, o poder da Igreja é substancialmente reduzido e os Jesuítas são expulsos do país; a aristocracia tradicional é executada e afastada; a Inquisição é extinta e os cristãos-novos acedem a altos cargos governamentais. Ao nível económico fomenta-se o desenvolvimento da indústria e terminam os impostos e direitos alfandegários prejudiciais ao comércio.

Lisboa é reconstruída de acordo com as novas teorias de organização urbana. O projeto é financiado, em parte, pelo ouro do Brasil. A capital enche-se de estaleiros de obras. A nobreza refugia-se nas suas quintas e o Rei instala-se em Belém num palácio provisório.

O projeto de reconstrução é da autoria de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, baseando-se no espírito iluminista e pragmático. As ruas tornam-se largas e retilíneas com uma disposição ortogonal, com iluminação e arejamento. A

segurança é reforçada com maior patrulhamento e facilidade de acesso. As regras de construção dos edifícios também são alteradas: existe um esqueleto de madeira, a gaiola pombalina, que tinha uma malha retangular com travamentos das diagonais. O objetivo era que a flexibilidade da madeira conseguisse suportar um terramoto. A madeira assentava num embasamento em alvenaria que daria peso ao conjunto. O rés do chão da maior parte dos prédios destinava-se ao comércio, oficinas ou armazéns. Os edifícios assentavam em estacas que eram inseridas no solo para garantir a solidez da construção. Os prédios teriam paredes corta-fogos a separá-los.

O processo foi acelerado devido à opção de standardização de fachadas, janelas, portas e azulejos na entrada. O centro da cidade seria a Rua Augusta que ligava o Rossio aos limites norte e sul. Nesta época constrói-se o arco da Rua Augusta e o Terreiro do Paço destinava-se a armazéns e casas comerciais, mas acabou por ser ocupado por ministérios e tribunais. Foi também projetado o espaço da Praça da Figueira, o novo mercado.



A reconstrução da cidade só terminou cerca de 1806 devido à falta de capacidade económica. Há novos bairros na Estrela, Rato, Alcântara, Ajuda,

Sapadores e Amoreiras, estimulando a classe média a investir. Surgem igualmente os primeiros cafés como o Martinho da Arcada e o Nicola.

Com o reinado de D. Maria I, o Marquês de Pombal é afastado e a nobreza e o clero retomam as suas posições de destaque. É construída a Basílica da Estrela e o Teatro de São Carlos.

As invasões francesas alteram novamente as circunstâncias, sobretudo com a saída da Família Real para o Brasil. A de tropas inglesas prejudicou grandemente a burguesia lisboeta. De seguida, os vários anos de lutas liberais enfraqueceram o país.

No entanto, é implantado o projeto de iluminação pública de Lisboa, entre 1823 e 1848. São construídas novas redes de estradas, surgem os barcos a vapor e lança-se o caminho de ferro em 1856. Lisboa é uma cidade pobre e suja, inserida num país com um enorme atraso económico, educativo e mesmo civilizacional.

Fontes Pereira de Melo leva a cabo várias reformas: a rede de caminhos de ferro com ligação entre Lisboa e Porto; novas estações de comboios como a Estação do Rossio e a Estação de Santa Apolónia; a implementação da luz elétricas em 1878.

Torna-se premente fazer uma reabilitação urbana. Nesse sentido, apoia-se o uso de azulejos ou a pintura rosa das fachadas dos prédios. São criados sistemas de esgotos e de tratamento de água, as ruas tornam a ser calcetadas, surgem os transportes coletivos, elétricos e elevadores. O Chiado é o centro cultural e comercial da cidade, com novos cafés, grémios e grandes armazéns da moda.

Em 1886, o Passeio Público é substituído pela Avenida da Liberdade da autoria de Ressano Garcia. A partir daqui surge um novo eixo urbano apoiado pela Praça do Marquês e pelas Avenidas Novas. Os edifícios públicos são uma constante, como o Liceu Camões (1907) ou a Maternidade Alfredo da Costa (1909). Com a construção da Avenida Fontes Pereira de Melo, este eixo estende-se até à Praça Duque de Saldanha e à Avenida da República. Em 1892 o Campo Pequeno acolhe a Praça de Touros.

A cidade transforma-se com o surgimento de novos bairros: Campo de Ourique, Estefânia, Avenida Almirante Reis. A Baixa perde a sua importância, embora funcione como centro comercial. Surgem teatros, jardins (Jardim da Estrela) e posteriormente, bairros operários. Com o desenvolvimento industrial, os proletários que trabalham nas fábricas vivem em bairros degradados, espalhados por várias zonas da cidade.

Em finais do século XIX, a indústria predominante em Lisboa é a do tabaco, a par dos têxteis, vidros, conservas e borrachas. As zonas industriais localizam-se em Alcântara, Bom Sucesso e Santo Amaro. As classes mais pobres vivem em bairros de lata nos arredores da cidade ou instalam-se em terrenos abandonados construindo núcleos fechados conhecidos como pátios. Os bairros operários multiplicam-se.

Com o fim da monarquia, o período da República é bastante turbulento. Segue-se o período de ditadura liderado por Salazar. Nesta época Lisboa tem um enorme crescimento demográfico favorecido pela recuperação económica.

O êxodo rural atinge níveis elevados, sobretudo nos anos 50 e 60. Os arredores de Lisboa estão cheios de bairros miseráveis, onde se agrupavam estes camponeses desenraizados.

Após o 25 de abril de 1974 e com a adesão a União Europeia em 1986, surgem novos planos urbanísticos de realojamento desta população. A renovação de espaços como a Mouraria e o impulso dado pela Expo 98 contribuíram decisivamente para um novo traçado de Lisboa.

2021/07/12

Escola Secundária de Camões: o património em destaque #3

A Escola Secundária de Camões é detentora de um espólio bibliográfico com cerca de 26 000 registos. Nesse âmbito, a Instituição divulga a peça do mês, a obra de Luís de Camões, patrono da Escola, com o título *Rimas Várias*.



CAMÕES, Luís de, 1524-1580

Rimas varias / de Luis de Camoens principe de los poetas heroycos, y lyricos de España ; ofrecidas al muy ilustre Señor D. Ivan da Sylva Marquez de Gouvea, Presidente del Dezembargo del Paço, y Mayordomo Mayor de la Casa Real, &c. ; commentadas por Manuel de Faria, y Sousa, Cavallero de la Orden de Christo ; Tomo I. y II. Que contienen la primera, segunda, y tercera Centuria de los Sonetos. Lisboa con privilegio real. ; En la Imprenta de Theotonio Damaso de Mello Impresor de Casa Real. Con todas las licencias necessarias, Año de 1685.

Dimensões 21,3 x 30,3 x 6 cm, [XVI p] 339 p.

Trata-se de uma obra encadernada conjuntamente com os Tomos III, IV e V de 1689. A capa e a contracapa são em pele gravada com baixo relevo. Na lombada encontra-se gravado o título e no sopé "Bibliotheca do Lyceu de Camõ[es]". As duas folhas de guarda são marmoreadas a ocre, bordeaux e preto. Na folha de rosto encontra-se o carimbo da biblioteca da escola e escrito a azul a inscrição "E 8, P2". Tem todas as páginas em excelente estado de conservação, embora a capa e a lombada estejam danificadas.

2021/07/15

Peça do mês de julho



Osmómetro

Instrumento utilizado em contexto das práticas pedagógicas nas aulas de Física, utilizado para observar a endosmose e medir a sua pressão. É muitas vezes designado por Endosmómetro de Dutrochet. A endosmose é a corrente de

difusão que se estabelece de fora para dentro entre dois líquidos ou gases de diferentes densidades, separados por uma parede membranosa. É composto por um recipiente de vidro, com tampa de madeira, no interior do qual está outro recipiente com o fundo permeável (membrana). Deste, parte um tubo capilar de vidro que está ligado a uma régua graduada de madeira. Permite observar a endosmose e medir a sua pressão.

Está inventariado com o número ME/152171/208 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Infante D. Henrique.

2021/07/19

Mértola



Mértola encontra-se na lista indicativa para a candidatura de Bens a Património Mundial em Portugal. Trata-se de um município do distrito de Beja, sendo o sexto mais extenso de Portugal com 1.292.87 Km² de área.

É banhada pelo rio Guadiana e caracteriza-se geologicamente por zonas de peneplanície e pelo vale do Guadiana. O seu clima é temperado mediterrânico, com verões quentes e invernos amenos.

Habitada desde o neolítico, Mértola conserva edifícios romanos de grande monumentalidade. Mírtis Júlia foi a sua designação durante este período, mudando depois para Martulá com as invasões muçulmanas. Nesta fase tornou-se o porto fluvial mais ocidental do Mediterrâneo, com um castelo, tendo sido a capital de um emirado independente, a Taifa de Mértola.

Com D. Sancho II, Mértola foi reconquistada sob o comando de Paio Peres Correia em 1238 e assistiu a um período de grande desenvolvimento.

Só muito mais tarde, no final do século XIX, é que o município recupera a prosperidade e o crescimento demográfico através da descoberta do filão mineiro em S. Domingos. Com o encerramento da mina em 1965 houve uma crise social e económica, fazendo com que inúmeros habitantes se mudassem para Lisboa ou para o exterior do país.

Entre os monumentos mais importantes podem-se destacar alguns como o castelo de Mértola, a Igreja Matriz, o Convento de São Francisco, o Museu Municipal e todo o centro histórico.



O atual castelo, resulta do inicialmente construído durante a ocupação muçulmana e foi alvo de várias alterações, nomeadamente o acrescento da Torre de Menagem edificada em 1292 por D. João Fernandes. Aqui se encontra um importante núcleo museológico e pode-se desfrutar de uma vista sobre toda a vila.

A Igreja Matriz ou Igreja de Nossa Senhora da Anunciação, foi uma mesquita, convertida durante o século XIII. Conserva a estrutura da construção anterior, incluindo quatro portas de arco em ferradura e o mihrab, que indica a direção de Meca.

O Convento foi edificado no século XVII por iniciativa de Diogo Nunes de Figueira Negreiros. Atualmente é um importante polo cultural, com jardins, exposições, um museu da água e uma reserva ornitológica.

2021/07/22

Exposição Virtual: "Mobiliário Escolar no Museu Virtual da Educação"

O mobiliário constitui uma importante fonte para o conhecimento das práticas escolares, uma vez que influencia significativamente o desenvolvimento dos alunos em vários aspetos. Em Portugal, este passou a ser um tema de discussão a partir da década de 30/40, quando foram desenhados alguns modelos de carteiras adaptadas à estrutura das crianças. A coleção de mobiliário escolar disponibilizada no Museu Virtual da Educação compreende várias peças utilizadas em contexto escolar. É o caso da carteira, um móvel de assento e de escrita, com um ou dois lugares. O tampo é geralmente inclinado, rebatível ou não, e o assento é fixo. Inicialmente construídas em madeira, as carteiras passaram a integrar elementos metálicos para minimizar os problemas dos xilófagos. Por baixo do tampo, existe por vezes, uma prateleira para colocação de material escolar. O quadro negro era, na maior parte das vezes constituído por uma armação em madeira que sustentava a placa de ardósia sobre a qual se escrevia com giz. Na base da ardósia existe um rebordo em forma de calha a todo o comprimento para colocação dos pedaços de giz e do apagador. Outro tipo de elementos também deve ser referido, como é o caso dos bancos corridos, colocados nos corredores ou cantinas, mesas, bancos e secretárias. Parte integrante da vida escolar, o quadro de honra destinava-se a distinguir os alunos que se destacavam ao nível da sua progressão académica. Para além destes, existe todo o tipo de mobiliário de apoio à prática letiva como os armários, as estantes, as vitrinas, as bancadas de laboratório ou os relógios. A partir dos finais da década de 60 do século XX deixam de se utilizar carteiras de tampo inclinado e a clássica secretaria do professor. As áreas de trabalho tornam-se mais amplas e o mobiliário obedece a aspetos ergonómicos, funcionais, técnicos, estéticos e económicos, permitindo mais flexibilidade e adaptabilidade nas salas de aula.



Conjunto de banco e carteira

ME/400439/829

Escola Secundária Sebastião e Silva

Carteira escolar de um lugar, constituída por banco e mesa contíguos, em madeira, montados em estrutura de ferro pintada de preto, sobre calha de madeira. O assento tem encosto de uma travessa; a mesa, destinada à escrita, apresenta tampo inclinado, rebatível, com calha para colocação de material riscador; sob o tampo encontra-se uma prateleira destinada à colocação de material escolar.



Quadro

ME/404445/138

Escola Secundária Alexandre Herculano

Antigo quadro rebatível utilizado nas aulas de diversas disciplinas. É constituído por uma armação em madeira que sustenta a placa de ardósia sobre a qual se escrevia com giz. A armação tem uma estrutura basculante que permite ajustar a melhor posição do quadro. Na base da ardósia a armação em madeira tem um rebordo em forma de calha a todo o comprimento para colocação dos pedaços de giz e do apagador.



Banco

ME/152171/85

Escola Secundária Infante D. Henrique

Banco corrido, de espaldar, com três lugares. Assenta sobre oito pernas de secção quadrangular, travejadas. Possui dois braços em cada extremo e duas traves a meio da zona do espaldar. Foi executado na década de 30/40 pelos alunos e mestres da escola.



Secretária

ME/403556/233

Escola Básica e Secundária de Carcavelos

Secretária constituída por tampo fixo retangular, assente sobre duas caixas laterais constituídas por três gavetas sobrepostas, com espelhos de fechadura metálicos e puxadores paralelepípedicos maciços, em madeira, situados por baixo dos espelhos. Ao centro, sob o tampo, tem uma gaveta, mais larga. Entre os dois corpos laterais existe um espaço destinado à cadeira. Cada conjunto de gavetas está assente em quatro pés retangulares.



Vitrine

ME/401109/357

Escola Secundária de Camões

Armário/vitrina com quatro módulos. Trata-se de uma vitrina para exposição de peças, em que cada um dos quatro módulos é constituído por duas partes sobrepostas e portas de vidro com moldura simples de madeira. No interior contem prateleiras também em vidro. O módulo inferior é avançado, possuindo

na zona superior um compartimento com porta inclinada e, na zona inferior, uma gaveta.



Cadeira

ME/152171/84

Escola Secundária Infante D. Henrique

Cadeira, que faz parte de um conjunto de 3, executadas na década de 30/40 pelos alunos e mestres da escola. A cadeira tem costas fixas, braços e assento de madeira sem estofos. A cadeira roda sobre um eixo fixo num pé de galo e não apresenta decoração ou acabamento específico.

2021/07/26

Montado, Paisagem Cultural



O Montado, paisagem cultural, encontra-se na lista indicativa para a candidatura de Bens a Património Mundial em Portugal.

O montado é um ecossistema com características únicas, característico da zona do Alentejo, em Portugal. Trata-se de um conjunto de florestas de azinheiras, carvalhos, sobreiros ou castanheiros que subsistem apenas na zona do Mediterrâneo, Argélia e Marrocos. Portugal é o país com a maior extensão de sobreiros ao nível mundial, sendo o principal exportador. Pensa-se que o nome montado deriva da expressão medieval *montar*, ou seja utilizar os montes comuns para pastos, madeira e caça.

O sobreiro distribui-se pelo território continental, com exceção das zonas de elevada altitude, concentrando-se no Ribatejo e Alentejo, bem como o castanheiro. O sobreiro é uma das espécies mais resistentes ao fogo, devido à sua casca de cortiça, constituindo 21% da área florestal. Trata-se de uma árvore frondosa e de grandes dimensões, podendo atingir os 25 metros de altura,

vivendo cerca de 300 anos. As florestas de sobreiros são denominadas “Montados de Sobro”, resultando da ação ordeira e organizada do homem.



Desta forma, a cortiça é matéria prima primordial extraída desta espécie, o que torna Portugal o maior exportador. A extração da cortiça é feita manualmente e requer bastantes cuidados para que não seja infligido qualquer dano na árvore e só pode ser feita de 9 em 9 anos.

Os montados são extremamente importantes para a manutenção do ecossistema, conservando o solo, melhorando a qualidade da água e produzindo oxigénio. Incluem uma biodiversidade considerável com mais de 120 espécies, incluindo o lince ibérico.

Desta forma, o Montado é uma paisagem icónica e um marco de tradições e costumes. Tem capacidade para sustentar outras atividades económicas como a criação de animais, produção de leite, apicultura, criação de cogumelos, bem como atividades de carácter turístico.

2021/07/29

Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela



O Caminho Português de Peregrinação a Santiago de Compostela está em avaliação fazendo parte das listas indicativas para a candidatura de Bens a Património Mundial em Portugal.

Neste momento, a Associação Espaço Jacobeus (AEJ) está a trabalhar junto da UNESCO para conseguir esta classificação já em 2021. Neste sentido, têm sido melhorados os trajetos, uma vez que não existe uma autoridade reconhecida oficialmente como responsável. Foi declarado o primeiro Itinerário Cultural Europeu em 1987, sendo que as áreas espanhola e francesa deste Caminho já são património mundial, o que ocorreu respetivamente em 1993 e 1998.

Apesar de ter caído no esquecimento, nos anos 80 o Caminho ganhou novo fôlego, não apenas como itinerário religiosa, mas também como itinerário cultural e espiritual. Os percursos espalham-se por toda a Europa e juntam-se no caminho espanhol.

Os Caminhos de Santiago são percursos efetuados por peregrinos até Santiago de Compostela. Existem registos desde o século IX para ver as relíquias do

apóstolo e a Catedral em que se encontram. A origem do culto a Santiago é desconhecida, mas pensa-se que deriva de uma peregrinação pagã.



De acordo com as tradições locais foi em Iria Flávia, a 20 km a sudoeste de Compostela que Santiago pregou pela primeira vez durante a evangelização da Península Ibérica, cerca de 34 d. C. O apóstolo foi decapitado na Judeia e posteriormente transportado para a Galiza por Teodoro e Atanásio, que depositaram os seus restos mortais no monte Libredón, onde atualmente se ergue a Catedral.

No século VIII foi encontrado este sepulcro, o que coincide com a invasão da Península Ibérica pelos Árabes. Não é de estranhar que Santiago se tenha ligado a todo o processo de reconquista cristã. Outras tradições apontam a Basílica Saint-Sernin, como o local para onde teria sido levado o corpo do Santo por Carlos Magno.

O primeiro peregrino a Santiago é, segundo a tradição, o rei Afonso II das Astúrias (c. 791-842), onde mandou construir uma igreja e se estabeleceu uma comunidade religiosa.

No decorrer dos anos, este tornou-se num dos locais de peregrinação mais visitados da Europa. Carlos Magno incentivou esta peregrinação como forma de defender as suas fronteiras do avanço árabe. Afonso III fez igualmente este caminho, ordenando a edificação de uma nova basílica.

Durante o século X desenvolve-se o Caminho Francês. O Papa Calisto II, no século XII, incentivou as peregrinações regulares a Compostela. Cerca de 1140 surge o primeiro “guia” para o local, o *Codex Calistinus*, atribuído ao monge Aimery Picaud, da Ordem de Cluny, onde se descrevem quatro rotas.

Após o século XIV, os peregrinos afastam-se para outros locais não só pelo processo de reconquista que exigia uma atenção redobrada dos monarcas na zona sul da Península, mas também pelo Grande Cisma do Ocidente em 1378.

Os peregrinos usam vários símbolos como é o caso de uma vieira (concha), cuja origem se atribui a algumas versões lendárias que teriam ocorrido aquando do transporte do corpo de Santiago. Apesar disso, a vieira é uma metáfora: os sulcos da concha juntam-se num ponto, o que representa as várias rotas utilizadas que confluem no sepulcro. Da mesma forma que as conchas são arrastadas pelo mar até à costa, assim Deus guia o peregrino até Compostela. A vieira é também um utensílio bastante prático pois permitia aos peregrinos beber água e comer.

O bordão é outro acessório que auxilia o peregrino na sua caminhada. Tradicionalmente tem um gancho para ser levado ao ombro com vários objetos pendurados.

Na Península Ibérica, a Via Láctea é muitas vezes designada como “Caminho de Santiago” pois teoricamente indicava o caminho para esta região durante a noite.

Os peregrinos tinham consigo uma credencial, algo semelhante a um passaporte, com 14 páginas. Devia ser carimbada duas vezes por dia em igrejas ou albergues, o que comprovava a passagem do peregrino pelas zonas em questão. Muitas vezes levavam consigo uma carta de recomendação do pároco local, funcionando como um salvo-conduto. Atualmente ainda existe este tipo de

documento que deve ser solicitado pelo peregrino, facilitando o processo de alojamento.



Quanto aos caminhos, estão atualmente assinalados por setas amarelas no chão ou em muros, postes, árvores ou mesmo em marcos de granito. Destacam-se os seguintes:

- O Caminho Francês que entra em Espanha através de Roncesvalles, no sopé dos Pirenéus; a este liga-se o Caminho Aragonês com saída em Somport.
- O Caminho da Prata, com saída em Sevilha, passando por Chaves. É o caminho mais longo.
- O Caminho Primitivo com saída em Oviedo.
- O Caminho do Norte, que sai de Irúm e passa por San Sebastian.
- O Caminho Português que inclui várias alternativas: a partir de Lisboa, passa por Alhandra, Azambuja, Santarém, Golegã, Tomar, Alvaiázere,

Rabaçal, Coimbra, Mealhada, Águeda, Albergaria-a-Velha, Oliveira de Azeméis, Grijó, Porto. A partir do Porto, passa Vairão, Rates, Barcelos, Ponte de Lima, Rubiães, Valença, Tui, Redondela, Pontevedra, Caldas de Reis, Padrón, Santiago de Compostela. Os caminhos portugueses juntam-se, na sua maior parte, em Valença do Minho.

- O Caminho Inglês que parte de Ferrol ou da Corunha.

2021/08/02

A Rota de Magalhães: a primeira viagem à volta do mundo



A Rota de Magalhães, a primeira viagem à volta do mundo, encontra-se nas listas indicativas para a candidatura de Bens a Património Mundial.

Fernão de Magalhães (c. de 1480- 1521) é um dos mais importantes navegadores portugueses da época dos Descobrimentos. O seu grande feito foi a preparação e realização da primeira viagem de circum-navegação do globo terrestre. De acordo com vários historiadores, a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães é um símbolo da globalização.

Nascido em Trás os Montes, Fernão de Magalhães esteve cerca de 8 anos no Oriente, depois de se alistar na armada de D. Francisco de Almeida em 1505.

Regressou a Lisboa em 1513 e voltou a partir na expedição a Azamor. Foi acusado pela corte de D. Manuel I de não ter cumprido bem as suas funções, pelo que se afastou de Portugal, sem ter tido o apoio do rei para o seu projeto de volta ao mundo.

Continuou a planear a sua expedição e apresentou-se em Sevilha em 1517. Carlos V aprovou o projeto e financiou-o, pois, o seu objetivo era atingir as Molucas através de mares não navegados pelos portugueses, resolvendo uma antiga rivalidade pela posse da localidade.

Fernão de Magalhães reuniu cinco naus: Trinidad – 32 homens liderados por Fernão de Magalhães; San António – 57 homens liderados por Juan de Cartagena; Concepción – 44 homens liderados por Gaspar de Quesada; Victoria – 45 homens liderados por Luis de Mendonza; e Santiago – 31 homens liderados por João Serrão). Partiu em setembro de 1519 e viria a morrer em 1521 durante a viagem, vítima de uma emboscada.



Quanto ao percurso da viagem, foi o seguinte:

- setembro de 1519 - Partida de Sevilha;
- Escala nas Canárias;
- dezembro de 1519 – Avistamento da Costa da América do Sul;
- março de 1520 – Porto de S. Julião, onde ocorre um motim. A nau Santiago naufragou e a nau San António desertou regressando a Espanha;
- Dificuldades de passagem do estreito;
- novembro de 1520 – Fernão de Magalhães encontra a saída do estreito e inicia a travessia do Pacífico, onde permanecerá durante 4 meses. Passaram fome, sede e sofreram de escorbuto;

- março de 1521 – Chegam às Filipinas, ancorando em Cebu e realizando algum comércio;
- 7 de abril de 1521 – Morte de Fernão de Magalhães numa emboscada, Sebastião del Cano assume o comando e volta a Espanha. Queimam a nau Concepción.
- 18 de maio de 1522 – A nau Vitória dobra o cabo da Boa Esperança
- 6 de setembro de 1522 – Aportam em Espanha.

A viagem de Fernão de Magalhães revolucionou o mundo: pela primeira vez atravessaram-se todos os oceanos e conheceram-se todos os continentes (à exceção da Austrália) ficando ligados.

Há uma consciência do mundo na sua totalidade, abrindo-se o Oceano Pacífico. A humanidade compreende que não existem apenas cálculos teóricos, mas sim a prática, que demonstra como é o mundo verdadeiramente.

Magalhães fecha o ciclo dos Descobrimentos, iniciado pelo Infante D. Henrique, e torna o mundo totalmente descoberto. Com o final dos Descobrimentos começa a era da globalização.

2021/08/05

Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista



Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista apresentou a sua candidatura a Património Mundial da UNESCO.

Localizada no Alentejo Central, distrito de Évora, Vila Viçosa é uma vila portuguesa, sede do município que se divide em quatro freguesias: Elvas, Alandroal, Redondo e Borba.

A importância desta localidade reside no fato dos Duques de Bragança aqui terem mantido as suas propriedades e o Paço Ducal até à Proclamação da República.

Foi ocupada por romanos e árabes até à reconquista levada a cabo por D. Afonso II em 1217. D. Afonso III em 1270 concede um foral e o nome da região muda de Vale Viçoso para Vila Viçosa. No século XIV D. Dinis constrói o Castelo de Vila Viçosa.

Durante a crise de 1383-85, o comendador -mor da Ordem de Avis, traiu Portugal tomando o partido de Castela e tomou a Vila, o que fez com que a população fugisse para Borba. Depois da Batalha de Aljubarrota, a vila foi libertada.

Em 1461, a localidade passou a fazer parte do Ducado de Bragança. Em 1502 inicia-se a construção do Paço Ducal que se tornou a sua sede. D. Manuel I Concede o foral à região em 1512.

Com o início da Dinastia de Bragança, em 1640, Vila Viçosa perde a sua importância tornando-se uma residência de férias. Em 1646, D. João VI ofereceu a coroa de Portugal a Nossa Senhora da Conceição que se tornou Padroeira de Portugal. Aqui se encontra o Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição.

A partir da implantação da República, deu-se a decadência da Vila. Só na década de 1930, com a exploração dos mármore de Estremoz e a abertura do Paço Ducal ao turismo, Vila Viçosa iniciou um período de desenvolvimento.



O património cultural de Vila Viçosa é de extrema importância, podendo apontar-se vários exemplos: a Praça principal, o Paço Ducal, o Palácio Matos Azambuja ou Casa dos Arcos, o Castelo, o Chafariz d'El-Rei, o Convento da Esperança, o Convento das Chagas de Cristo, o Convento de Santa Cruz, a Igreja e Convento dos Agostinhos, o Convento dos Capuchos, o Cruzeiro da Serpente ou da Lapa, as Ermidas de São Bento, São João Batista, São Luís e São Jerónimo, a Estátua Equestre do Duque de Bragança, a Igreja de São João Evangelista, o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, entre muitos outros.

O foco é, no entanto, o Paço Ducal, situado no Terreiro do Paço desta Vila. É uma das obras primas da arquitetura da Idade Moderna, tendo sido Nicolau de Frias o arquiteto responsável, iniciando o projeto e Pero Vaz Pereira que concluiu a obra.

D. Fernando (1403 – 1461) tornou Vila Viçosa a sede do Ducado de Bragança. Foi, no entanto, com D. Jaime, o 4º Duque de Bragança, que se iniciou a construção de um novo palácio – O Paço Ducal. Em 1501 iniciaram-se as obras, entretanto interrompidas com a expedição a Azamor. Datam desta época o claustro, a zona da Capela e as salas da Armaria.

D. Teodósio, o 5º Duque, aproveitou o facto da sua irmã se ter casado com o infante D. Duarte para ampliar o Palácio devido às festas do matrimónio que aí ocorreu em 1537. Foi erguida a fachada revestida a mármore. Foram sendo feitos inúmeros melhoramentos até 1640.

Com a subida ao trono de D. João VI, o palácio tornou-se uma residência de férias. D. João V alterou a capela, a cozinha e o pavilhão dos quartos novos. D. Maria I acrescentou as Salas de Jantar e dos Vidros. D. Carlos e D. Amélia fizeram igualmente inúmeras obras, passando aqui várias temporadas.

Após a implantação da República, o Paço continuou na posse da Casa de Bragança, uma vez que se tratava de um bem familiar. Em 1933 D. Manuel II entregou o Palácio à Fundação da Casa de Bragança que o transformou num Museu. Inclui inúmeras obras de arte, pintura, mobiliário, escultura, etc. Deve-se destacar a obra artística do rei D. Carlos e a Biblioteca.

2021/08/09

Bibliotecas da Direção-Geral do Património Cultural



A Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) faz a gestão do património cultural português, em várias as áreas: património imóvel, móvel, imaterial; gestão do património edificado, museus e monumentos; obras de conservação; coordenação da Rede Portuguesa de Museus, entre outros.

A sua intervenção faz-se sentir em três pontos fundamentais:

- O conhecimento, o inventário, a salvaguarda, a conservação, a valorização, a divulgação do património cultural arquitetónico, arqueológico, móvel e imaterial, e a execução da política museológica nacional.
- A gestão dos mais importantes museus nacionais portugueses e dos monumentos classificados Património Mundial pela UNESCO.
- A articulação permanente com outras entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais, nos domínios normativo e da fiscalização, da investigação científica, da ação educativa e formativa e da administração do território.

No que respeita à área de biblioteconomia, a DGPC tem a seu cargo vários serviços de documentação de grande riqueza e diversidade: são 25 bibliotecas

e centros de documentação, a maioria dos quais com acesso público, com mais de 300.000 registos bibliográficos. Estes acervos documentais organizam-se em coleções e/ou tipo de espaço patrimonial em que se encontram inseridos.

Foi, assim, criada em 2014 uma Rede de Bibliotecas que tem como objetivo a criação de um catálogo coletivo de bibliotecas.

As bibliotecas que destacaremos são:

- Biblioteca da Ajuda
- Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra
- Biblioteca de Arqueologia
- Biblioteca de Conservação e Museus
- Biblioteca de Património
- Biblioteca da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves
- Biblioteca do Convento de Cristo
- Biblioteca do Mosteiro da Batalha
- Biblioteca do Mosteiro de Alcobaça
- Biblioteca do Mosteiro dos Jerónimos
- Biblioteca do Museu Monográfico de Conimbriga
- Biblioteca do Museu Nacional da Música
- Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia
- Biblioteca do Museu Nacional de Arte Antiga
- Biblioteca do Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado

- Biblioteca do Museu Nacional de Etnologia
- Biblioteca do Museu Nacional do Azulejo
- Biblioteca do Museu Nacional do Teatro e da Dança
- Biblioteca do Museu Nacional do Traje
- Biblioteca do Museu Nacional dos Coches
- Biblioteca do Museu Nacional Grão Vasco
- Biblioteca do Museu Nacional Machado de Castro
- Biblioteca do Museu Nacional Soares dos Reis
- Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda
- Biblioteca do SIPA - Forte de Sacavém

2021/08/12

Biblioteca da Ajuda



A Biblioteca da Ajuda é uma das mais antigas bibliotecas de Portugal, dotada de um espólio incalculável. Está situada numa das alas do Palácio da Ajuda desde 10 de junho de 1880 e conta com 5 salas, sendo apenas 3 abertas ao público.

Nestas zonas públicas destacam-se a dimensão das estantes, o mobiliário, os tetos decorados com “trompe-l’oeil”, as vitrinas com várias peças manuscritas e peças da antiga oficina de encadernação da Biblioteca Real, datadas dos séculos XVIII/XIX.

A origem da Biblioteca da Ajuda é Biblioteca Real, antiga designação, ainda do século XV. Durante o século XVI foi instalada no torreão poente do Paço da Ribeira. D. João V enriqueceu amplamente o seu espólio que se perdeu durante o terramoto de 1755. Após este acontecimento foi instalada nas casas anexas

ao Paço de madeira na Ajuda. O seu acervo foi enriquecido com a compra de espólios de grandes casas senhoriais.

Devido às invasões francesas, em 1811, a biblioteca foi novamente transferida, desta vez para o Rio de Janeiro, formando-se o núcleo inicial da atual Biblioteca Nacional. Incluía as livrarias do Rei, da Casa do Infantado e os manuscritos da Coroa. Em 1821, o núcleo de manuscritos da Casa Real é remetido para Portugal. Os cerca de 60000 mil volumes que permaneceram no Brasil irão dar origem à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O núcleo que veio para Portugal irá, mais tarde, incorporar as livrarias da Companhia de Jesus (Casa Professa de São Roque e Colégio Santo Antão), da Congregação do Oratório e do Palácio das Necessidades. Esta Biblioteca Real foi sendo refeita através de várias iniciativas de D. João VI e D. Miguel, dotada de um Depósito Legal e acumulando funções de arquivo e biblioteca e de imprensa régia. Mais tarde procedeu-se à incorporação de alguma documentação proveniente de organismos públicos, nomeadamente do Ministério do Reino. De entre as livrarias integradas, encontram-se as seguintes: Dr. Nicolau Francisco Xavier da Silva; Conde de Redondo; Barbosa Machado; José Freire de Monterroio Mascarenhas; João da Mota e Silva o Cardeal da Mota; José Monteiro da Rocha; Pedro de Melo Breyner; Convento das Necessidades, da Congregação do Oratório de S. Filipe de Nery; Colégio dos Nobres; bispo inquisidor D. José Maria de Melo; D. Pedro V; D. Luís e D. Carlos. Existem, igualmente, catálogos de outras livrarias, o que faz supor que estas tenham sido igualmente integradas. Contam-se nessa situação, as de D. Carlota Joaquina de Bourbon, D. Maria Francisca Benedita, Cândido José Xavier Dias da Silva, Conde de Sampaio, Conde de Vila Flor, Conde de Castro Daire, D. Luís de Sousa, Francisco Maria Angelleli, Manuel Joaquim de Sá Braga, D. José da Silva Pessanha, Colégio de Santo Antão e Casa Professa de S. Roque, dos Jesuítas.

A Casa Real foi responsável pela administração da Biblioteca até à implantação da República. Os bibliotecários tinham nomeação régia e geralmente faziam parte do corpo de secretários do Rei. É o caso de Alexandre Herculano (1839-1877), Magalhães Coutinho (1877-1895) ou Ramalho Ortigão (1895-1911). Após

a Proclamação da República o 1.º Diretor a ser nomeado foi Jordão de Freitas (1918-1936).



Quanto ao acervo da biblioteca, o seu catálogo tem mais de 19.000 registos bibliográficos, incluindo manuscritos, fotografia, iconografia, cartografia, folhetos, genealogia, obras de medicina ou arquitetura. Inclui obras de relevo como o Cancioneiro da Ajuda, o Livro de Traças de Carpintaria, ou da fábrica que **falece** a cidade de Lisboa, de Francisco d'Holanda.

Existem várias coleções das quais podemos destacar:

- a coleção de manuscritos que detém 2.512 códices e cerca de 33.000 documentos avulsos (séc. XIII a XX), incluindo 43 códices iluminados, roteiros e atlas, bíblias, miscelâneas históricas e literárias, além de uma importante coleção de crónicas (séc. XV a XVIII), nobiliários e genealogias. Os 226 códices da Symmicta Lusitanica e 61 códices dos Jesuítas na Ásia são fundamentais para a história do Oriente (séc. XVIII);
- a coleção de manuscritos musicais, considerada como uma das mais valiosas do país, formada por 2.950 códices e 10.200 avulsos, constituindo, a nível internacional, um dos mais importantes núcleos de música de câmara e ópera do séc. XVIII e XIX;

- a coleção de Impresses, composta por 16.000 monografias, 11.000 periódicos, distribuídos por 1.700 títulos, para além de 60.000 volumes de Livro Antigo, do séc. XVI a XVIII. Possui uma importante coleção de 190 incunábulos e uma coleção de Livros Raros com ca. 500 títulos, incluindo exemplares únicos. Também se destaca o seu núcleo de atlas holandeses, franceses e alemães (séc. XVI a XVIII) e uma coleção de folhetos com cerca de 9000 títulos;
- as coleções de Cartografia, Iconografia e Fotografia, são constituídas, cada uma, por cerca de 2.500 espécies, sendo particularmente importante a documentação fotográfica do séc. XIX e princípio do séc. XX.

2021/08/16

Peça do mês de agosto



Pirómetro de quadrante

Instrumento utilizado no contexto das práticas pedagógicas nas aulas de Física, para demonstração da dilatação. O pirómetro de quadrante mede a dilatação térmica linear de uma barra metálica, quando esta é introduzida nos orifícios de dois suportes verticais; uma das extremidades fixa-se por meio de um parafuso de pressão e a outra fica livre, indo empurrar, ao aquecer a barra, um ponteiro que se move num quadrante graduado. O aquecimento é feito através de um reservatório, situado entre os suportes, onde se faz arder álcool. O conjunto, suportes e reservatório, constitui uma só peça metálica, estando o quadrante e o ponteiro aparafusados à extremidade esquerda, quando a escala está virada para o observador.

Está inventariado com o número ME/ESAD/222 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Afonso Domingos.

2021/08/19

Exposição Virtual: "O Egipto em diapositivos"

O Egipto é um país localizado o nordeste de África e o sudoeste da Ásia, através da Península do Sinai. Tem uma história riquíssima, sendo considerado por muitos o berço da civilização. É aqui que se localizam monumentos tão emblemáticos como as pirâmides de Gizé, a Esfinge, o Vale dos Reis, o Templo de Karnak, entre muitos outros. Esta herança cultural moldou a identidade nacional que absorveu igualmente diversas influências externas em virtude do contato direto com gregos, romanos, persas, árabes, otomanos, etc. Foi um dos primeiros centros do Cristianismo, mas acabou por ser islamizado no século VII. Governado por potências estrangeiras do século XVI ao século XX, O Egipto tornou-se independente em 1922. Com a Revolução de 1952, a nação tornou-se uma república. Durante todo o século XX assistiu a vários conflitos sociais e religiosos e a uma enorme instabilidade política. Atualmente continua a enfrentar vários desafios, sendo um deles a pobreza generalizada, o analfabetismo e o aumento populacional. As terras aráveis são escassas devido à predominância do deserto do Saara, escassamente povoado, que ocupa a maior parte do território. A população concentra-se assim nos grandes centros urbanos, onde as condições de vida se tornam bastante limitadas. Nesta exposição aborda-se a temática da vida quotidiana no Egipto, onde se dá destaque à componente humana e às tradições: os vendedores ambulantes, o trabalho dos camponeses, os jovens e os condutores de camelos. Provavelmente da década de 50, estes diapositivos são o espelho de uma sociedade profundamente arreigada aos seus costumes milenares.



Diapositivo

ME/401857/1256

Escola Secundária de Gil Vicente

O diapositivo era destinado a visualização coletiva nas aulas de História ou Geografia. É constituído por duas finas placas de vidro transparente, unidas por papel adesivo preto, estando numa delas gravada uma imagem que representa vendedores ambulantes numa ruela de Alexandria. Avista-se, à esquerda e ao fundo, os primeiros andares de prédios com gulosias nas janelas e, em primeiro plano, expositores toscos com bugigangas e melancias. Um rapaz abriga-se debaixo de um guarda-sol e outro apresenta um chapéu típico do Egipto. Uma mulher, de costas, está vestida com as roupas compridas tradicionais do Médio-Oriente, com a cabeça tapada.



Diapositivo

ME/401857/1508

Escola Secundária de Gil Vicente

O diapositivo era destinado a visualização coletiva nas aulas de História e de Francês. É constituído por duas finas placas de vidro transparente, unidas por papel adesivo preto, estando numa delas gravada uma imagem de Karnak, no Alto Egito, mostrando uma parte do Templo de Amon, nomeadamente 7 colunas osíriacas.



Diapositivo

ME/402436/1872

Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia ou História. Trata-se de uma imagem típica do Egipto, onde se podem ver alguns habitantes numa ponte sobre o rio, montados nos seus camelos e acompanhados por burros. O diapositivo pertence a uma coleção que se encontra na Caixa II - Secção 1, N.º 9768.



Diapositivo

ME/402436/1953

Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia ou História. Trata-se de uma imagem de uma jovem Núbia a dançar, envergando um traje típico da região. Foto tirada em Luxor, Egipto. O diapositivo pertence a uma coleção que se encontra na Caixa II - Secção 2, N.º 9744.



Diapositivo

ME/402436/2207

Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de História ou Geografia. Trata-se de uma imagem onde podemos observar dois jovens egípcios, no Poço de José, no Cairo, Egipto. O diapositivo pertence a uma coleção que se encontra na Caixa VII - Secção 1, N.º 6317.



Diapositivo

ME/402436/2226

Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de História ou Geografia. Trata-se de uma imagem onde podemos observar camponeses nas margens do Nilo, no Egipto. O diapositivo pertence a uma coleção que se encontra na Caixa VII - Secção 1, N.º 9721.

2021/08/23

Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra



A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra é uma das mais importantes a nível nacional, com um acervo de cerca de 30.000 volumes. Situa-se no quarto piso da ala nascente do palácio, denominada a Casa da Livraria, sendo a sala de maior dimensão em todo o monumento. É uma área em forma de cruz com cerca de 85 metros de comprimento e 9.5 metros de largura, pavimentada com pedra liós de várias cores. Ao centro tem uma abóbada que se apoia em quatro arcos, em cujo centro se encontra esculpido em mármore um rosto humano que representa o sol, uma alegoria ao conhecimento e à sabedoria, influenciada pelo Movimento das Luzes.

Em 1730, este espaço encontrava-se ainda em construção e foi instalado em duas salas no terceiro piso do lado poente. D. João V adquiriu a maior parte do seu acervo. O Rei enviou emissários ao estrangeiro para adquirir tudo o que de melhor e de mais novo aí se imprimisse. Tratava-se de um Biblioteca Real, mas poderia ser utilizada pelos membros da corte e pela comunidade religiosa. Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho foram os responsáveis pela sua instalação.



Em 1711 iniciou-se a construção das estantes, concluídas em 1776, desenhadas por Manuel Caetano de Sousa (1738-1802), arquiteto da Casa Real. Em 1792 levaram-se a cabo os acabamentos e foi executada a transferência de livros. A biblioteca passou a localizar-se na sequência dos aposentos dos infantes, ao nível do Palácio Real.

Será de notar a Bula concedida pelo Papa Bento XIV em 1754 que proibia o empréstimo de obras desta biblioteca e a autorização de inclusão de obras proibidas pelo Index.

Em 1809, Frei João de Santana catalogou a coleção que segue atualmente a sua organização. Os livros estão dispostos hierarquicamente: a norte os textos sagrados, religião, doutrina e direito canónico; a sul, as obras profanas como as ciências exatas e humanas, artes liberais, história, geografia, direito, etc.; ao centro estão as obras clássicas, periódicos, dicionários e obras de referência. Existem ainda um núcleo de obras raras, como é o caso dos incunáveis, a Crónica de Nuremberga, a Enciclopédia de Diderot et D'Alembert, Livros de Horas, Livros Proibidos pelo Index, partituras musicais, etc.

Atualmente existem três fundos acessíveis para consulta on-line: o Fundo Mangens, o Fundo Moderno e o Fundo Possidónio da Silva.

2021/08/26

Biblioteca de Arqueologia



A Biblioteca de Arqueologia (BA) situa-se no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Tem origem em 1973 na Biblioteca do Instituto Arqueológico Alemão, tendo sido cedida ao Estado Português aquando da sua extinção em 1999.

Trata-se de um espaço especializado em Arqueologia nas suas diversas vertentes. Incide sobretudo sobre Portugal e a Península Ibérica, embora tenha um acervo importante de arqueologia mundial.

Estão disponíveis cinco bases de dados, de acordo com os acervos existentes: Acervo Bibliográfico Geral, Mapoteca, Arquivo Leisner, Desenho gráfico e Acervo Bibliográfico de Arqueologia Náutica e Subaquática. Para além destes, pode referir-se o fundo resultante da doação do Dr. Francisco Alves e o fundo de Catálogos de Leilão.

O acervo bibliográfico geral tem cerca de 97.000 registos bibliográficos, divididos por cerca de: 1.550 títulos de periódicos (cerca de um terço dos quais ativos e atualizados), 32.000 títulos monográficos e 63.500 títulos de analíticos.

A Mapoteca diz respeito à georreferenciação de sítios, achados e monumentos. Inclui carta militares, cartas corográficas, cartas de Portugal, cartas geológicas, cartas de capacidade de uso do solo, cartas topográficas, cartas administrativas, ortofotomapas, ortofotoplantas, cartas atlas do ambiente e cartas agrícolas, entre outras.



O Arquivo Leisner, disponível on-line, compreende 49.500 documentos (19.000 documentos escritos e 30.5000 documentos gráficos e fotográficos). Foi reunido por Georg (1870-1957) e Vera (1885-1972) Leisner, arqueólogos que fizeram vários estudos arqueológicos em Portugal.

Os Desenhos de Arquitetura Megalítica inclui desenhos de monumentos megalíticos que se encontravam no acervo do DAI de Lisboa (ao qual foram remetidos, em 1995, pelo DAI de Madrid).

Datam das décadas de 1960 e 1970 e foram realizados, maioritariamente, por indicação de Georg Leisner, Vera Leisner e Hermanfrid Schubart, durante os trabalhos de prospeção arqueológica. Existem igualmente vários desenhos “livres” elaborados por desenhadores profissionais, para ilustração de comunicações e publicações, que não se encontram digitalizados. Constituem um núcleo de grande importância para a reconstituição das paisagens megalíticas.

O Acervo de Arqueologia Náutica e Subaquática é composto por monografias e periódicos especializados nesta temática. Aqui se inclui a doação do Dr. Francisco Alves, com cerca de 2.000 volumes sobre este tema.

2021/08/30

O traje através de imagens parietais

O traje, indumentária ou vestuário é qualquer objeto que se utiliza para cobrir o corpo, seja por proteção em relação às condições atmosféricas, seja por motivos sociais ou culturais. O traje, nas diversas épocas e situações, foi sendo alterado e evoluindo ao longo dos séculos, consoante o tipo de cultura ou sociedade. Temos como exemplo o vestuário romano que conferia um determinado estatuto ao indivíduo que o envergava, refletindo uma sociedade ordenada. A toga ou túnica era o traje mais comum. Este tipo de indumentária contrastava amplamente com a usada pelos povos bárbaros, tal como se pode observar nas imagens parietais. Durante a Idade Média, após o período bizantino, o traje continuou a ser uma forma de distinção social: os nobres utilizavam roupa mais elaborada e complexa e o povo continuou com o uso da túnica. A tendência evolutiva da moda vai no sentido da maior complexidade e da decoração cada vez mais exagerada: a roupa era um indicador de riqueza e posição social. No que respeita ao exército, temos exemplos bastante distintos consoante as épocas e as culturas. Nesta exposição podemos observar o contraste entre os soldados romanos e os soldados turcos/persas e entre Carlos Magno e os seus guerreiros e o povo gaulês, bastante mais simples. Em diferentes épocas são evidentes as diferenças e o refinamento da indumentária: os cruzados com vestes mais aguerridas e simples e os mosqueteiros com trajes refinados. Por último, temos alguns exemplos de soldados prussianos e franceses, já no século XIX, bem como o traje na época da revolução francesa.



Imagem parietal de trajes

ME/402321/388

Escola Secundária Nuno Álvares

Quadro parietal de dupla face, a cores, utilizado em contexto das práticas pedagógicas de História. Trata-se de uma representação de três soldados, em cada uma das faces: na frente, soldados romanos onde se pode ler a legenda "krieger", ou seja, "guerreiro". No verso, com o título "Ultertum. Perfer", surgem da esquerda para a direita 3 figuras: Krieger, könig e Leibgarde, ou seja, "guerreiro"; "rei" e "defensor". São provavelmente figuras que envergam vestuário turco ou persa.



Imagem parietal de trajes

ME/402321/389

Escola Secundária Nuno Álvares

Quadro parietal de dupla face, a cores, utilizado em contexto das práticas pedagógicas de História. Trata-se de uma representação de três soldados, em cada uma das faces: num dos lados pode ler-se, da esquerda para a direita, Krieger, Karl der Grosse e Krieger. São trajes de dois soldados e do Imperador Carlos Magno. No verso vêem-se 3 figuras que têm como inscrição: Krieger, fürst e priesfter, ou seja, guerreiro, príncipe e sacerdote. Estes serão provavelmente trajes de povos bárbaros.



Imagem parietal de trajes

ME/402321/390

Escola Secundária Nuno Álvares

Quadro parietal de dupla face, a cores, utilizado em contexto das práticas pedagógicas de História. Trata-se de uma representação de três soldados, em cada uma das faces, com o título "Der dreissigjährige krieg". Numa das faces pode ler-se, da esquerda para a direita, Musketier; schmede; kürisser, ou seja, mosqueteiros. No verso, com o título "Kreuzzüger Ritter", ou seja, cruzados, onde surgem 3 figuras, com as respetivas inscrições: ritter, ritter, tempelherr: cavaleiros e templário.



Imagem parietal de trajes

ME/402321/391

Escola Secundária Nuno Álvares

Quadro parietal de dupla face, a cores, utilizado em contexto das práticas pedagógicas de História. Trata-se de uma representação de três soldados, em cada uma das faces, com o título "Ultertum. Römer", ou seja, soldados romanos. Num dos lados lê-se, da esquerda para a direita, krieger. feldherr; [liktor]: guerreiro, comandante e provavelmente um protetor dos magistrados. [soldados

romanos e legião]. No verso, com o título "Jahrhundert nor Christo. Gallier", ou seja, Gauleses. Surgem 3 figuras, da esquerda para a direita, com a legenda krieg, guerreiros.



Imagem parietal de trajes

ME/402321/392

Escola Secundária Nuno Álvares

Quadro parietal de dupla face, a cores, utilizado em contexto das práticas pedagógicas de História. Trata-se de uma representação de três soldados, em cada uma das faces, com o título "Türssenfriege", provavelmente guerreiros e dignatários turcos. Da esquerda para a direita, por debaixo de cada figura lê-se: Janitschar, sultan, bogenschüsse: janízaro, sultão e atirador de flechas. [soldados turcos e sultão]. No verso, apesar de não existir imagem disponível, com o título "Jähriger krieg" surgem 3 figuras, com respetivas inscrições por baixo: kürraffier, Friedrich der Grosse. Grenadier, ou seja, Frederico, o Grande e os seus soldados.



Imagem parietal de trajes

ME/402321/393

Escola Secundária Nuno Álvares

Quadro parietal de dupla face, a cores, utilizado em contexto das práticas pedagógicas de História. Trata-se de uma representação de três soldados, em cada uma das faces, com o título "Freiheitsfriege 1813-1815". Por debaixo de cada figura, da esquerda para a direita, lê-se: französische garde, preussische linien = infantarie, preussische landwehr, ou seja, guarda francês e soldado prussianos. No verso, com o título "Französische revolution", surgem 3 figuras relativas à revolução Francesa. Nas inscrições por baixo de cada figura pode-se ler: Sansculotte, Dssizier, Bürger, ou seja, os "sans-coulotte" ou camponeses e figuras ligadas provavelmente à burguesia.

09/02/2021

A Arte no Livro - marcas de posse. Super-libros (Parte 2)

«Marca de propriedade de um livro, como escudo, iniciais ou qualquer outro elemento ao mesmo tempo ornamental, que se estampa a seco ou com ouro na capa da encadernação, dela fazendo parte integrante, à diferença do ex-libris, que é colado.»

(Paulo Gaspar Ferreira, p. 154, 1997)

No seguimento do artigo anterior (“Super-libros; parte 1”), o presente texto desenvolve a origem, características e importância da marca de posse conhecida como “super-libros”, contextualizando o seu aparecimento em termos histórico-culturais e económicos e o seu progressivo declínio em transição para o congénere e sucedâneo “ex-libris”. Observa-se, igualmente, a importância fulcral desempenhada pela invenção da tipografia e consequente propagação do livro impresso. De facto, conforme se constata, o grande incremento da produção de livros, aliado a uma nobreza palaciana que passa a exibir a sua posição pelos cargos e erudição que adquire (e já não apenas pelos feitos de armas), concorrerá para o surgimento de muitas bibliotecas privadas.

«As coisas já estavam amadurecidas. Uma Europa de novo desperta estava a exigir livros e havia necessidade premente de um método de os reproduzir rapidamente e em abundância; os livros xilogravados já em circulação revelavam que podiam fabricar-se em quantidade por meio da imprensa; os carimbos de letras separadas usados pelos encadernadores sugeriram o melhor método – o mais flexível, prático e económico – de compor textos para a impressão. As artes e ofícios da época tinham pronto para utilização ou adaptação os materiais, processos e aparelhos necessários para porem em prática a técnica de imprimir.»

(Douglas C. McMurtrie, p. 157, 1997)

A vasta maioria das obras literárias irá passar pelo prelo. Se, financeiramente, se tornam um produto mais acessível, a sua aparência é menos luxuosa do que os ricos manuscritos iluminados da Idade Média. Era, sem dúvida, essencial qualquer forma de cobertura para a conservação de textos destinados à leitura. Daí que o bibliófilo-colecionador procure, por vezes, compensar esta uniformidade do corpo da obra, embelezando-a através do recurso a belas peles de encadernação, elegantes motivos e ornatos e ricos ferros de dourar que tornam cada edição um exemplar único e irrepetível. Conforme relata McMurtrie (designer gráfico e importante historiador do livro e da arte de impressão): «Durante este período (séc. XVI), o encadernador cosia muitas vezes o livro e metia-o numa capa de couro que era depois decorada por outro artista especializado em gravação a ouro. Os melhores douradores de couro (*doreurs sur cuir*) parisienses eram muito mais do que meros artífices. Trabalhavam relativamente com poucos e simples instrumentos, mas faziam com eles encadernações de notável cunho artístico pessoal, comparável em beleza requintada às encadernações alemãs de couro cinzelado.» (cfr. McMurtrie, p. 560, 1997)

Deste modo, o orgulho e notoriedade do adquirente e possuidor ganham definitiva consagração e tornam-se um legado inestimável para a geração vindoura, após a gravação (a seco ou a ouro) de um magnífico e prestigiante “super-libros.” Deste modo, também a arte da encadernação floresceu e ganhou amplo desenvolvimento em diversas regiões, criando estilos característicos de decoração de capas. Felizmente, para o estudo e conhecimento da história do livro, muitas encadernações chegaram até nós bem preservadas e encontram-se assinadas pelos artífices que as executaram.

«Certos exemplares de obras raras chegam a ter uma verdadeira personalidade. São alguém, são conhecidos dos bibliófilos, se não pessoalmente, pelo menos pela fama. Alguns têm uma verdadeira genealogia, sabe-se de onde vieram, por que mãos passaram e onde se encontram no momento. Os bibliófilos que o viram falam dele como se fosse uma pessoa, elogiam-no ou lhe apontam os defeitos, comparam-no com outros. São, geralmente, peças que pertenceram ao próprio autor ou fizeram parte da coleção de algum personagem. Esses exemplares

privilegiados, esses livros de sangue azul, enobrecem uma biblioteca. A procedência de um livro é, portanto, muito importante para o colecionador.»

(Borba de Moraes, p. 108, 2018)



Encadernação com super-libros armas do Reino Unido
 de Portugal, Brasil e Algarves.
 (Escudo sobre esfera armilar)
 (Coleção do autor)

O costume de revelar a propriedade marcando as capas dos livros com emblemas ou armas pessoais parece ter a sua origem mais remota na incorporação do desenho ou ilustração de armoriais na iluminação dos antigos manuscritos medievais. A ênfase na representação das armas pessoais de indivíduos foi estabelecida por altura do século XIV e aumentou consideravelmente no século seguinte. Com o surgimento da imprensa, o século XV passou por transformações que trouxeram como consequência uma maior liberdade de acesso à informação e pensamento. Desde a sua invenção, a imprensa alargou de forma considerável o público da cultura escrita. Tornou-se possível que oficiais subalternos (sargentos, notários, etc.) e figuras do baixo clero constituíssem eles próprios uma pequena biblioteca, ainda que reunindo uma dezena de exemplares. Entre os anos de 1480 e 1530, essas bibliotecas, multiplicaram-se em diversos países e regiões. Observou-se, igualmente, um

efetivo progresso cultural nos meios aristocráticos, com a constituição de belas e preciosas bibliotecas. A invenção da imprensa e outros desenvolvimentos tecnológicos permitiu aumentar a produção do número de livros e disponibilizá-los a um preço mais acessível. Esta situação fomentou o início e promoção da constituição de importantes bibliotecas particulares, principalmente literárias e vernáculas, sendo que alguns proprietários tomaram o hábito de colocar as suas armas e divisas, igualmente, nas encadernações dos seus livros.

«A incorporação das armas nacionais portuguesas nas portadas dos livros impressos em Portugal, desde os alvares da tipografia até aos fins do século XVI, é um facto absolutamente normal. No ponto de vista da Heráldica, dir-se-ia que os impressores assumiam papel semelhante ao dos *arautos* e dos *passavantes* colocados sob a autoridade do *rei-de-armas*. Humildes oficiais mecânicos, sem fumaças de brasonagem, os primeiros tipógrafos acolhiam-se ao mecenato da Casa Real ou das famílias abastadas, e eles próprios usavam a sua arte para homenagearem os seus patrocinadores, imprimindo em lugar de destaque os símbolos nacionais ou os brasões de famílias nobres. Sucedeu isso também na generalidade dos países europeus, e mais ainda naqueles em que a identidade nacional era mais viva.»

(Artur Anselmo, p. 444, 2014)



Encadernação com super-libros armas do Reino de Portugal.
(Armas sobre manto de arminho)
(Coleção do autor)

O século XVI é considerado por diversos autores como o século de ouro da tipografia. No perfil das obras quinhentistas ganham dianteira as de carácter religioso, um dos temas mais abordados e glosados nesta época, como o caso de hagiografias, obras de devoção e liturgia, manuais de ascética e relatos de missionação, mas também temas de carácter histórico como sejam as crónicas dos reis, os textos legislativos, as obras de poesia, as gramáticas, as ortografias, etc.

Os livros multiplicaram-se, tornaram-se menos imponentes, a reprodução textual tornou-se mais fiel, conduzindo à criação das então chamadas “livrarias” (sinónimo de “biblioteca”, entendido como coleção de livros), por parte de particulares amadores e não mais apenas circunscrito às casas reais, conventos e instituições de estudo e saber como o caso dos colégios e universidades.

O desejo de colecionar determinados livros por circunstâncias especiais ligadas à sua publicação, como a sua raridade, incentivou, também, o comércio de livros; sendo que, neste período, surgem, igualmente, novas técnicas e materiais de encadernação. Acontece que os livros nem sempre eram encadernados pelo editor, após a impressão estar finalizada. Muitas vezes eram expedidos em tonéis de uma cidade para outra, para serem encadernados ao gosto do próprio encadernador. Algumas encadernações passam a ser feitas em “ateliers” especializados, que trabalhavam por encomenda de mecenas, bibliófilos e colecionadores. Os livros tornaram-se personalizados, passando-se a exaltar o nome do proprietário, ou com um emblema ou divisa e motivos heráldicos no centro do livro, geralmente em forma de emblema ou medalhão e alusivos ao proprietário ou à entidade que os detinha.



Encadernação com super-libros armas do Reino de Portugal.
 (Armas reais sobre panóplia de estandartes)
 (Coleção do autor)

«Nos casos simples, uma encadernação armoriada, uma assinatura, um ex-libris, uma anotação feita por um livreiro ou leiloeiro, indicando de quem o adquiriu e em que catálogo está descrito, servem para autenticar a origem. Em outros casos o tipo da encadernação, igual ao que usava sabidamente um colecionador, certas marcas manuscritas que serviam para localizar livros, certas particularidades semelhantes às encontradas em outras obras, cujo dono é conhecido, são elementos que servem para se identificar uma peça como tendo pertencido a uma determinada coleção.»

(Borba de Moraes, p. 108, 2018)

No caso paradigmático de Inglaterra (que, a par da França, no continente, produziu ricas e belas encadernações armoriadas), ilustres intelectuais e políticos do período isabelino (segunda metade do séc. XVI) que foram colecionadores de livros – Robert Dudley, Conde de Leicester; Lord Burghley; Thomas Wotton; Francis Bacon – bem como eclesiásticos que se distinguiram neste período de fortes conflitos religiosos, não dispensavam o seu cunho pessoal, nas respetivas encadernações. A presença de obras de armaria

(ciência heráldica) tornou-se, igualmente, indispensável em qualquer biblioteca pública ou privada. A heráldica surgia como uma parte integrante e necessária da cultura de qualquer indivíduo que pretendesse ser considerado como detentor de uma cultura aceitável. O saber heráldico, vertido em manuais de heráldica, tratados de armaria e armoriais, entrou por inteiro na sociedade. Enquanto código visual e comunicacional, o cerne da heráldica repousa no conhecimento, leitura e interpretação das armas.

«Ao longo dos séculos XVII e XVIII, as encadernações comuns continuam a ser recobertas de vitela, sem outra decoração nas capas que não seja uma cercadura de filetes dourados; para as encadernações mais cuidadas, utiliza-se correntemente o marroquim; quando os livros pertencem a um grande senhor ou a um colecionador, este muitas vezes manda gravar as suas armas no centro da capa. Alguns bibliófilos, contudo, no século XVII continuam a mandar executar encadernações decoradas com ferros pequenos, sobrecarregadas de ouro; e, quando a biblioteca se desenvolve, no século XVIII, a encadernação de luxo conhece, em França, um novo surto.»

(Lucien Febvre; Henri-Jean Martin, p. 150, 2000)

Reportando, ainda, ao caso inglês, durante os séculos XVII e XVIII o uso de peles coloridas e de sofisticados adornos e motivos ornamentais nas encadernações, veio a deixar pouco espaço para a aposição de grandes timbres ornamentais; ainda que possamos encontrar alguns belos exemplares. Como consequência, as armas heráldicas reduzem de tamanho e deixam de exibir a exuberância da era Tudor. Com o advento da Restauração surge a tendência para usar apenas um simples monograma ou cifra coroadada, cercada por coroa de louros, representando o mérito e a glória de quem a ostenta.

O Aparecimento do Ex-libris

É difícil determinar com precisão o aparecimento do ex-libris, embora a necessidade de marcar o livro com um sinal de pertença pareça ser tão antiga quanto o próprio. De qualquer modo, o emprego e o uso do ex-libris como hoje o conhecemos, parece datar do Renascimento, com a difusão do livro tipográfico. O final do século XVIII, porém, conforme referido, assistirá ao declínio da exibição heráldica e de alguns traços característicos da cultura medieval. O brasão de armas continuou a representar um símbolo de status, que não desaparece, mas a marca exterior nos livros (Super-libros; “ex-libris encadernado”, espécie de “ex-libris fixo”) é gradualmente substituída pela marca de posse dentro do livro (“ex-libris móvel”) – através do simples uso de uma vinheta aplicada, colada dentro do volume –, vindo a dar-se um progressivo declínio da imagem exterior armoriada.

Termo originário do latim, “ex-libris” significa “da biblioteca de”, “fazendo parte dos livros de” e é uma marca de posse carregada no interior de uma obra (autocolante colado, gravado ou impresso), no verso da capa ou na guarda dos livros. Exibe, normalmente, o nome da pessoa ou da entidade a quem a obra pertence, por vezes acompanhado por um lema, as suas armas ou um desenho alegórico e, geralmente, legendas ou ditos sentenciosos. Contudo, desde a Idade Média, os grandes nobres mandavam pintar o seu brasão de armas nos manuscritos que encomendavam, surgindo as armas do proprietário iluminadas quer no início do volume, quer inseridas nas iniciais, quer junto do colofão. O ex-libris sempre manteve, aliás, um carácter heráldico, não raro ostentando emblemas, monogramas, divisas, quer de indivíduos, famílias, quer de instituições, cidades ou corporações.

Para os bibliotecários, principalmente os responsáveis de património, estas marcas de posse (a que também chamam “marcas de proveniência”) são de extrema importância, pois permitem identificar o anterior e os sucessivos titulares de uma obra, o doador ou patrocinador, estimar a importância daquela e traçar o percurso percorrido no espaço geográfico e no tempo.

BIBLIOGRAFIA e WEBGRAFIA:

ANSELMO, Artur (2014). *Armas nacionais portuguesas como marcas tipográficas*. In «Cultura revista de História e Teoria das Ideias», Vol. 33. [em linha]. [Consult. 22 de julho de 2021]. Disponível: <https://journals.openedition.org/cultura/2409?lang=en>

CASTRO E SOLLA, Conde de (1915). *Super-libros ornamentaes: reproduções e notas descritivas*. [em linha]. [Consult. 12 de agosto de 2021]. Lisboa: Typographia editora J. Bastos

FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean (2000). *O Aparecimento do Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FERREIRA, Paulo Gaspar (1997). *Dicionário Técnico de Termos Alfarrabísticos*. Porto: In-Libris.

GUIGARD, Joannis (1872). *Armorial du bibliophile*. [em linha]. [Consult. 16 de agosto de 2021]. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k77491b/f14.item#>

IEFP (s.d.) *Manual de Encadernação – manual do formador*. [em linha]. [Consult. 03 de agosto de 2021]. Disponível: file:///C:/Users/jose.goncalves/Desktop/encadernacao_manual-formador.pdf

McMURTRIE, Douglas C. (1997). *O Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MORAES, Rubens Borba de (2018). *O Bibliófilo Aprendiz*. [em linha]. [Consult. 26 de julho de 2021]. Disponível: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/publica%C3%A7%C3%B5es-bbm/o-bibliofilo-aprendiz/>

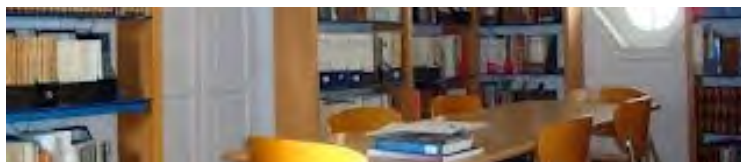
PERICÃO, Maria da Graça (2016). *Livros quinhentistas da coleção Visconde da Trindade*. [em linha]. Coimbra: Imprensa da Universidade. [Consult. 12 de agosto de 2021]. Disponível: <https://www.google.com/search?q=%22manuscritos+e+livros+valiosos%22+alberto+navarro&oq=%22manuscritos+e+livros+valiosos%22+alberto+navarro&aqs=chrome.69i57.19310j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

VICTORIA AND ALBERT MUSEUM (2016). *National Art Library of armorial bindings*. [em linha]. [Consult. 29 de julho de 2021]. Disponível: <http://www.vam.ac.uk/content/articles/n/national-art-library-collection-of-armorial-bindings/>

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. *Supralibros*. [em linha]. [Consult. 09 de agosto de 2021]. Disponível: <https://es.wikipedia.org/wiki/Supralibros>

2021/09/06

Biblioteca de Conservação e Museus



A Biblioteca de Conservação e Restauro teve origem no legado dos restauradores Fernando Mardel e Abel de Moura, nos anos 30 a 60 do século XX. Fernando Mardel (1884-1960) foi pintor e conservador, discípulo do Mestre Luciano Freire. Os seus trabalhos de maior destaque foram o restauro dos Painéis de S. Vicente, os painéis do retábulo da Catedral da Sé de Évora e os painéis da Ilha da Madeira. Deixou ao cuidado do Museu das Janelas Verdes parte do seu espólio pessoal, obras de arte e móveis.

Abel de Moura (1911-2003) foi conservador e pintor, tendo realizado o seu estágio no Museu Nacional de Arte Antiga. Procurou estudar e aperfeiçoar novas técnicas de restauro de pintura através de métodos científicos.



Em 1967, após a constituição do Instituto de José de Figueiredo (IJF), é oficialmente criada a Biblioteca e o Gabinete de Documentação e Consulta, que

incluía várias áreas: investigação laboratorial e conservação e restauro de Pintura, Pintura Mural, Escultura, Têxteis, Documentos Gráficos/Papel, Mobiliário, Talha e Ourivesaria/Metal.

É uma biblioteca vocacionada para os técnicos de laboratório e de conservação, conservadores-restauradores, ou professores e alunos das diferentes disciplinas da conservação restauro do património móvel e integrado.

No século XXI, a Biblioteca é enriquecida com o acervo do Centro de Documentação da Rede Portuguesa de Museus, alargando as suas áreas de especialidade à museologia e museografia. O seu acervo inclui cerca de 8.000 monografias e 200 títulos de publicações periódicas.

2021/09/09

Exposição Virtual: "A Índia em diapositivos"

A Índia é um país da Ásia Meridional, delimitado pelo Oceano Índico, mar da Arábia e golfo de Bengala. Faz fronteira com o Paquistão, a China, o Nepal, o Butão, o Bangladesh e Mianmar. A sua riqueza cultural é admirável, sendo o berço da civilização do Vale do Indo, com uma multiplicidade de religiões como o hinduísmo, o budismo, o siquismo, entre outras. Colónia britânica desde meados do século XIX, a Índia tornou-se uma nação independente em 1947, sendo atualmente uma república. Apesar das reformas económicas que fazem do país a sétima maior economia mundial em Produto Interno Bruto, a pobreza, o analfabetismo, a discriminação de género, a desnutrição e um fraco sistema de saúde ainda são uma realidade que não se pode ignorar. O facto de ser o segundo país mais populoso do mundo cria igualmente inúmeros problemas relacionados com a sobrevivência, propagação de doenças e falta de alimentos. Ao nível social, a Índia mantém uma hierarquia com um sistema de castas bastante restritivo. A cultura indiana, marcada pelo pluralismo, integra as tradições ancestrais e novos costumes vindos das regiões mais próximas. Nesta exposição são mostradas imagens relacionadas com hábitos e tradições arraigados na sociedade indiana: a partilha do pão *whalla* pelos trabalhadores e os festivais religiosos; os animais “sagrados” que circulam livremente; os afazeres diários como a ida à fonte para a recolha de água potável; e ainda duas jovens *parsi*, um grupo étnico-religioso praticantes do zoroastrismo, envergando trajes tradicionais.



Diapositivo
ME/402436/2275

Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia ou História. Trata-se de uma imagem onde podemos observar três homens com um cesto de pão "wallah", na Índia. O diapositivo pertence a uma coleção que se encontra na Caixa VII - Secção 2, N.º 6266.



Diapositivo
ME/402436/2262

Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia ou História. Trata-se de uma imagem onde podemos observar um festival hindu, no Sul da Índia. O diapositivo pertence a uma coleção que se encontra na Caixa VII - Secção 2, N.º 12510.



Diapositivo
ME/402436/2245
Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia. Trata-se de uma imagem onde podemos observar uma manada de búfalos no rio, em Deli, na Índia. O diapositivo pertence a uma coleção que se encontra na Caixa VII - Secção 1, N.º 12547.



Diapositivo
ME/402436/2222
Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de História ou Geografia. Trata-se de uma imagem de macacos "sagrados", perto do templo de Galta, em Jaipur, na Índia. O diapositivo pertence a uma coleção que se encontra na Caixa VII - Secção 1, N.º 12540.



Diapositivo
ME/402436/2222
Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de História ou Geografia. Trata-se de uma imagem onde podemos observar a população local de Trichinopoly, na Índia, nos seus afazeres diários: a deslocação à fonte. O diapositivo pertence a uma coleção que se encontra na Caixa VII - Secção 1, N.º 12525.



Diapositivo
ME/402436/1921
Escola Secundária de Passos Manuel

Diapositivo utilizado como material didático nas aulas de Geografia ou História. Trata-se de uma imagem de duas jovens pársi, na Índia, vestidas com os trajes tradicionais. O diapositivo pertence a uma coleção que se encontra na Caixa II - Secção 2, N.º 6947.

2021/09/13

Biblioteca de Património



A Biblioteca de Património teve origem nos acervos de outras instituições que antecederam a DGPC, da Inspeção-Geral de Bibliotecas e Arquivos Públicos, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, Serviço de Bibliotecas e Arquivos, Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e da Direção-Geral do Património Cultural. Atualmente situa-se na Ala Norte do 2.º andar do Palácio da Ajuda.

A Inspeção-Geral de Bibliotecas e Arquivos Públicos foi criada em 1871 para administrar e fiscalizar as bibliotecas e os arquivos do estado e das instituições dele dependentes. Durante a Primeira República vai existir um enorme incremento de bibliotecas e arquivos, com um programa bem delineado.

Posteriormente, durante o período do Estado Novo, a instituição assumiu uma função conservadora e de limitação da liberdade de expressão e acesso à cultura. A reforma implementada em 1965 acabou com o seu dinamismo e conduziu à sua extinção. Os seus estatutos e forma de atuação mantiveram-se até meados dos anos 80, quando estes organismos passaram para a tutela da Secretaria de Estado da Cultura.



A Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes foi criada em 1930, dependente do Ministério da Instrução Pública. O seu objetivo era a coordenação das universidades e do ensino, academias, sociedades científicas e literárias, escolas de belas artes e conservatórios, bem como museus, monumentos nacionais, teatros, bibliotecas e arquivos. Procediam igualmente à apreciação de trabalhos artísticos e na área da propriedade literária e artística.

Do acervo da Biblioteca do Património fazem parte monografias e publicações periódicas sobre a temática da arquitetura, urbanismo, património e história. Os fundos de menor dimensão dizem respeito às ciências sociais, heráldica, arqueologia, etc. Conta com cerca de 15.000 documentos.

2021/09/16

Peça do mês de setembro



Ampola de Raios X

Instrumento utilizado em contexto das práticas pedagógicas de Física. Trata-se de uma ampola de raios X, um dispositivo eletrónico cuja função é a produção de um feixe de eletrões acelerados (Raio-X). É composta por um invólucro de alto vácuo em que, num extremo, existe um cátodo que, ao ser aquecido por uma corrente elétrica de grande magnitude, passa por um filamento, emitindo assim o feixe eletrónico posteriormente dirigido por bobinas deflectoras e acelerado contra um anteparo (Placa ou Ânodo) por bobinas aceleradoras semelhante à um tubo de raios catódicos. Basicamente a ampola de raios-x é uma válvula termiônica que, uma vez incandescente, gera um alto fluxo de eletrões. Estes, após acelerados atingem o ânodo ou placa. A placa da ampola tem um formato oco e é confeccionada em tungsténio, ou grafite. Ao ser atingida pelo feixe eletrónico, aquece praticamente à temperatura de fusão do tungsténio, necessitando de ser refrigerada com um óleo especial que circula por si e é levado para um trocador de calor. O gradiente térmico ocorre pelo fato dos eletrões acelerados ganharem energia no processo de aceleração e

desaceleração repentina, que no momento da frenagem, emitem parte da energia adquirida em forma de um pulso de radiação eletromagnética chamada de efeito Bremsstrahlung (radiação de freio). A energia emitida gera diferentes níveis energéticos de emissão. Isto ocorre devido à angulação da trajetória dos elétrons do feixe eletrónico ser diversa, e estes perdem a sua energia em níveis diferentes ocasionados por choques energeticamente diferentes, ampliando assim a largura de faixa de emissão do espectro eletromagnético em comprimentos de ondas diversos. Desta forma, as frequências emitidas contêm no seu espectro o comprimento de onda dos raios-X.

Esta inventariado com o número ME/401109/176 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Camões.

2021/09/20

Biblioteca da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves



A Biblioteca da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves (CMAG) abriu ao público em 1980, após ter sido legada ao Estado Português 15 anos antes por vontade do seu proprietário. Também designada Casa Malhoa, localiza-se em Lisboa na freguesia de S. Sebastião da Pedreira.

O edifício foi projetado pelo arquiteto Norte Júnior e construído por Frederico Ribeiro, entre 1904-1905 com a finalidade de se tornar o atelier do pintor José Malhoa. Devido à sua extraordinária beleza arquitetural recebeu o Prémio Valmor em 1905.

É um edifício de gaveto com dois pisos, isolado e com uma planta irregular, incluindo jardins à sua volta. Apesar disso, enquadrava-se de forma harmoniosa no tecido urbano envolvente. A fachada, de inspiração neorromânica, é constituída por três corpos distintos, destacando-se uma janela enorme que correspondia à área do atelier. A decoração exterior tem um predomínio do azul e branco, com azulejos, registos figurativos e florais e a utilização do ferro forjado, típico da Arte Nova. À esquerda tem um alpendre sobre uma escada que

dá acesso ao edifício. O lado direito engloba a sala de jantar, onde se encontra um vitral de origem francesa.



Após a edificação da Casa, José Malhoa esteve ausente durante vários meses, viajando pela Europa para a promoção das suas obras. Com a morte do irmão em 1917 e da mulher, em 1919, José Malhoa vende a casa, mudando o atelier para a Rua do Rosário. O edifício foi adquirido por Dionísio Vasques e mais tarde, em 1932, por Anastácio Gonçalves, médico oftalmologista que aí residiu até 1965, data da sua morte. O médico era um colecionador de arte e utilizou a casa quer como residência quer como arquivo da sua coleção.

Em 1980 o edifício abre ao público como museu e teve algumas alterações estruturais em 1996 sob a responsabilidade de Frederico e Pedro George.

Quanto às coleções que alberga, podem destacar-se as obras de Tomás da Anunciação, Vieira Portuense, Miguel Ângelo Lupo, Alfredo Keil, José Rodrigues, Marques de Oliveira, Silva Porto, José Malhoa, Domingos Sequeira e Columbano. Inclui ainda porcelanas, mobiliário, ourivesaria, escultura, têxteis, medalhística, entre outros.

No que respeita à biblioteca podem referir-se dois fundos, um público e outro particular. As obras, monografias, periódicos e catálogos, estão relacionadas com pintura, história e história da arte, cerâmica, artes decorativas, mobiliário,

escultura, desenho, gravura, aquarela, pastel, ourivesaria, em consonância com o espólio museológico.

2021/09/23

Biblioteca do Convento de Cristo, Tomar



O Convento de Cristo em Tomar é um dos mais importantes conjuntos monumentais em Portugal, Património Mundial classificado pela UNESCO desde 1983.

O seu núcleo documental foi iniciado em 1985 com obras ligadas ao estudo de temáticas relacionadas com o Convento. Inclui cerca de 1.200 obras, entre monografias, publicações periódicas e teses nas áreas da Arquitetura, História, Filosofia, Conservação e Restauro, Património, entre outras.



Será importante referir que durante os séculos XIX e XX o Convento passou por momentos extremamente conturbados que condicionaram o estado do seu acervo original. A ocupação francesa em 1811 e a extinção das ordens religiosas em 1834 levou a que o seu interior recheio fosse roubado, tendo-se perdido inúmeras peças de arte e livros.

Adquirido por vários particulares, só em 1939 a propriedade passará novamente para as mãos do Estado que o transforma num espaço histórico e cultural.

2021/09/27

Biblioteca do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça



O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça faz parte do património mundial classificado pela UNESCO desde 1989 e foi a primeira fundação cisterciense em Portugal, iniciando o estilo gótico.

Foi fundado por D. Afonso Henriques em 1153 e concedido à Ordem de Cister, numa clara tentativa de reconhecimento da independência de Portugal, através da influente figura de Bernardo de Claraval.

Durante vários séculos, o Mosteiro foi sendo alterado, ampliado e modificado. Pode salientar-se a construção de uma Livraria durante o reinado de D. Manuel I. Esta instituição era detentora de uma das bibliotecas mais importantes do país. O terramoto de 1755 e as invasões francesas, a par da extinção das Ordens Religiosas tiveram um impacto extremamente negativo no acervo existente e na conservação das obras aqui produzidas.

O que resta da biblioteca encontra-se no Fundo Alcobacense da Biblioteca Nacional. Trata-se de uma coleção constituída por 461 códices, integrados após a extinção das Ordens Religiosas. Estão datados entre os séculos XII e XVIII.



Existem dois catálogos deste fundo da autoria de Arnaldo Faria de Ataíde e Melo elaborado entre 1930 e 1978, e de Thomas L. Amos, efetuado entre 1988 e 1990

Durante o reinado de D. Manuel I, o mosteiro tinha na sua posse cerca de 500 obras, sendo a sua biblioteca frequentada por homens de letras. O primeiro inventário do mosteiro foi feito em 1775, tendo sido enumerados 476 exemplares. A prática de empréstimo de livros a variados mosteiros nacionais e estrangeiros terá certamente contribuído para a perda de alguns originais.

De acordo com a informação da Direção-Geral do Património Cultural, o núcleo bibliográfico do mosteiro encontra-se disponível apenas para consulta interna. A DGPC tem como objetivo a criação de um núcleo dedicado aos estudos cistercienses para disponibilização ao público.

2021/09/30

Exposição Virtual: "Artesanato de Castelo Branco"

Castelo Branco é um distrito português pertencente à província da Beira Baixa, tendo como zonas adjacentes a Guarda, Espanha, Portalegre, Santarém, Leiria e Coimbra. Ao nível do artesanato, esta cidade é conhecida pela beleza e originalidade dos seus bordados, o Bordado de Castelo Branco ou Bordado a Frouxo. Este tipo de trabalho desenvolveu-se nesta zona pois tinha uma cultura tradicional do linho e da criação do bicho-da-seda. Pensa-se que o período áureo desta arte tenha sido o século XVIII, tendo ressurgido posteriormente no primeiro quartel do século XX, pela mão de Maria da Piedade Mendes.

O bordado é utilizado em colchas de linho, panos ou vestuário, sobre linho cru. Recriam-se, assim, os antigos motivos singulares e diversificados da flora e fauna: o cravo (símbolo da virilidade); a peónia, o lótus, o crisântemo e o botão da ameixieira (associados às estações do ano); a tulipa (símbolo de riqueza e ostentação); a árvore da vida, ladeada por um homem e uma mulher ou com pássaros e frutos diversos (simboliza a renovação da vida); a albarrada, ou vaso com duas asas, muitas vezes com um ramo de flores (símbolo da fertilidade); frutos, como a romã (vida abundante); a ave de duas cabeças, de influência indo-portuguesa (simboliza a autoridade, a soberania e a ressurreição); figuras humanas; o coração, motivo favorito que se associa ao amor, à amizade, à retidão; a concha ou o laço.

Todos estes motivos têm uma intensidade de cores e luz, dada pelos fios de seda, que tornam dotam este bordado de uma estática visual muito própria. Estes bordados são aplicados aos trajes tradicionais da Beira Baixa, nomeadamente nas camisas de linho, nas saias, lenços, entre outros.



Bordado
ME/400361/72
 Escola Secundária de Monserrate

Peça quadrangular com bordado de Viana do Castelo a fios de cor vermelha, azul e branco. Bordado com inspiração nos motivos característicos do traje tradicional, designadamente as flores e os corações executado com os pontos pé de flor, crivo, ilhoses, lançado e de formiga. Trabalho individual realizado pela aluna Cristina L. Fontes, n.º 1, turma 22 do 3.º ano, em G. no âmbito da disciplina de Oficinas do Curso de Formação Feminina.



Figura humana
ME/400361/109
 Escola Secundária de Monserrate

Boneca articulada, executada em madeira, assente numa base circular. A boneca enverga o tradicional traje de Viana do Castelo, com blusa de linho branco bordada na gola, punhos e abertura da frente com ponto de recorte e colete vermelho, com recorte pronunciado que aperta na frente com fita preta. Na cinta bastante delgada, cinto de veludo preto com fitas de algodão. A saia bastante rodada é branca, de linho grosso, tecida com riscas verticais, pretas e aplicação, no fundo de uma barra com outro tecido com motivo de quadriculado, cinzento e branco. Enverga ainda o vistoso e característico avental, vermelho com diferentes riscas verticais pretas e aplicação a meia altura, de berloques vermelhos e pretos. As suas feições são bastante marcadas e, na mão esquerda segura cajado. Trabalho de âmbito interdisciplinar, sendo a boneca realizada sob a orientação do entalhador Mestre Manuel Xavier Carvalho e o traje sob a orientação da Mestre Laura Serra Marinho. Segundo informação da Mestre Laura Serra Marinho, este trabalho foi realizado para uma exposição que se realizou em Lisboa, no início da década de 60, com uma seleção de trabalhos dos alunos do ensino técnico.



Bordado
ME/400361/125
 Escola Secundária de Monserrate

Painel quadrangular de linho de cor pérola rosado, com bordado policromático de Castelo Branco. A decoração que preenche toda a peça é composta por diversos motivos florais e ao centro duas aves com um brasão. O bordado de rigorosa execução é executado com pontos lançados fixos por outros pequenos pontos que permitem diferentes efeitos decorativos, ponto de espinha, pé de flor e cordãozinho. O painel bordado está emoldurado em caixilho simples, de madeira. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Oficinas do Curso de Formação Feminina.



Bolsa
ME/400361/61
 Escola Secundária de Monserrate

Bolsa de linho com bordado de Viana do Castelo de fio de algodão bege dourado em dois tons e franja. Bordado inspirado nos motivos característicos dos trajes das lavadeiras - coração, flor, folhas, enrolamentos em cornucópia e pauzinhos. Ponto de pé de flor, lançado ou cheio, crivo de Viana no centro da flor e do coração e ponto de formiga. Esta peça faz conjunto com as peças com número de inventário ME/ 400361/60 - saia e ME/400361/62 - socas. Trabalho coletivo de rigorosa execução realizado no âmbito da disciplina de Oficinas do Curso Formação Feminina sob a orientação da Mestre Laura Serra Marinho.



Saia
ME/400361/63
 Escola Secundária de Monserrate

Saia de traje tradicional de Viana do Castelo. Saia de linho grosso / estopa com bordado de Viana do Castelo de fio de algodão amarelo, azul e salmão. Bordado da barra inferior inspirado nos motivos característicos dos trajes das lavadeiras - corações e cruzes. Próximo do cós, bordado de quatro linhas paralelas policromas, de cores e pontos diferentes - ponto de galo, ponto de espinha, ponto de recorte e ponto de formiga, de motivos geométricos. Na barra da saia, decoração de motivos curvilíneos de onde pendem pontualmente círculos com

cruz no interior e motivos de coração vianense, bordados com pontos de pé de flor, lançado ou cheio, ponto de espinha, de recorte, de galo e ponto de formiga. Trabalho coletivo de rigorosa execução realizado no âmbito da Disciplina de Oficinas do Curso Formação Feminina.



Bordado
ME/400361/107
 Escola Secundária de Monserrate

Colete feminino, de traje tradicional de lavradeira, com bordado característico de Viana do Castelo, com fios de lã policromos, lantejoulas e cordãozinho de fio metálico. Colete, bastante justo, que prende na frente com laço. Este pende da fita de debrum esverdeada que contorna a gola e os ombros / mangas. O colete é executado em tecido liso de cor azulão e barra inferior de veludo liso, preto. Na frente é liso e nas costas profusamente bordado. A decoração de cariz floral, lembra os bordados dos trajes de Viana do Castelo, executada a fios de lã de tons esbatidos verde, azul, amarelo e rosa. Aplicação de lantejoulas e cordãozinho a contornar alguns motivos. Pontos lançado, de formiga e de espinha. Trabalho provavelmente coletivo realizado no âmbito da disciplina de Oficinas do Curso de Formação Feminina.

2021/10/04

Biblioteca do Mosteiro da Batalha



O Mosteiro da Batalha ou Mosteiro de Santa Maria é uma das mais belas obras arquitetónicas portuguesa e mundial classificado Património Mundial pela UNESCO desde 1983.

A sua construção está ligada a uma promessa feita por D. João I, agradecendo a vitória obtida em Aljubarrota em 1385, garantindo a independência de Portugal. Durante 150 anos efetuaram-se obras de construção, com diferentes propostas artísticas. O projeto inicial foi sendo transformado e acrescentado com múltiplas dependências e anexos.

O mosteiro foi doado à Ordem de S. Domingos por D. João I e permaneceu na sua posse até 1834, data da extinção das Ordens Religiosas. Posteriormente foi incorporado pelo Estado, encontrando-se atualmente na dependência da Direção-Geral do Património Cultural.



Em 2009, foi disponibilizado ao público um Centro de Informação e Documentação constituído pela Biblioteca e Arquivo Histórico. Situa-se no piso superior da ala nascente do Claustro de D. Afonso V.

As obras existentes têm uma temática relacionada com o monumento e a sua história, assim como conservação e restauro, museologia, património, entre outros. A [lista de publicações](#) encontra-se on-line.

Quanto ao acervo, existem dois fundos bibliográficos (um público e um particular) com um total de 2700 obras: monografias, publicações periódicas, fontes arquivísticas impressas, entre outros.

Tendo em conta a importância do Mosteiro da Batalha na história e património português, são múltiplos os estudos sobre o mesmo (monografias, catálogos, etc.), bem como a compilação de fontes históricas e científicas. Desta forma, foi elaborada uma compilação de bibliografia especializada que se encontra disponível para [consulta](#).

2021/10/07

Biblioteca do Museu Monográfico de Conimbriga



A Biblioteca do Museu Monográfico de Conimbriga foi criada em 1962, com a abertura ao público do respetivo Museu, cuja missão é tutelar as ruínas da cidade, promover a sua exposição ao público e prosseguir a investigação arqueológica.

Conimbriga está localizada em Condeixa-a-Velha, a 17 quilómetros de Coimbra e inclui o Museu, onde se encontra um acervo composto pelos materiais arqueológicos recolhidos.

Esta povoação estabeleceu-se durante a Idade do Cobre, mas obteve notoriedade com a presença romana, tendo sido habitada até cerca do século IX. Trata-se de um Monumento Nacional e é um dos mais extensos sítios arqueológicos em Portugal, conhecido desde o século XVI.

Em 1873 o Instituto de Coimbra criou uma secção e um Museu de Arqueologia, iniciando os trabalhos de estudo: a planta do *oppidum* e os primeiros levantamentos de mosaicos. Em 1929 são levadas a cabo as primeiras escavações. Durante os anos 40 e 50 foram realizados vários trabalhos de manutenção e reconstituição.



Toda esta área “evoca o Fórum monumental, a riqueza das *domus*, a pujança do seu comércio, a religião e credences da população romanizada e a presença suevo-visigótica. Destacam-se os mosaicos preservados in situ e a Casa dos Repuxos que possui uma área pavimentada de mosaico, importantes vestígios de pintura mural e um peristilo central ajardinado com um lago e jogos de água.” (in <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-monografico-de-conimbriga/>)

O acervo bibliográfico é constituído por obras no domínio do estudo e classificação de materiais romanos, mosaicos, conservação, restauro e gestão do património. Dele fazem parte as importantes doações provindas das bibliotecas pessoais do Prof. Robert Étienne e do Dr. Bairrão Oleiro.

A biblioteca foi crescendo e evoluindo devido ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra através da edição da revista *Conimbriga* e da política de intercâmbio de revistas.

2021/10/11

Agrupamento de Escolas "A Lã e a Neve" - Covilhã



O Agrupamento adotou o topónimo do romance de Ferreira de Castro que, na década de quarenta, no pós-guerra, sabiamente immortalizou, nas páginas brilhantes com o mesmo título, a dicotomia entre a subsistência pastoril e o sonho de melhores vidas na cidade industrial, a Covilhã, em franco desenvolvimento.

Sábia decisão, já que os alunos do Agrupamento de Escolas “A Lã e a Neve” são, em larga medida, os herdeiros dos avós que aqui alimentaram esperanças, aqui lutaram pela sua concretização, aqui as viram desvanecer e por aqui foram semeando gentes e modos de vida que justificam a existência de escola nesta falda da Serra da Estrela.

É assim que este Agrupamento tem, ao longo do seu ainda curto historial, tentado responder às exigências do meio em que se insere e às características socioculturais que a história e os seus intérpretes vêm urdindo e tecendo.

Com todos os ciclos de ensino, à exceção do ensino secundário, o agrupamento integra cerca de seiscentos alunos do pré-escolar ao 3.º ciclo do ensino básico, distribuídos por seis estabelecimentos de ensino.

Assim sendo, dois estabelecimentos do pré-escolar, três do 1.º ciclo e a Escola Básica de São Domingos (EBSD) com 1.º, 2.º e 3.º Ciclos. A área geográfica de implantação abrange duas freguesias: União de Freguesias de Covilhã e Canhoso e a União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho.

O Agrupamento de Escolas “A Lã e a Neve”, engloba:

1. Escola Básica de São Domingos (escola sede);
2. Jardim de Infância de Cantar Galo;
3. Escola Básica do Canhoso;
4. Jardim de Infância do Canhoso;
5. Escola Básica /Jardim Infância de Vila do Carvalho;
6. Escola Básica /Jardim de Infância dos Penedos Altos.

1. Escola Básica de São Domingos



Com existência legal desde 1995, a Escola Básica de S. Domingos (EBSD) entrou em funcionamento em janeiro de 1997. As suas instalações, no bairro que lhe dá o nome, são funcionais e estão bem conservadas. Situada na União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho

Esta zona caracteriza-se como dormitório da cidade da Covilhã, predominando os movimentos pendulares entre o trabalho no centro da cidade e parques industriais e o regresso a casa, conheceu, num passado recente, um surto considerável de desenvolvimento urbanístico, neste momento estagnado, já que as condições geográficas da Serra da Estrela levam a população a preferir o sopé da montanha, zona de crescimento da cidade da Covilhã.

Os transportes escolares satisfazem as exigências e adaptam-se anualmente aos horários escolares adotados. Contudo, a rede viária que liga a escola sede do agrupamento com as freguesias de influência constitui um dos entraves à concretização deste anseio.

A EBSD é a escola sede do Agrupamento de Escolas *A Lã e a Neve*. É frequentada por alunos dos três níveis do ensino básico. A construção de uma escola básica nesta zona periférica da cidade, cedo foi entendida pela população como uma mais-valia para o futuro das suas crianças e jovens, sendo, por isso, acarinhada e apoiada.

2. Escola Básica do Canhoso



A escola está instalada num edifício tipo Plano dos Centenários, de três salas de aula, albergando anualmente as três turmas constituídas.

Desde há muito que os encarregados de educação se organizaram para suprir as dificuldades de acompanhamento dos filhos, criando e dinamizando um ATL (atividades de ocupação de tempos livres) que funciona fora da escola e que garante o prolongamento de horário e atividades nos períodos de interrupção letiva. Os almoços são servidos nas instalações do ATL

3. Escola Básica dos Penedos Altos



Os edifícios escolares da Escola Básica dos Penedos Altos, nomeadamente, a EB do Plano dos Centenários de oito salas e cantina escolar com duas salas, ficam instalados no bairro dos Penedos Altos, a pouco mais de 2 Km do centro da cidade - bairro típico da Covilhã, cuja construção foi retratada na obra “A Lã e a Neve”.

A autarquia e a Associação de Pais e Encarregados de Educação, recentemente, realizaram alguns melhoramentos na sala reservada às AAAF (Atividades de Animação e de Apoio à Família), tornando este espaço mais adequado e funcional, e nos espaços exteriores.

Existem neste bairro três associações culturais e desportivas que cooperam com a escola, cedendo, entre outras colaborações, os espaços das suas sedes para atividades que exijam espaços para maiores grupos. É o caso do Académico dos Penedos Altos, da Liga dos Amigos dos Penedos Altos e do Clube Desportivo da Covilhã.

4. Escola Básica de Vila do Carvalho



A Vila do Carvalho, historicamente é o polo populacional mais antigo do Agrupamento. Dela se autonomizaram, primeiro, Cantar Galo (em 1989) e, posteriormente, o Canhoso (em 1997). Outrora um considerável centro fabril, com várias unidades de lanifícios em laboração, foi-se progressivamente transformando em dormitório da cidade, dependente da indústria tradicional, com as vantagens e desvantagens das periferias urbanas.

Atualmente, em 2020, a escola é formada apenas uma única turma com os quatro anos de escolaridade. O Jardim de Infância da localidade, com um grupo de crianças dos três aos cinco anos, ocupa as duas salas da antiga Cantina Escolar.

As instalações destes dois estabelecimentos de ensino encontram-se recuperadas e funcionais, dentro das possibilidades arquitetónicas que edifícios desta tipologia permitem. Possuem uma Biblioteca Escolar (BE), integrada na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), bastante bem equipada em termos de mobiliário e de fundo documental, tendo em vista o nível etário das crianças a que se destina.

Existe também uma sala museu, que se deve a um grupo de professores, que ali trabalhou, aguardando instalação noutra espaço da localidade, a definir pela

autarquia. O Centro Social de Nossa Senhora da Conceição serve diariamente os almoços às crianças que necessitam desta valência de apoio

5. Jardim de Infância de Cantar-Galo



O Jardim de Infância de Cantar-Galo está situado no limite da Vila do Carvalho, a dezenas de metros da Escola Básica de São Domingos. Este estabelecimento serve fundamentalmente a população de Cantar-Galo, ocupando edifício da antiga Escola Primária, Plano dos Centenários, devidamente recuperado e adaptado, composto por três salas, para um único grupo.

6. Jardim de Infância do Canhoso



O edifício do Jardim de Infância do Canhoso foi construído de raiz e com as condições ideais para o fim a que se destina, este edifício dá resposta às necessidades deste nível de ensino para uma população em franco crescimento, fornecendo ainda a valência das Atividades de Animação e Apoio às Famílias (AAAF) em ótimas condições.

BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE (cop. 2020). *Agrupamento* [em linha]. Covilhã: Agrupamento de Escolas "A Lã e a Neve" [Consulta 9 de setembro 2021]. Disponível: <https://www.aelaneve.pt/ji-canhoso/#4>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE (cop. 2020). *EB de São Domingos* [em linha]. Covilhã: Agrupamento de Escolas "A Lã e a Neve" [Consulta 9 de setembro 2021]. Disponível: <https://www.aelaneve.pt/eb-sao-domingos/>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE (cop.2020). *EB de Vila do Carvalho* [em linha]. Covilhã: Agrupamento de Escolas "A Lã e a Neve" [Consulta 9 de setembro 2021]. Disponível: <https://www.aelaneve.pt/eb-vila-do-carvalho/>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE (cop.2020). *EB do Canhoso* [em linha]. Covilhã: Agrupamento de Escolas "A Lã e a Neve" [Consulta 9 de setembro 2021]. Disponível: <https://www.aelaneve.pt/eb-canhoso/>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE (cop.2020). *EB dos Penedos Altos* [em linha]. Covilhã: Agrupamento de Escolas "A Lã e a Neve" [Consulta 9 de setembro 2021]. Disponível: <https://www.aelaneve.pt/eb-penedos-altos/>

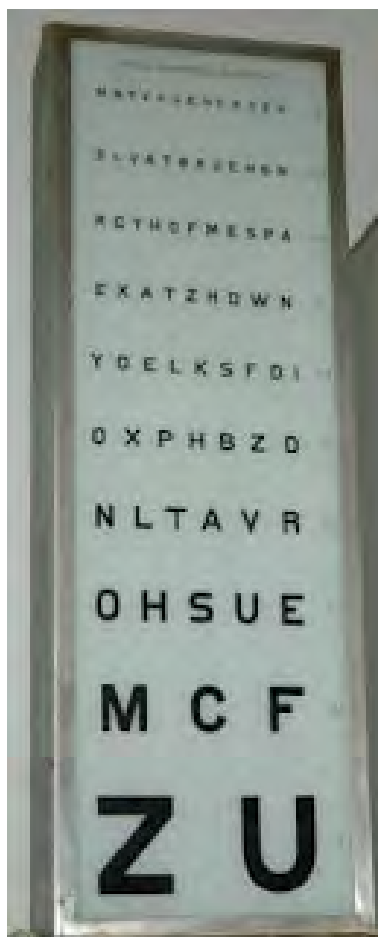
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE (cop. 2020). *Jl de Cantar-Galo* [em linha]. Covilhã: Agrupamento de Escolas "A Lã e a Neve" [Consulta 9 de setembro 2021]. Disponível: <https://www.aelaneve.pt/ji-cantar-galo/>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE (cop. 2020). *Jl do Canhoso* [em linha]. Covilhã: Agrupamento de Escolas "A Lã e a Neve" [Consulta 9 de setembro 2021]. Disponível: <https://www.aelaneve.pt/ji-canhoso/>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE (2017). *Projeto educativo* [Consulta 9 de setembro 2021]. Covilhã: Agrupamento de Escolas "A Lã e a Neve" Disponível: <https://www.aelaneve.pt/projeto-educativo/>

2021/10/18

Peça do mês de outubro



Escala Optométrica de Monoyer

O equipamento consta de uma caixa paralelepípedica metálica eletrificada. Na face principal e ao alto, está um vidro opalino com a escala optométrica impressa a negro de 0,1 a 1,0. O vidro está enquadrado com uma moldura de perfil metálico em L, suportada por parafusos. Na face lateral direita está o interruptor e a chapa com a identificação do fabricante.

A escala optométrica foi inventada por Ferdinand Monoyer (1836-1912), oftalmologista francês, criador do termo dioptria. Trata-se de uma unidade de potência de uma lente que expressa o inverso da distância focal, em metros.

A tabela é composta por letras de diferentes tamanhos, em que o paciente deve reconhecer os caracteres. Quando deixa de os visualizar corretamente, estabelece-se o seu nível de capacidade visual, em função do qual se calculará a compensação ótica.

A peça está inventariada com o número ME/401857/303 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Gil Vicente.

2021/10/21

Biblioteca do Museu Nacional de Arte Antiga



O Museu Nacional de Arte Antiga é um dos mais importantes museus de arte em Portugal, com uma coleção que abarca obras dos séculos XII a XIX e incluem pintura, escultura, desenho, artes decorativas, arte asiática e africana e ainda arte relacionada com os descobrimentos portugueses.

Localiza-se no Palácio de Alvor-Pombal, mandado construir no século XVII por D. Francisco Távora. Após o processo dos Távoras foi adquirido por Paulo de Carvalho e Mendonça, irmão do Marques de Pombal. Em 1879 o palácio foi adquirido pelo Estado para a futura instalação do Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia, inaugurado em 1884.

O Museu confinava com o Convento de Santo Alberto que passou a ser tutelado pelo Estado em 1891 e acabou por ser derrubado para alargar as insuficientes instalações do museu, inaugurado em 1940. A coleção agora existente começou a ser recolhida em 1834 após a extinção das ordens religiosas.



Em 1911 foi criado o Museu de Arte Contemporânea e as obras posteriores a 1950 foram retiradas do Museu de Arte Antiga.

No que respeita à Biblioteca, esta foi inaugurada em 1945 com um fundo documental especializado em História da Arte: pintura, desenho, gravura, artes decorativas, arquitetura, museologia e museografia, teoria e crítica de arte, conservação e restauro.

Aqui estão incluídas obras de referência, monografias, publicações em série, catálogos de exposições, museus, particulares e leilões, bem como teses académicas. Existe igualmente um fundo de livros antigos (missais, antifonários, crónicas, tratados, etc.).

O fundo foi constituído através de doações e legados, como é o caso de José de Figueiredo, Francisco de Sousa Viterbo, Ernesto Soares, Barros de Sá, entre outros.

2021/10/25

Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã



O Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã situa-se no concelho da Covilhã, localizando-se alguns estabelecimentos na Covilhã-cidade e os restantes em outras freguesias¹⁶. A cidade da Covilhã situa-se na vertente oriental da Serra da Estrela, a cerca de 700 metros de altitude, sendo atravessada por duas ribeiras cujo historial está intimamente ligado à indústria de lanifícios: a ribeira da Goldra e a ribeira da Carpinteira.

A cidade foi constituída, desde 1851, por quatro freguesias: São Martinho, São Pedro, Santa Maria e Conceição tendo passado a uma única freguesia em 2014 – União das Freguesias da Covilhã e Canhoso.

¹⁶ Pêro da Covilhã, patrono, crê-se que tenha nascido na Covilhã, não se sabendo as datas do seu nascimento e da sua morte. A escolha do seu patrono teve em consideração as sugestões das autoridades locais. Pêro da Covilhã foi um emissário do Rei D. João II encarregado de, por terra, fazer o reconhecimento das costas do Médio Oriente. Viajante experiente, enviou a D. João II relatórios sobre a navegação nas costas do Índico, contribuindo deste modo para o sucesso da viagem de Vasco da Gama, em 1498, até Calecut, na Índia. Sofala, Goa e Ormuz são algumas das terras que explorou e viveu na Etiópia até ao fim da vida.

A Covilhã, com uma forte implantação da indústria têxtil de lanifícios, tem vindo a dar sinais evidentes, nos últimos anos ou mesmo décadas, de se encontrar em transição de um sistema económico baseado na monocultura industrial para uma economia baseada no sector terciário de comércio e serviços.

O setor primário, e em particular a agricultura, tem ainda um peso considerável na economia do concelho, apesar das transformações estruturais a que tem vindo a ser sujeito. Importa, todavia, sublinhar o peso que o desemprego assume, presentemente, na população, em especial da residente na área urbana do Concelho e que afeta sobretudo o setor industrial.

Escola Básica Pêro da Covilhã - Escola Sede



Em 1968 foi criada a Escola com a designação de Escola Preparatória de Pêro da Covilhã pela Portaria 23.600 de 9 de setembro. Iniciou as aulas a 21 de outubro desse ano numa casa particular na Rua dos Combatentes, cedida gratuitamente para o efeito. Teve como seu primeiro diretor o senhor Dr. Álvaro Moniz Rebelo, professor do Quadro da Escola Secundária Frei Heitor Pinto.

O patrono da Escola Sede e, conseqüente, nome do agrupamento, está representado esculturalmente na Praça do Município, esculpida pelo escultor Francisco Simões pelo arquiteto Pinto Sousa. O monumento foi promovido pela Câmara Municipal da Covilhã, e inaugurado 10 de Junho 1988 (Dia de Portugal),

no âmbito das comemorações dos 500 anos da histórica Viagem de Pêro da Covilhã 1450 (?)-1530(?), viajante português do século XV, enviado por D. João II, à Índia e à Etiópia, em 1487.



Trata-se de um conjunto escultórico de arte contemporânea. Constituído por uma estátua de pé, sobre uma base paralelepipedica na horizontal e por um desenho policromado, composto por embutidos no próprio pavimento (no passeio junto à entrada do edifício da Câmara Municipal).

Em 1979 a Escola começou a funcionar nas atuais instalações; em 1996/1997 a Escola passou a ter a designação de Escola Básica 2/3 Pêro da Covilhã pela Portaria 560-A/97. Em 1998 a referida escola passou a designar-se Escola Básica 2 Pêro da Covilhã pela Portaria 549/98, de 19 de agosto, mais tarde, em

2003 a Escola Básica 2 Pêro da Covilhã passou a ser a Sede do Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã.

O Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã foi constituído no ano letivo de 2003/2004, ano da sua instalação. A sua escola sede é a Escola Básica Pêro da Covilhã e é constituído pelos seguintes estabelecimentos de ensino:

Estabelecimentos de Ensino	Localidade	Níveis de ensino
Escola Básica Pêro da Covilhã (Escola Sede do Agrupamento)	Covilhã	1.º Ciclo (4.º ano)
Estabelecimento Prisional da Covilhã		2.º Ciclo
Escola Básica A Lã e a Neve	Covilhã	CB e EFA: B1 e B2
Escola Básica D. Maria Amália Cabral Lobo Vasconcelos	Peraboa	Pré-escolar 1.º Ciclo
Escola Básica de Boidobra	Boidobra	Pré-escolar 1.º Ciclo
Escola Básica de Jardim	Ferro	1.º Ciclo
Escola Básica de Refúgio	Covilhã	Pré-escolar 1.º Ciclo
Escola Básica de Rodrigo	Covilhã	1.º Ciclo
Escola Básica de Santo António	Covilhã	Pré-escolar 1.º Ciclo
Escola Básica de São Silvestre	Covilhã	Pré-escolar 1.º Ciclo
Jardim de Infância de Peraboa	Peraboa	Pré-escolar
Jardim de Infância de Rodrigo	Covilhã	Pré-escolar

Atendendo ao Regulamento interno do Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã (2019:53), no Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã existem cinco Bibliotecas Escolares: EB Pêro da Covilhã (Escola sede), EB do Refúgio, EB Santo António, EB São Silvestre e EB do Rodrigo.

A coordenação das Bibliotecas é da responsabilidade de um Professor Bibliotecário cuja nomeação obedece à legislação em vigor. As Bibliotecas ocupam espaços próprios nas escolas e estão apetrechadas com equipamentos adequados, disponibilizando documentos impressos, audiovisuais e informáticos.

“A Biblioteca Escolar (BE) assume-se como um espaço de aprendizagem físico e digital na escola, acessível a toda a comunidade escolar, cujos serviços privilegiam a leitura, a pesquisa, a investigação, o pensamento, a imaginação e a criatividade, pilares da aquisição do conhecimento e da

análise da informação, bem como do crescimento pessoal, social e cultural dos alunos.”

Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã (2019:53)

A Biblioteca pretende funcionar dentro da escola como um centro de ensino e aprendizagem que fornece um programa educativo construído em articulação com os docentes das diferentes áreas curriculares, considerando o contexto educativo em que a escola se encontra inserida. A Equipa de Coordenação A organização e gestão das diferentes BE que integram o Agrupamento é da responsabilidade de uma equipa educativa composta pelos Professores Bibliotecários e outros Professores, conforme o definido pela legislação em vigor.

As Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-escolar (AAAF) são planificadas pelos órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias, articulando com os municípios da respetiva área a sua realização de acordo com protocolos de cooperação.

BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PERO DA COVILHÃ (cop. 2021). *Historial* [em linha]. AEPC. [consulta a 22 de setembro de 2021]. Disponível: <https://www.aelaneve.pt/>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PERO DA COVILHÃ (2019). *Regulamento interno* [em linha]. Covilhã: AEPC. [consulta a 22 de setembro de 2021]. Disponível:

https://1f51014f-389c-44fc-9dbd-65ed908cd239.filesusr.com/ugd/557af8_ec1f4b8e0d2b4e8f886aeb3d4ea6d169.pdf

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PERO DA COVILHÃ (2017). *Projeto educativo 2017-20121* [em linha]. Covilhã: AEPC. [consulta a 22 de setembro de 2021]. Disponível:

https://1f51014f-389c-44fc-9dbd-65ed908cd239.filesusr.com/ugd/557af8_90c66cffd9b249999f464f3a70bf9def.pdf

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PERO DA COVILHÃ (2015). *Plano anual de atividades 2015-2016*. [em linha]. Covilhã: AEPC. [consulta a 22 de setembro de 2021]. Disponível: https://cld.pt/dl/download/1e862bda-6008-4b8f-88f6-ecd04110a8ad/PAA_2015_2016.pdf

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO (cop. 2018). *Pêro da Covilhã* [em linha]. Coimbra: DRCC [Consulta 23 de setembro de 2021]. Disponível: <https://www.culturacentro.gov.pt/pt/museus/museu-virtual-de-arte-publica/castelo-branco/covilha/p%C3%A0ro-da-covilha/>

2021/10/28

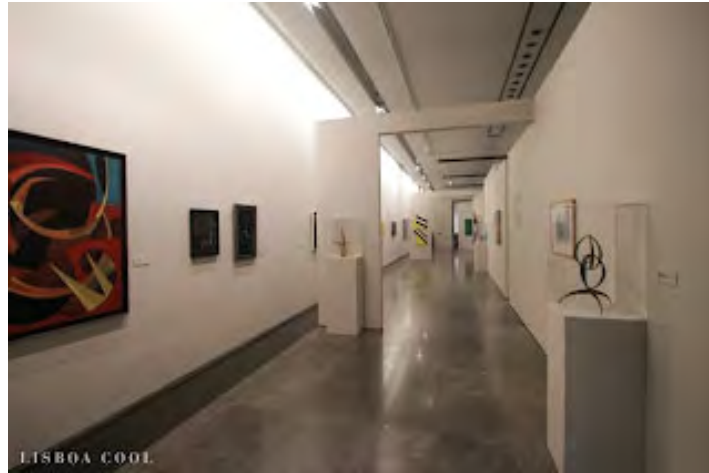
Biblioteca do Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado



O Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado (MNAC) foi fundado em 1911, resultando da divisão do Museu Nacional de Belas-Artes e englobando todas as obras posteriores a 1850. Foi instalado provisoriamente no Convento de S. Francisco

Os seus primeiros diretores foram Carlos Reis, de 1911 até 1914, altura em que Columbano Bordalo Pinheiro assumiu o cargo. Em 1929, Adriano de Sousa Lopes é nomeado pelo próprio Columbano. Durante a sua vigência, o Museu foi ampliado e as coleções passaram a incluir obras das gerações modernistas.

Depois de profundas obras de remodelação do edifício, este reabre em 1945, sob a direção de Diogo Macedo. No entanto, mantém-se o compromisso com a linha tradicionalista, mostrando-se desatualizado e conservador.



Após o incêndio do Chiado em 1988, apesar do edifício não ter sido afetado, o espaço foi renovado pelo arquiteto Jean-Michel Wilmotte, integrando os espaços históricos com uma visão modernista. Em 1998, Pedro Lapa torna-se o novo diretor que levou a cabo uma política de aquisição de obras das décadas de 1950 e 1960, bem como da década de 1990. O Museu passou igualmente a integrar outros géneros artísticos como a fotografia e o vídeo.

A Biblioteca possui um acervo que inclui catálogos das principais exposições nacionais de finais do século XIX, até à contemporaneidade, bem como das Bienais de Veneza e São Paulo; documentação sobre prémios; publicações periódicas, entre outros.

Aqui se encontram as obras dos principais autores de história da arte nacional do século XX, como é o caso de Virgílio Correia, José Augusto França e de Joaquim Rodrigo.

2021/11/01

Biblioteca do Museu Nacional de Etnologia e do Museu de Arte Popular



O Museu Nacional de Etnologia foi criado em 1965 e localiza-se em Lisboa, na zona do Restelo. Possui dois núcleos distintos: por um lado, as coleções que foram reunidas pela equipa responsável e que introduziu a antropologia moderna em Portugal; por outro lado, o Museu de Arte Popular.

O Museu de Etnologia inclui cerca de 42.000 peças representativas de 80 países em 5 continentes. Na base destas coleções está o trabalho de recolha e investigação de Jorge Dias que dirige o Centro de Estudos de Etnologia desde 1947 e da sua equipa. Um dos locais mais explorados, a partir de 1957, situa-se ao norte de Moçambique, mais concretamente o povo Maconde.

Após a exposição sobre este trabalho, em 1957, é criado o Museu, em 1965, na tentativa de representar as culturas dos povos do mundo e do “mundo português” (equipamentos agrícolas, tecnologia têxtil, sistemas de atrelagem, entre outros).

O edifício onde atualmente se encontra a Museu, foi inaugurado em 1976, desenhado pelo arquiteto António Saragga Seabra. Em 2000 foi ampliado e passou a incluir as Galerias da Vida Rural e, em 2006, as Galerias da Amazônia.

O Museu privilegia as exposições temporárias, uma vez que ao longo do tempo as coleções têm aumentado devido a doações e investigações. Foi também constituído um fundo documental com recurso à fotografia, ao filme e a o vídeo.

O Museu de Arte Popular foi inaugurado em 1948, através da reformulação do antigo pavilhão “Secção da Vida Popular”, criado na Exposição do Mundo Português em 1940. O projeto foi da autoria de António Reis Camelo e João Simões.



A sua designação inicial foi “Museu do Povo” e as novas instalações estiveram a cargo de Jorge Segurado, Francisco Martins e Tomás de Mello, entre outros. Tem um acervo de cerca de 11.600 peças reunidas, na sua grande maioria, durante as exposições do Estado Novo.

Na sequência da transferência do acervo do Museu de Arte Popular para o Museu Nacional de Etnologia em 2007, optou-se pela reunião dos dois museus numa única unidade, em 2012: Museu Nacional de Etnologia/ Museu de Arte Popular.

A Biblioteca tem um acervo especializado nas áreas de antropologia, etnologia e museologia etnológica, possuindo mais de 24.000 títulos. Destaca-se a seleção de registos fílmicos e sonoros no Arquivo de Som e Imagem que inclui o trabalho de recolha de música tradicional portuguesa de Michel Giacometti.

Assim, destaca-se a Biblioteca do Centro de Estudos de Etnologia e o Fundo Bibliográfico do Museu de Arte Popular.

2021/11/04

Exposição Virtual "2021 - Ano Internacional das Frutas e Legumes"

2021 foi declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o Ano Internacional das Frutas e Legumes, numa tentativa de consciencializar o mundo para a importância destes alimentos na nutrição e saúde mundiais. O objetivo das Nações Unidas é precisamente promover um estilo de vida mais equilibrado e saudável, reduzindo perdas e desperdícios, promovendo o consumo, armazenamento, transporte, comércio e processamento sustentáveis. Neste sentido, é essencial integrar os pequenos agricultores num processo global, fortalecendo a capacidade de todos os países em adotar tecnologias inovadoras, preservando o ambiente.

As frutas e legumes desempenham um papel fundamental na prevenção de doenças crónicas como o cancro, a diabetes, as doenças cardiovasculares, a obesidade e ainda as deficiências de micronutrientes. Prevêem-se quatro linhas de ação: a consciencialização; a criação e disseminação de conhecimentos; ações políticas e desenvolvimento da capacidade e educação.

O Património Museológico da Educação associa-se a esta efeméride com uma exposição de imagens parietais de frutas e legumes que se destacam pela sua beleza, realismo e pormenor. Em destaque temos a cereja, o morango, o ananás, a maçã, a batata, a cenoura e a ervilha.



Imagem parietal de espécie vegetal/Cereja e morango

ME/401470/134

Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Joaquim de Carvalho

O quadro parietal era utilizado para exemplificação nas aulas de Ciências Naturais. É constituído por um retângulo de papel colado sobre tela e impresso a cores em que se veem treze ilustrações, sobre fundo negro, subordinadas ao título: A - cerejeira; B - Morangueiro. As ilustrações estão legendadas em rodapé, em dois quadros. Estão representadas na horizontal e na parte superior a cerejeira e na parte inferior o morangueiro, com os processos de crescimento e reprodução, fruto e flor. As cores predominantes são os verdes, brancos e vermelhos.



Imagem parietal de espécie vegetal/Ananás

ME/401857/180

Escola Secundária de Gil Vicente

O quadro representa a planta do ananás, em oito ilustrações. À esquerda do quadro, na parte superior, a flor (2); por baixo, apresenta-se um corte longitudinal da flor (3); no canto inferior esquerdo, está um corte longitudinal do grão (7); ao centro, em cima, a inflorescência do ananás (1); na parte central inferior, o fruto (8); à direita, no cimo, corte longitudinal da corola (4); ao centro, sementes (8); por baixo, um corte transversal do fruto (6). O quadro tem, no canto superior esquerdo, a indicação de classificação II (Abteilung) e no canto superior direito a indicação (Taffel) - número 7.



Imagem parietal de espécie vegetal/Macieira
ME/400129/193
Escola Secundária D. Sancho II

Quadro parietal com a representação da macieira, utilizado em contexto de práticas pedagógicas nas aulas de Biologia. São apresentadas imagens naturalistas e em corte, sob um fundo negro, sem título ou legenda. A macieira é uma árvore da família Rosaceae. Podemos observar imagens da macieira em flor, do seu fruto, a maçã, em corte e ainda alguns animais associados, como a lagarta e a borboleta.



Imagem parietal de espécie vegetal/Batata
ME/402436/838
Escola Secundária de Passos Manuel

Quadro parietal muito usado nas aulas de Ciências Naturais, representando batatas de vários formatos e também em corte, atacadas pelas doenças. Desenho de grande pormenor e em corte, numerados e com legendas em finlandês.



Imagem parietal de espécie vegetal/Cenoura
ME/402436/304
Escola Secundária de Passos Manuel

Quadro parietal com representação de cenoura, a cores, com pormenores bastantes ampliados e legenda explicativa em Francês.



Imagem parietal de espécie vegetal/Ervilheira
ME/400970/92
 Escola Secundária Dr. Mário Sacramento

Quadro parietal com a representação da ervilheira, utilizado em contexto de práticas pedagógicas nas aulas de Biologia. Sobre um fundo negro e sem legendas, observa-se: à esquerda, uma planta completa, com raiz, caule, folhas, flores e frutos; à direita, em cima, surge um corte de uma flor completa; mais abaixo, está representado um esquema dos órgãos reprodutores. No plano inferior, ao centro, observa-se um esquema da flor vista de frente, enquanto à direita, surge a representação de uma vagem aberta (fruto) com dez ervilhas (sementes).

2021/11/08

Biblioteca do Museu Nacional do Azulejo



O Museu Nacional do Azulejo, criado em 1965, foi elevado a Museu em 1980. Está instalado no antigo Convento da Madre de Deus, fundado em 1509 pela Rainha D. Leonor. Abrange uma coleção de azulejos desde a segunda metade do século XV até à atualidade. Integra igualmente algumas coleções de cerâmica, porcelana e faiança dos séculos XIX e XX.

O Convento da Madre de Deus foi erigido por iniciativa de D. Leonor, esposa de D. João II. Inicialmente era um núcleo que albergava um pequeno núcleo de freiras Franciscanas Descalças. D. João III remodelou e aumentou o espaço deixando as obras a cargo do arquiteto Diogo de Torralva. D. Pedro II tornou a intervir nesta zona, recorrendo a João Rebello de Campos. As alterações foram sobretudo de carácter decorativo através de pinturas e da colocação de painéis de azulejo.

Com D. João V e com o apoio do Padre José Pacheco da Cunha foi construída uma nova sacristia e renovada a talha do coro-alto e da igreja. O terramoto de

1755 provocou danos nesta estrutura, cuja restauração foi custeada por D. José I. É de notar a influência barroca em todo o espaço e a participação do pintor André Gonçalves e do entalhador Félix Adauto.

Com a extinção das Ordens Religiosas, o convento foi adaptado a novas necessidades e aí foi instalado o Asilo D. Maria Pia. Tendo recolhido vários exemplares de azulejaria portuguesa, no início do século XX, o Asilo ficou sob a tutela do Museu Nacional de Arte Antiga para salvaguarda do património existente.



As comemorações dos 500 anos do nascimento da rainha D. Leonor e a realização de uma exposição evocativa, fizeram com que o edifício e os anexos fossem restaurados através do patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian. Após a exposição, em 1958, levantou-se a questão de aproveitar o espaço para um futuro Museu do Azulejo, a cargo do Engenheiro João Miguel dos Santos Simões. Este museu era, desde 1965, um anexo do Museu de Arte Antiga.

Em 1980, tornou-se autónomo e adquire um carácter nacional. O museu dá a conhecer a história do azulejo em Portugal, salientando a necessidade de proteção desta expressão artística única no mundo.

No que respeita à biblioteca, o acervo é constituído por obras especializadas em azulejo, cerâmica, conservação e restauro, história da arte, iconografia e museologia, catálogos de exposições e publicações periódicas. O Centro de Documentação disponibiliza informação atualizada sobre ceramistas nacionais e estrangeiros, centros de produção e imóveis com revestimento em azulejaria.

2021/12/06

Biblioteca do Museu Nacional Machado de Castro



O [Museu Nacional Machado de Castro](#) é um dos mais importantes museus de Belas Artes em Portugal, homenageando Machado de Castro, escultor régio durante os reinados de D. José, D. Maria I e D. João VI.

Foi criado em 1911 ocupando os edifícios da residência episcopal de Coimbra construídos entre os séculos XII a XVIII. Este núcleo integra a área classificada pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade em 2019. A partir de 2012 foi inaugurado um novo edifício, da autoria de Gonçalo Byrne.

O objetivo da criação do Museu foram a divulgação das artes bem como a evolução da história do trabalho nacional. Atualmente integra três espaços distintos: o criptopórtico romano, datado do século; o paço episcopal onde se encontra grande parte do acervo; e o edifício novo que inclui as coleções de escultura, pintura e ourivesaria.



Este acervo tem origem maioritariamente na região de Coimbra, nomeadamente nos conventos, mosteiros e igrejas extintos em 1834. Inclui peças de arqueologia, pintura, joalharia, cerâmica, escultura, desenho, têxteis, mobiliário, entre outros

No que respeita à biblioteca, esta foi fundada em 1911 e inclui monografia e publicações periódicas do Museu do Instituto de Coimbra e do Conselho de Arte e Arqueologia. Aqui se reúnem documentos, livros, teses universitárias, catálogos, revistas de arqueologia, escultura, pintura, ourivesaria, cerâmica, mobiliário, arquitetura, desenho, museologia, museografia, conservação e restauro.

2021/12/09

Biblioteca do Museu Nacional de Soares dos Reis



O Museu Nacional Soares dos Reis, antigo Museu Portuense, foi criado em 1833 por D. Pedro IV que decidiu introduzir no Porto um Museu de Pinturas e Estampas. Atualmente encontra-se instalado no Palácio dos Carrancas e é um dos mais importantes museus de belas artes, artes decorativas e arqueologia.

O Museu Portuense ou Ateneu D. Pedro IV foi organizado em 1833, sendo o mais antigo museu público de arte em Portugal. Inicialmente instalou-se no Convento de Santo António, atual Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Com as reformas republicanas, em 1911 passou a designar-se Museu de Soares dos Reis, em homenagem ao escultor portuense. A partir de 1940, o museu transitou para o Palácio de Carrancas, um edifício do final do século XVIII. O proprietário deste edifício foi Manuel Mendes de Moraes e Castro, adquirido pela Santa Casa da Misericórdia.



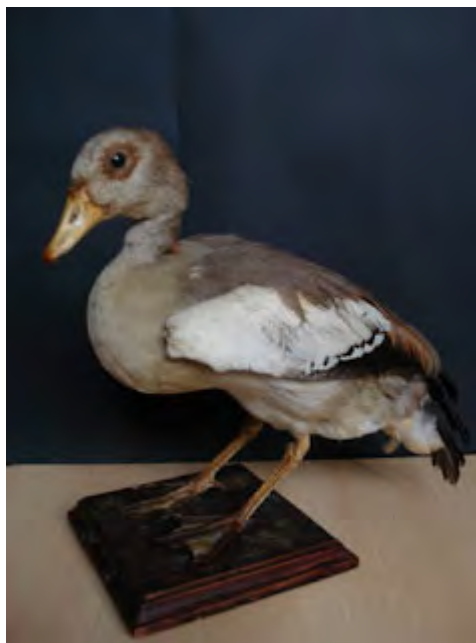
Este espaço foi adaptado às novas funções através do projeto do Engenheiro Fernandes e Sá e inaugurado em 1942. O espólio do museu foi sendo constituído ao longo de todo o século XIX, com obras de pintura e escultura. Nos anos 30 do século XX recebeu o acervo do Museu Municipal do Porto, passando a incorporar várias obras de artes decorativas como a ourivesaria, mobiliário, faianças e porcelanas.

Em 1992, o Museu foi alvo de uma nova remodelação e expansão, da autoria do arquiteto Fernando Távora.

A Biblioteca integra um funco especializado em História da Arte Nacional e Estrangeira, sobretudo no âmbito da pintura, escultura, desenho, gravura, arqueologia, etnografia, artes decorativas, arquitetura, museologia, teoria e crítica da arte, conservação e restauro, educação e História da Cidade do Porto.

2021/12/13

Peça do mês de dezembro



Ganso-do-Egipto

Animal taxidermizado, utilizado no estudo e observação de espécimes nas aulas de Ciências Naturais. Trata-se de um ganso-do-Egipto, sobre base de madeira. Esta ave caracteriza-se pelo corpo esguio, pescoço fino e uma mancha ocular castanha escura. O castanho e o amarelo predominam na sua plumagem, além do negro, verde e branco nas asas. Alimenta-se de erva, sementes, folhas e caules de plantas.

A peça está inventariada com o número ME/402321/328 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Nuno Álvares.

2021/12/16

Exposição Virtual: "Espólio Etnográfico de Angola da Escola Secundária João de Deus, Faro"

As coleções etnográficas são, geralmente, o resultado de coleções exóticas, trazidas de países distantes e recolhidas juntamente com outro tipo de objetos. A origem destas peças é, por vezes, difusa, bem como o seu percurso, tendo passado, progressivamente, de "curiosidades" a objetos museológicos que devem ser conservados, estudados e compreendidos no contexto em que foram produzidos. São o testemunho da cultura de um povo, dos seus hábitos, tradições e modo de vida. Apesar de não serem frequentes nos museus escolares, as coleções etnográficas apresentadas são bastante ricas e representativas da cultura africana. A coleção da Escola Secundária João de Deus é originária de Angola e apresenta uma profusão de objetos que incluem desde peças utilizadas diariamente até obras de arte. Entre as tipologias presentes podemos destacar os instrumentos musicais, como é o caso dos tambores ou das kalimbas (vibrações), testemunhos da importância das tradições musicais em África, com funções rituais e sociais. As máscaras, outra tipologia relevante, refletem a vida social e religiosa, utilizadas em diferentes tipos de cerimónias públicas. Permitem a materialização das forças da natureza constituindo, de certa forma, uma ligação entre o humano e o divino. Os objetos de uso diário estão igualmente representados: é o caso da cestaria, do mobiliário, dos utensílios de cozinha ou mesmo de instrumentos para o trabalho agrícola. A cestaria inclui vários utensílios, obtidos através de fibras de origem vegetal, para o uso doméstico, sobretudo para conservar os alimentos. Mais tarde começaram a ser produzidos móveis como bancos, cadeiras, mesas e até armários. A madeira é a matéria-prima por excelência, utilizada para o fabrico de pratos, colheres, copos, jugos para animais, arados, entre outros. No entanto também são de destacar jarras e vasos em cerâmica decorada. As esculturas,

utilizando diversos materiais, como a madeira, o marfim ou elementos têxteis, são as peças mais abundantes nestas coleções. Representam figuras humanas, míticas e animais, remetendo para temáticas do quotidiano, da religião, da natureza e das tradições: mulheres com crianças, "colonizadores", aves, guerreiros, barcos, serpentes, crocodilos, numa profusão de estilos e formas.

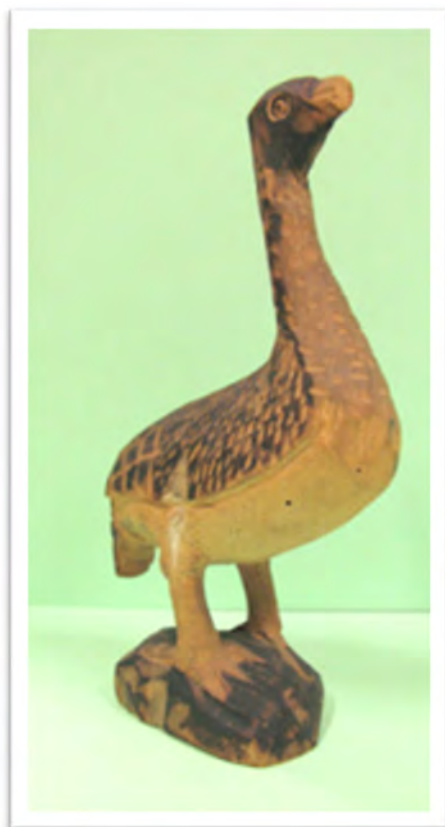


Caixa decorativa

ME/805548/112

Escola Secundária João de Deus

Caixa pertencente ao espólio da Sala de Angola do antigo Liceu de Faro. Trata-se de uma caixa retangular com tampa, com decoração geometrizante. Na tampa encontra-se esculpido um lagarto.



Escultura

ME/805548/91

Escola Secundária João de Deus

Escultura pertencente ao espólio da Sala de Angola do antigo Liceu de Faro. Trata-se de uma estatueta que representa uma ave de pescoço comprido, sobre uma base arredondada.



Escultura/Busto

ME/805548/86

Escola Secundária João de Deus

Escultura pertencente ao espólio da Sala de Angola do antigo Liceu de Faro. Trata-se de uma representação do busto de uma figura humana, com pintura facial e um elemento decorativo na cabeça.

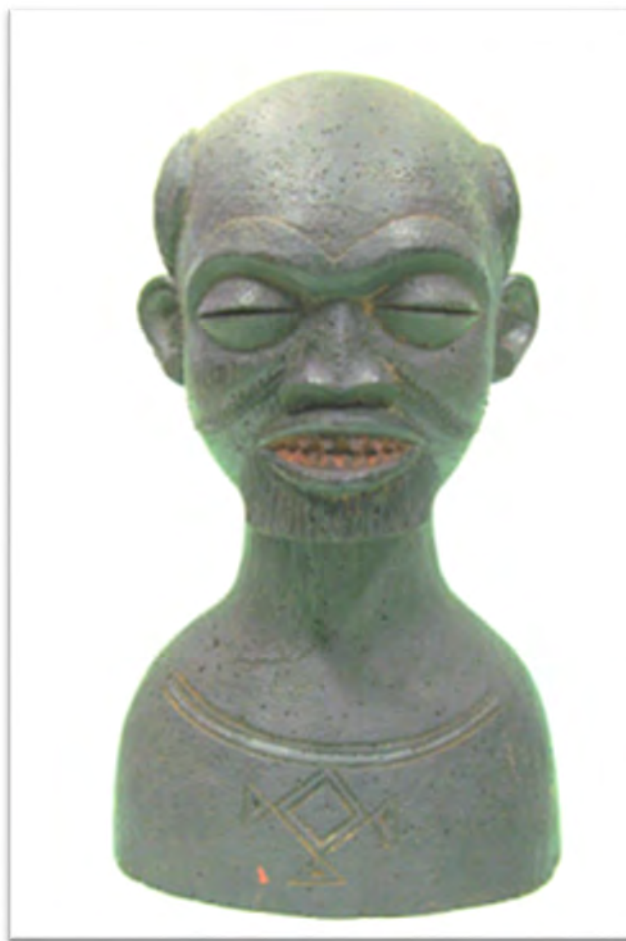


Máscara

ME/805548/85

Escola Secundária João de Deus

Máscara pertencente ao espólio da Sala de Angola do antigo Liceu de Faro. Trata-se de uma representação de figura humana, com pinturas faciais.



Escultura/Busto

ME/805548/56

Escola Secundária João de Deus

Escultura pertencente ao espólio da Sala de Angola do antigo Liceu de Faro. Trata-se de uma representação de um busto de um homem calvo, com um sorriso e olhos cerrados.



Jarra

ME/805548/51

Escola Secundária João de Deus

Jarra pertencente ao espólio da Sala de Angola do antigo Liceu de Faro. Trata-se de uma jarra de madeira, com formato de cabaça, apresentando uma decoração exterior geometrizante.

2021/12/20

Biblioteca de Arquitetura, Habitação e Urbanismo do Forte de Sacavém (SIPA)



A Biblioteca de Arquitetura, Habitação e Urbanismo está localizada no Forte de Sacavém (SIPA) e pertence à DGPC desde 2015.

O SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) tem como objetivo a divulgação, salvaguarda e proteção do património edificado e natural, tendo ao seu dispor o suporte técnico-científico.

Situa-se na margem direita do Rio Trancão, no Monte Sintra, integrando-se no Campo Entrincheirado de Lisboa, numa posição estratégica. O Forte foi edificado na segunda metade do século XIX, embora o projeto date de 1833. O engenheiro Sanches de Castro foi o responsável do projeto, coordenado pelo capitão Eugénio de Azevedo. Tem uma planta pentagonal irregular, rodeado por um fosso.

Em 1935 o Regimento de Artilharia Pesada de Lisboa n.º 1 ficou alojado em Sacavém, tendo sido desocupado em 1939 mantendo-se como paiol de

munições. A ponte que liga o forte à muralha foi renovada em 1949 e em 1965 foi declarado imóvel sem valia militar.

Em 1998 o imóvel foi restaurado e afeto ao Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, tendo sido aqui instalado o arquivo da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Registo Multimédia do Forte de Sacavém.



A Biblioteca é especializada na área do património construído, conservação, restauro do património móvel integrado, habitação e reabilitação urbana. O fundo documental integra outros, como o da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

O acervo tem cerca de 20. 000 títulos que incluem monografias e publicações periódicas com destaque para a arquitetura e habitação.

2021/12/23

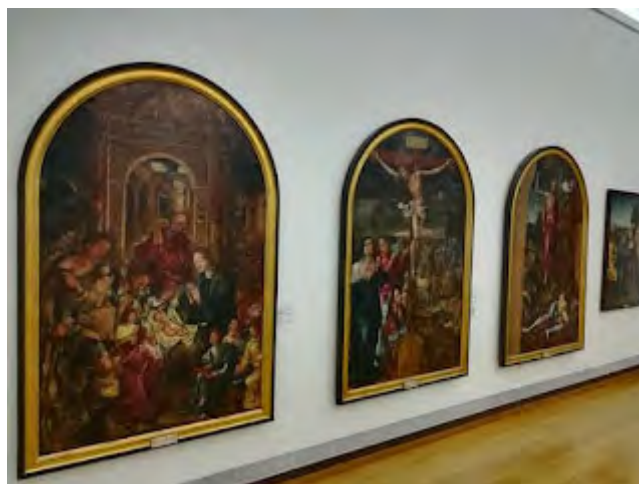
Biblioteca do Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo



O Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo ou Museu de Évora foi criado em 1914. Abriu ao público em 1921, situado no Palácio Amaral. Manuel do Cenáculo de Vilas-Boas (1724 – 1814) foi um religioso franciscano, Bispo de Beja e Arcebispo de Évora.

O Museu transitou para a localização atual em 1929 e nele foi incorporado o Museu Arqueológico. As coleções incluem núcleos de arte e arqueologia, bem como uma coleção de história natural, objetos científicos e pintura (séculos XV a XX).

Neste âmbito destacam-se as pinturas pertencentes às Igrejas e Conventos extintos, bem como a escultura (séculos XIV a XVIII). O mobiliário, a ourivesaria, as alfaías litúrgicas e os têxteis completam este acervo.



A Biblioteca incide nas áreas da pintura, história da arte, história de Portugal, cerâmica, artes decorativas, mobiliário, escultura, desenho, gravura, aguarela, pastel, ourivesaria e numismática. O acervo tem cerca de 4.000 títulos que incluem monografias, catálogos de exposições e leilões, publicações periódicas e reservados.

2021/12/27

As construções escolares do Plano dos Centenários e a construção do Estado Novo: dois casos das escolas primárias "28 de maio"



PT_MESG_AES_ACE_C_001_11.01.04_00047

Edifício escolar de 2 salas, piso térreo, dois sexos separados, proposto para o núcleo de Vila Verde dos Francos, concelho de Alenquer. Inclui as peças desenhadas planta geral (representação esquemática das duas salas de aula, gabinete central, cobertura de entrada com três degraus e alpendre posterior coberto), fachada principal com elemento triangular encimado por uma esfera armilar, vista lateral e corte. O desenho encontra-se na escala de 0,01 p.m. e com a indicação da assinatura de Edmundo Tavares, Arquiteto D(iplomado) E(scola) B(elas) A(rtes) Lisboa

O processo referente à construção da Escola Primária de Vila Verde dos Francos, concelho de Alenquer, distrito de Lisboa, encontra-se à guarda da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo da SGE. A documentação deste processo encontra-se extremada entre agosto de 1930 e janeiro de 1937.

Durante estes longos 7 anos, fácil será perceber todos os avanços e recuos, hesitações e contratempos, a que a construção das escolas primárias estavam sujeitas, malgrado a boa e generosa vontade das populações e dos seus legítimos e verdadeiros anseios, para que habilitassem as suas gentes com

algum grau de literacia, talvez o elementar “saber ler, escrever e contar”, como se poderá restrospetivar para o Portugal dos inícios da década de `30, do século passado. O processo inicia-se com uma petição da Junta da Freguesia de 5 de agosto, informando que na *“sessão de 3 do corrente, levar a efeito a construção dum edifício escolar misto nesta localidade, venho muito respeitosamente apresentar a V^a Ex^a a planta escolhida e solicitar-lhe autorização para o início das obras. Rogo mais a V^a Ex^a, se digne dizer-nos qual o subsídio que nos pode conceder.”* A resposta não se fez esperar, e logo 10 dias depois, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, doravante DGEMN, declina o pedido formulado, acrescentando que *“Quanto à concessão de subsídio deverá ser aguardada a devida oportunidade, visto que, neste momento urge concluir as escolas já iniciadas.”* As gentes do sopé da serra de Montejunto não desistem, e logo a 14 de setembro esclarecem que *“Devemos informar V^a Ex^a que a atual escola, vem funcionando fora de todas as condições hygiénicas e n`um estado tal de ruína que nos obriga a iniciar d`entro do mais curto praso (sic), a construção d`uma nova escola.”* Tal insistência, parece ter dado algum fruto, pois a 30 de outubro, a DGEMN oficia para a Delegação Sul dos mesmos serviços, no sentido de obter um projeto de edifício escolar misto, desta feita já acompanhado do croquis onde se pretende construir a escola. Após esclarecimentos sobre as confrontações da futura escola, o presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia toma conta do projeto de edifício escolar a 17 de dezembro. Já em janeiro de 1931, o gabinete do ministro do Comércio e Comunicações, através da Comissão Administrativa da União Nacional de Lisboa, dá conta de uma súmula das necessidades escolares de vários concelhos do distrito de Lisboa, sendo que para a conclusão da escola de Vila Verde são necessários 10 contos. A apelidada conclusão institucional leva tempo e demora, conquanto já corria o mês de novembro de 1932, e nova insistência surge pelo punho do presidente da Junta, que evoca mesmo *“Tendo a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Vila Verde dos Francos,*

concelho de Alenquer, deliberado construir um edifício escolar typó XXVIII Nº 50, do qual tem já uma parte construída (...) Certos da aquisencencia a esta nossa súplica rogamus despor (...)” . Os serviços centrais parecem ter ficado sensibilizados pelas gentes serranas e logo a 14 de novembro solicitam que os serviços da Delegação do Sul elaborem um orçamento para as obras, que será apresentado a 5 de dezembro do mesmo ano, contendo uma parcela referente a materiais (42 577\$02) e a mão de obra (31 342\$96), totalizando o valor de 77 620\$00. Como nota curiosa, refira-se que *“N´estes preços está incluído o trabalho de armar e desarmar andaime.”* Sobre o valor total, a DGEMN ainda questiona a Delegação Sul se o valor *“corresponde ao custo real da construção”*, ao que esta corrobora, deixando, contudo, em aberto que *“Em todo o caso, esta Direção admite a possibilidade de na execução se poder dar uma baixa de 10% sobre a importância orçada.”* A 22 de dezembro, a DGEMN indaga a Junta de Freguesia para que informe sobre *“a verba reputada necessária para a conclusão da obra dessa escola.”* A diligência não se fez esperar, e logo um dia depois do Natal, o solícito presidente da Junta informa que *“... para o acabamento das obras no edifício escolar d`esta freguesia foi orçada a quantia de 29 000\$00 escudos, vinte e nove mil escudos.”*

A passagem do ano não augura boas novas para as gentes da serra, e logo a 5 de janeiro de 1933 são informadas que por força do disposto do Decreto nº 21 697, a comparticipação estatal só pode ser de 50% das despesas apresentadas. Novo revés, novo retrocesso. Contudo, no dia 1 de maio de 1933, o Governador Civil de Lisboa envia para a DGEMN, em triplicado, o *“Projecto e orçamento das obras necessárias para a conclusão da Escola Primária de Vila Verde dos Francos e construção das suas dependências, que esta Junta de Freguesia se propõe realizar com a cooperação do Estado”*. O projeto, com uma caligrafia e memória descritiva absolutamente irrepreensíveis, importa no valor global de 48 000\$00. Acompanhado de peças desenhadas (alçado principal na escala de 1:200; sentinas e mictórios na escala de 1:100, planta – corte horizontal - e corte vertical da fossa séptica e detalhe da vedação da frente na escala de 1:50), parecem ser a pedra de toque final para os propósitos e ânsias da população. Destarte, é logo nesse mês de maio que através do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, já com o engenheiro Duarte Pacheco na chefia

do mesmo, formaliza a concessão da verba de 24 000\$00, para as obras de conclusão, conquanto a outra metade será assegurada pela Comissão Administrativa. Os ventos não estavam de feição e novamente, já em novembro desse ano a Comissão Administrativa em carta dirigida ao ministro Duarte Pacheco informa que *“Mas como até hoje não lhe tivesse sido notificada a concessão da comparticipação do Estado que a V^a Ex^a solicitou para a execução das obras constantes do citado projecto; e como a demora está prejudicando imenso esta vila, não só no referente à instrução dos muitos alunos que frequentarão a escola, como para dar trabalho aos operários que aqui estão desempregados; vem esta Junta de Freguesia muito respeitosamente solicitar de V^a Ex^a se digne providenciar para que lhe seja concedida a comparticipação do estado para a citada conclusão da escola desta vila.”*

Corria já o dia primeiro de maio de 1934, precisamente um ano depois do envio do “*Projecto*” já mencionado, e desta feita é o Diretor Geral da DGEMN que se dirige ao ministro das Obras Públicas e Comunicações, informando que dispõe da verba total para as obras de Vila Verde, propondo que seja concedida pelo Fundo do Desemprego a quantia de 24 000\$00, para pagamento de mão de obra, enquanto que pela Junta de Freguesia poderá ser custeada a parte respeitante a materiais. Aparentemente, o ano de 1934 decorre “*comme d’habitude*” para as gentes de Vila Verde. No fim do ano, contudo um telegrama aparentemente inócuo, permite dar um novo alento. Datado de 17 de dezembro, da sede de concelho de Alenquer, a sua transcrição merece alguma atenção;

“CONCELHO ALEMQUER (sic) MAIS UMA VEZ PRIMEIRA VOTAÇÃO DISTRITO, PEDE INSTANTEMENTE CONCLUSÃO URGENTE ESCOLAS PEREIRO CORTEGANA VILA VERDE PRESIDENTE UNIÃO NACIONAL MELLO MACHADO VICE PRESUDENTE (sic) CAMARA JAYME FERREIRA” (o sublinhado encontra-se tipografado a encarnado no original)

No canto superior direito, encontra-se manuscrito o despacho: *“Arquive-se, 20/12/34, assinatura ilegível.”*

Decorria já o ano de 1935, e a 6 de junho, surge a cópia assinada pelo ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco, dando nota da comparticipação pelo

Estado de 12 000\$00, com a condição dos trabalhos serem concluídos até dezembro e a Comissão Administrativa contribuir com valor igual à concedida pelo Estado para as *“Obras de conclusão do edifício escolar de Vila Verde dos Francos, Concelho de Alemquer (sic), Distrito de Lisboa”*. Esta portaria, seria publicada no Diário do Governo, nº 141, II Série de 20 de junho de 1935.

Com a disponibilização desta verba, a Delegação do Sul, solicita um orçamento para a conclusão das obras, que prontamente será apresentado a 29 de junho pelo construtor civil Joaquim Freitas Garcia, através de ajuste particular de material e mão de obra, no valor singular de 11 988\$28.

Posteriormente e ainda sobre a presidência da mesma Junta de Freguesia, encontramos novos pedidos de comparticipação e novo orçamento para as eternas obras de *“Conclusão do Edifício Escolar”*, desta feita sendo a Junta a adjudicatária da obra, pelo valor de 24 000\$00. Entre ajustes e contas, créditos e débitos, todo o processo desta escola primária só parece ter fim com a publicação da Portaria assinada a 11 de janeiro de 1937, com o engenheiro militar Joaquim Abranches a chefiar o Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Outro caso singular das escolas “28 de Maio”, refere-se à intenção da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, concelho vizinho de Alenquer, solicitar os bons ofícios para a construção de uma escola com a designação citada. Data de 30 de junho de 1930, o ofício nº 365 em que o administrador do concelho, capitão Artur Guardo Bastos dos Reis, dá conta da realidade escolar da sede de concelho. Assim, reporta à DGEMN, que a vila de Arruda dispõe de duas escolas tipo “Conde de Ferreira” e de outra que funciona numa casa arrendada. Relativamente à segunda escola “Conde de Ferreira”, o nosso oficial não poderia ser mais explícito ao relatar que *“não satisfazendo ao fim a que está sendo destinada, ela se encontra no pior (sic) local desta vila, na rua de mais trânsito o que prejudica com o seu ruído o ensino, e num sítio verdadeiramente perigoso para as creanças (sic) que a frequentam, sendo forçado a dizer que o recreio é constituído pela própria rua.”* Considerando que

também é dada a nota que na vila existe um projeto de escola, que apenas contém os alicerces e o muro de vedação, cujo terreno foi cedido pelo benemérito local Adriano Heitor de Brito há 20 anos atrás para a construção de um edifício escolar, a exposição do administrador do concelho torna ainda mais impactante o desiderato pretendido ao solicitar *“E para que essa nova escola, filha do Governo da Ditadura Militar, possa representar como que um Monumento neste concelho, que sirva para atestar a sua acrisolada dedicação pela Instrução Pública em Portugal, poderá essa mesma escola ser denominada: “ESCOLA PRIMÁRIA 28 DE MAIO.”*

O despacho exarado no ofício, datado de 8 de julho, antecipa falaciosamente que os propósitos da petição foram atendidos pelos serviços centrais. Com efeito, consta do mesmo o seguinte: *“Registe-se o pedido para obras na escola “Conde de Ferreira”, da freguesia de Arruda dos Vinhos e a construção de uma nova escola na mesma freguesia.”* A consulta subsequente do processo nada mais refere à construção de um novo edifício, mas a atribuição de 10 000\$00, por portaria de 2 de agosto, para a escola “Conde de Ferreira” na sede de concelho. Existem ainda um orçamento apresentado a 10 de outubro, pelo empreiteiro Joaquim Jorge Pimenteira, pelo valor da verba concedida; uma petição do dia 14, em que entre outras escolas do concelho, é solicitada a verba de 19 017\$00 só para obras no edifício “Conde de Ferreira”, prontamente retificado a 21 de mesmo mês, com carácter de urgência – *“Hoje porém e inesperadamente, sou forçado a vir chamar a esclarecida atenção e o maior interesse de V^a Ex^a para o que se dá com esta última escola e que me deixa em sérios embarras, sem saber a que reparações hei-de acudir primeiro”* -, em que o solícito administrador do concelho, e após delongada e demonstrativa exposição, apresenta a *“Relação das obras a executar na escola “Conde Ferreira” da vila de Arruda dos Vinhos, para que fique absolutamente pronta e para cuja execução é necessária a verba de 22 500\$00, conforme segue...”*.

Da consulta posterior, nada mais consta – este processo, ao invés do que acontece com a escola de Vila Verde dos Francos, nem vem acompanhado com peças desenhadas do tipo de escolas “28 de Maio” -, levando-nos a concluir que a escola “28 de Maio” nunca viu a luz do dia, repetindo-se mais uma vez uma

sucessão de levantamento de necessidades e a atribuição de parcas verbas para as obras de reparação e melhoria no edifício “Conde de Ferreira”.

Brevíssimas considerações em torno dos alicerces do Estado Novo

Os estudiosos das Ciências Sociais, e em particular os historiadores, precisam de limites cronológicos para o seu objeto de estudo. O designado Estado Novo, que poderíamos *latus sensu*, periodizar entre a Constituição de 1933 e a golpe militar de abril de 1974, tem origens, e mais uma vez, no golpe militar de 28 de maio de 1926, quando o general Gomes da Costa, liderando uma Junta de Salvação Pública, dá início a um golpe de Estado a partir de Braga, vindo a ocupar definitivamente Lisboa a 6 de junho. No entanto, o período que medeia entre 1926 e 1933, ficou conhecido pela Ditadura Militar, em que os militares ocupam um lugar central na dinâmica político-social do país. Aceitando o convite para responsabilidades de governo na sequência do golpe militar de 1926, e sob proposta do general revoltoso Gomes da Costa, que em tom jocoso, tão do agrado da casta militar, teria dito: “Vão, vão lá a Coimbra buscar esse fradinho...”, António de Oliveira Salazar, com grande reputação de professor de Economia Política e distinto chefe político católico na cidade dos estudantes, apenas permanece em funções 5 dias na pasta das Finanças, findo os quais declina o convite e regressa a Coimbra. Ainda não era o tempo do seu mando.

Ao invés da efémera e malograda experiência da “República Nova”, corporizada na figura do major Sidónio Pais, que sucumbiria assassinado na estação ferroviária do Rossio a 14 de dezembro de 1918, precedido por um atentado a 5 de dezembro, do qual saiu ileso, o Estado Novo, construído em torno de Oliveira Salazar, em particular a partir de abril de 1928, quando assume a pasta das Finanças, e posteriormente como Presidente do Conselho de Ministros – Oliveira

Salazar ocuparia ainda interinamente o cargo de Presidente da República após a morte de Óscar de Fragoso Carmona e a eleição de Francisco Craveiro Lopes, já em 1951 - , iria perdurar e determinar a vida política nacional durante 48 anos, período em que o *Plano dos Centenários* irá ser implementado e fazer cumprir o desiderato de “ensinar e instruir” a população portuguesa, desde as mais recônditas aldeias do país aos grandes centros urbanos, num país em que as taxas de analfabetismo apresentavam taxas absolutamente inimagináveis quando comparadas com os nossos dias. Agora (dezembro de 2021) que foram disponibilizados em formato e-book os “*Diários de Salazar (1933-1968): O dia a dia, a hora a hora, da vida pública e privada de António Oliveira Salazar*”, num trabalho sistemático da transcrição do diário manuscrito do estadista, fica disponibilizada para a comunidade científica, historiadores, jornalistas e público em geral, uma fonte primária essencial para um estudo renovado do Estado Novo e do homem que esteve na sua génese e que melhor encarnou o mesmo regime.

Quatro propostas de leitura:

DACOSTA, Fernando – ***Máscaras de Salazar***. Lisboa: Leya, S.A., 2012.

PAÇO, António Simões do – ***Os anos de Salazar. 1926-1932***. Lisboa: Centro Editor PDA, 2008.

PINTO, António Costa (coord.) – ***Os Presidentes da República Portuguesa***. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

RICARDO, Maria do Céu – ***Salazar – Deus, Pátria, Maria. Peça em um acto, dividido em três cenas***. Lisboa: Editorial Notícias, 1997

Três sugestões musicais:

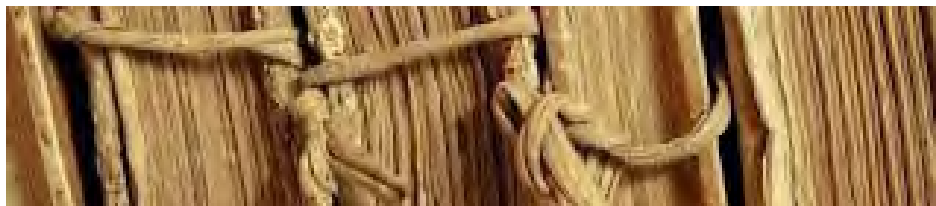
Another brick on the Wall (part I), **The Wall**, Pink Floyd, 1979

Burro em Pé, **Retropolitana**, Grupo Novo Rock, 2010

School, **Crime of the Century**, Supertramp, 1974

2021/12/30

Arquivos da Direção Geral do Património Cultural



A Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) integra diversos arquivos, uma vez que as suas atribuições são “Conservar, tratar e atualizar os arquivos documentais, e as bibliotecas afetas, bem como o banco de dados para o inventário do património arquitetónico e arqueológico”.

No âmbito deste artigo não cabe a explicitação do que é um arquivo, mas sim dar a conhecer alguns dos que mais se destacam. Entende-se, de forma comum, que um arquivo é um conjunto ordenado de documentos que podem resultar de uma atividade de um serviço, da história de um local, instituição ou grupo de pessoas. Atualmente está em curso um intenso debate sobre as transformações tecnológicas a que a gestão arquivística está sujeita e sobre as soluções que se podem encontrar para viabilizar o acesso virtual à documentação.

Os arquivos que iremos destacar são os seguintes:

- Arquivo da Arqueologia Portuguesa – composto por documentação relativa a sítios arqueológicos e respetivos trabalhos;
- Arquivo de Conservação e Restauro – inclui os relatórios dos processos laboratoriais e de conservação do património móvel e integrado, assim como documentação fotográfica e radiográfica;

- Arquivo de Documentação Fotográfica – integrando espólios fotográficos de diversas entidades, assim com o inventário fotográfico das coleções de museus e palácios nacionais;
- Arquivo do CNANS – composto por documentação técnica, gráfica, fotográfica e audiovisual relacionada com a gestão e salvaguarda do património cultural subaquático português;
- Arquivo do Forte de Sacavém (SIPAS);
- Arquivos do Ex-IGESPAR e do ex-IMC.



Secretaria-Geral da Educação e Ciência